

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	7
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	9
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	10
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	12
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	13
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	14
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	15
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	17
---	----

Notas Explicativas	48
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva	137
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	141
---	-----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	142
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	143
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	144
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	629.071.608
Preferenciais	0
Total	629.071.608
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	16.484.643	14.669.628	14.648.547
1.01	Ativo Circulante	3.976.484	2.325.215	2.257.402
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.659.853	1.259.928	799.491
1.01.01.01	Depósitos Bancários	62.694	21.736	54.162
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	2.597.159	1.238.192	745.329
1.01.03	Contas a Receber	1.205.939	976.998	1.282.978
1.01.03.01	Clientes	1.194.861	965.171	1.275.441
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Usuários	1.194.861	965.171	1.275.441
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	11.078	11.827	7.537
1.01.04	Estoques	12.532	22.977	8.362
1.01.06	Tributos a Recuperar	98.160	65.312	166.571
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	98.160	65.312	166.571
1.02	Ativo Não Circulante	12.508.159	12.344.413	12.391.145
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.724.435	2.547.631	2.399.511
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	100.138	92.128	88.371
1.02.01.04	Contas a Receber	131.456	182.217	293.687
1.02.01.04.01	Clientes	131.456	182.217	293.687
1.02.01.07	Tributos Diferidos	106.022	94.970	19.012
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	106.022	94.970	19.012
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	270.284	294.144	295.620
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	270.284	294.144	274.945
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	0	20.675
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.116.535	1.884.172	1.702.821
1.02.01.10.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	2.085.410	1.843.858	1.660.411
1.02.01.10.04	Outros Créditos	31.125	40.314	42.410
1.02.03	Imobilizado	77.732	78.240	80.189
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	77.732	78.240	80.189
1.02.03.01.01	Bens de Uso Geral	14.028	14.043	15.400

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.03.01.02	Bens de Uso Geral Reavaliado	63.704	64.197	64.789
1.02.04	Intangível	9.705.992	9.718.542	9.911.445
1.02.04.01	Intangíveis	9.705.992	9.718.542	9.911.445
1.02.04.01.02	Bens Afetos	1.039.268	1.079.794	1.126.769
1.02.04.01.03	Bens Afetos Reavaliados	3.783.383	3.875.193	3.985.364
1.02.04.01.04	Bens Não Afetos	79.306	70.932	72.708
1.02.04.01.05	Bens Não Afetos Reavaliados	3.031.095	3.124.009	3.235.506
1.02.04.01.06	Projetos e Obras em Andamento	1.772.940	1.568.614	1.491.098

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	16.484.643	14.669.628	14.648.547
2.01	Passivo Circulante	2.103.592	710.000	889.086
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.265	1.786	1.260
2.01.01.01	Obrigações Sociais	7.265	1.786	1.260
2.01.01.01.01	Ordenados e Salários a Pagar	7.265	1.786	1.260
2.01.02	Fornecedores	81.483	87.846	65.648
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	81.483	87.846	65.648
2.01.03	Obrigações Fiscais	32.162	49.177	52.644
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	31.014	48.059	51.550
2.01.03.01.02	IRRF a Recolher	15.328	25.922	26.528
2.01.03.01.03	Retenção PIS/COFINS/CSLL	2.930	4.344	3.861
2.01.03.01.04	COFINS e PASEP s/Faturamento	12.756	17.793	21.161
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.148	1.118	1.094
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	1.148	1.118	1.094
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	48.580	56.745	173.841
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	35.178	43.351	95.596
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	35.178	43.351	95.596
2.01.04.02	Debêntures	13.402	13.394	78.245
2.01.04.02.01	Em Moeda Nacional	13.402	13.394	78.245
2.01.05	Outras Obrigações	1.697.137	216.444	273.955
2.01.05.02	Outros	1.697.137	216.444	273.955
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1	1	31.167
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	6.446	2	35.332
2.01.05.02.05	Parcelamento - REFIS IV	45.925	41.580	40.937
2.01.05.02.06	Parcelamentos Outros	66.099	66.117	77.279
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	40.340	29.025	28.145
2.01.05.02.08	Agência Reguladora - AGENERSA	38.326	79.719	61.095
2.01.05.02.09	Adiantamento do Controlador	1.500.000	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.01.06	Provisões	236.965	298.002	321.738
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	236.965	298.002	321.738
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	155.933	223.533	200.769
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	81.032	74.469	120.969
2.02	Passivo Não Circulante	6.839.948	6.870.374	6.481.811
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	422.818	441.284	466.185
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	390.281	395.884	407.696
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	390.281	395.884	407.696
2.02.01.02	Debêntures	32.537	45.400	58.489
2.02.01.02.01	Em Moeda Nacional	32.537	45.400	58.489
2.02.02	Outras Obrigações	249.166	287.856	320.956
2.02.02.02	Outros	249.166	287.856	320.956
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	26.944	26.944	26.944
2.02.02.02.03	Parcelamento - REFIS IV	114.530	153.137	191.805
2.02.02.02.04	Parcelamento - Outros Credores	107.692	107.775	102.207
2.02.03	Tributos Diferidos	28.676	32.176	35.297
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	28.676	32.176	35.297
2.02.03.01.02	COFINS e PASEP Diferidos	28.676	32.176	35.297
2.02.04	Provisões	6.139.288	6.109.058	5.659.373
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.378.327	2.944.312	2.510.738
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	24.947	97.722	125.724
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	3.337.416	2.829.497	2.359.685
2.02.04.01.06	Juros - Obrigações Financeiras	5.814	7.863	17.011
2.02.04.01.07	Retenção Salarial - MS575/91	591	591	606
2.02.04.01.08	Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro	9.559	8.639	7.712
2.02.04.02	Outras Provisões	2.760.961	3.164.746	3.148.635
2.02.04.02.04	Provisões para Passivos Atuariais	2.760.961	3.164.746	3.148.635
2.03	Patrimônio Líquido	7.541.103	7.089.254	7.277.650

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.03.01	Capital Social Realizado	3.015.828	3.015.828	2.586.987
2.03.02	Reservas de Capital	13.964	13.964	13.964
2.03.02.07	Doação de Bens	2.037	2.037	2.037
2.03.02.08	Auxílio para Obras	11.927	11.927	11.927
2.03.04	Reservas de Lucros	1.392.395	1.230.168	1.790.942
2.03.04.01	Reserva Legal	185.258	183.901	183.901
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.207.137	1.046.267	1.607.041
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.118.916	2.829.294	2.885.757

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.109.044	5.919.057	6.123.007
3.01.01	De Serviços de Abastecimento de Água	4.367.026	4.080.385	4.175.394
3.01.02	De Serviços de Coleta de Esgotos	1.982.195	2.069.007	2.186.383
3.01.03	Deduções da Receita Bruta	-240.177	-230.335	-238.770
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.932.314	-2.581.932	-2.267.306
3.02.01	Pessoal	-1.037.302	-1.004.635	-876.437
3.02.02	Material	-192.904	-150.715	-116.666
3.02.03	Serviços de Terceiros	-1.467.960	-1.147.641	-991.249
3.02.04	Gerais	-3.377	-1.912	-6.445
3.02.05	Depreciações e Amortizações	-230.771	-277.029	-276.509
3.03	Resultado Bruto	3.176.730	3.337.125	3.855.701
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.228.696	-3.541.338	-2.805.109
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.617.455	-2.081.781	-1.606.326
3.04.01.01	Pessoal	-32.507	-32.959	-19.896
3.04.01.02	Material	-13.342	-25.379	-413
3.04.01.03	Serviços de Terceiros	-81.996	-124.594	-109.458
3.04.01.04	Gerais	-475	-1.358	-255
3.04.01.05	Perda de Crédito da Atividade	-1.489.135	-1.897.491	-1.476.304
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-557.838	-488.211	-472.261
3.04.02.01	Pessoal	-282.039	-230.087	-207.925
3.04.02.02	Material	-2.616	-14.766	-3.399
3.04.02.03	Serviços de Terceiros	-143.309	-182.238	-161.270
3.04.02.04	Gerais	-129.874	-61.120	-99.667
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	19.155	35.551	16.570
3.04.04.01	Demais Receitas Operacionais	19.155	35.551	16.570
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.072.558	-1.006.897	-743.092
3.04.05.01	Provisões	-1.012.107	-996.509	-727.516
3.04.05.02	Despesas Fiscais	-3.415	-2.542	-9.223

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.04.05.03	Outras Despesas	-57.036	-7.846	-6.353
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-51.966	-204.213	1.050.592
3.06	Resultado Financeiro	98.499	-55.177	76.402
3.06.01	Receitas Financeiras	225.092	142.213	204.358
3.06.02	Despesas Financeiras	-126.593	-197.390	-127.956
3.06.02.01	Juros Internos	-40.752	-46.079	-58.353
3.06.02.02	Juros Passivos	-81.841	-149.719	-67.675
3.06.02.03	Multas e Acréscimos Moratórios	-562	-840	-589
3.06.02.04	Outras Despesas	-3.438	-752	-1.339
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	46.533	-259.390	1.126.994
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-19.397	12.240	-104.060
3.08.01	Corrente	-73.091	-75.135	-143.912
3.08.02	Diferido	53.694	87.375	39.852
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	27.136	-247.150	1.022.934
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	27.136	-247.150	1.022.934
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,04314	-0,39288	1,6261
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,04314	-0,39288	1,6261

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	27.136	-247.150	1.022.934
4.02	Outros Resultados Abrangentes	431.157	113.378	-1.325.282
4.02.01	Ajuste de Ganhos e Perdas Atuariais - PRECE	78.349	32.529	-102.678
4.02.02	Ajuste de Ganhos e Perdas Atuariais - Cedae Saúde	397.030	102.275	-1.350.290
4.02.03	Ajuste de Ganhos e Perdas Atuariais - Prêmio de Aposentadoria	-1.580	-10.213	-3.385
4.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-42.642	-11.213	131.071
4.03	Resultado Abrangente do Período	458.293	-133.772	-302.348

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.684.192	802.253	856.433
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.850.402	3.035.650	3.640.687
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	46.533	-259.390	1.126.994
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	230.771	277.029	276.509
6.01.01.03	Juros e Variação Monetária de Financiamentos	40.752	46.079	58.353
6.01.01.04	Juros Passivos s/Parcelamentos	75.291	140.816	67.675
6.01.01.05	Juros e Atualização Monetária s/Outras Obrigações	7.112	8.903	1.928
6.01.01.06	Baixa de Bens do Imobilizado	-54	0	0
6.01.01.07	Provisões para Contingências	809.837	746.811	538.122
6.01.01.08	Provisão para Passivo Atuarial	243.157	249.351	209.567
6.01.01.09	Provisão para Devedores Duvidosos	1.489.135	1.897.491	1.476.304
6.01.01.10	Recuperação de Despesas	0	204	0
6.01.01.11	Rendimentos de Títulos e Valores Mobiliários	-8.105	-3.234	-1.584
6.01.01.12	Atualizações de Depósitos Judiciais	-51.777	-31.860	-72.139
6.01.01.13	Atualização Monetária do Contas a Receber	-32.250	-36.550	-41.042
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.064.100	-2.105.170	-2.530.484
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-1.635.814	-1.443.203	-1.306.666
6.01.02.02	Estoques	10.445	-14.615	-1.129
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-32.848	101.259	69.771
6.01.02.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	-194.026	-151.587	20.633
6.01.02.05	Contas a Receber de Partes Relacionadas	23.860	1.476	-40.707
6.01.02.06	Outros Créditos	9.938	-2.194	22.744
6.01.02.07	Empreiteiros e Fornecedores	-7.779	17.587	-46.266
6.01.02.08	Salários a Pagar	5.479	526	-39.113
6.01.02.09	Impostos e Contribuições a Recolher	11.281	3.536	17.684
6.01.02.10	Parcelamentos Tributários	-38.397	-41.345	-41.265
6.01.02.11	Outros Parcelamentos	-115	-27.765	-42.231
6.01.02.12	Provisões Encargos Trabalhistas	-68.063	22.714	-2.076

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01.02.13	Provisões para Contingências	-301.918	-276.999	-547.919
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	-67.028	-39.389	-48.687
6.01.02.15	Provisão Passivo Atuarial	-237.722	-273.794	-545.257
6.01.02.16	Agência Reguladora - AGENERSA	-41.393	18.623	0
6.01.02.17	Adiantamento do Controlador	1.500.000	0	0
6.01.03	Outros	-102.110	-128.227	-253.770
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-101.430	-82.148	-197.868
6.01.03.02	Juros Pagos	-680	-46.079	-55.902
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-217.564	-82.701	-150.452
6.02.01	Aquisição de Imobilizado/intangível	-217.659	-82.178	-121.803
6.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	95	-523	-28.649
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-66.703	-259.115	-439.611
6.03.01	Amortização de Financiamentos	-66.703	-141.997	-138.605
6.03.02	Recebimentos de Financiamentos CEF - CCB	0	0	73.133
6.03.03	Pagamentos de Dividendos	0	-31.328	-197.691
6.03.04	Pagamentos de Juros sobre o Capital Próprio	0	-85.790	-176.448
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.399.925	460.437	266.370
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.259.928	799.491	533.121
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.659.853	1.259.928	799.491

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.015.828	13.964	1.230.168	0	2.829.294	7.089.254
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.015.828	13.964	1.230.168	0	2.829.294	7.089.254
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-6.444	0	-6.444
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-6.444	0	-6.444
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	27.136	431.157	458.293
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	27.136	0	27.136
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	431.157	431.157
5.05.02.06	Ajustes Atuarial	0	0	0	0	431.157	431.157
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	162.227	-20.692	-141.535	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	19.335	-19.335	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	141.535	0	-141.535	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	1.357	-1.357	0	0
5.07	Saldos Finais	3.015.828	13.964	1.392.395	0	3.118.916	7.541.103

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.586.987	13.964	1.790.942	0	2.885.757	7.277.650
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.586.987	13.964	1.790.942	0	2.885.757	7.277.650
5.04	Transações de Capital com os Sócios	428.841	0	-483.465	0	0	-54.624
5.04.01	Aumentos de Capital	428.841	0	-428.841	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-54.624	0	0	-54.624
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-247.150	113.378	-133.772
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-247.150	0	-247.150
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	113.378	113.378
5.05.02.06	Ajustes Atuarial	0	0	0	0	113.378	113.378
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-77.309	247.150	-169.841	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-247.150	247.150	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	169.841	0	-169.841	0
5.07	Saldos Finais	3.015.828	13.964	1.230.168	0	2.829.294	7.089.254

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	1.993.917	13.964	1.434.184	0	4.380.880	7.822.945
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	1.993.917	13.964	1.434.184	0	4.380.880	7.822.945
5.04	Transações de Capital com os Sócios	593.070	0	-593.070	-242.947	0	-242.947
5.04.01	Aumentos de Capital	593.070	0	-593.070	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-35.332	0	-35.332
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-207.615	0	-207.615
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.022.934	-1.325.282	-302.348
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.022.934	0	1.022.934
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.325.282	-1.325.282
5.05.02.06	Ajustes Atuarial	0	0	0	0	-1.325.282	-1.325.282
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	949.828	-779.987	-169.841	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	728.840	-728.840	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	169.841	0	-169.841	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	51.147	-51.147	0	0
5.07	SalDOS Finais	2.586.987	13.964	1.790.942	0	2.885.757	7.277.650

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	4.871.333	4.283.892	4.947.789
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.349.221	6.149.392	6.361.777
7.01.02	Outras Receitas	11.247	31.991	62.317
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.489.135	-1.897.491	-1.476.305
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.953.970	-2.566.164	-1.897.984
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-177.462	-147.288	-106.344
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.778.847	-1.496.612	-1.303.783
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-997.661	-922.264	-487.857
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.917.363	1.717.728	3.049.805
7.04	Retenções	-232.504	-279.109	-278.589
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-232.504	-279.109	-278.589
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.684.859	1.438.619	2.771.216
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	225.092	142.213	204.358
7.06.02	Receitas Financeiras	225.092	142.213	204.358
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.909.951	1.580.832	2.975.574
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.909.951	1.580.832	2.975.574
7.08.01	Pessoal	1.188.851	1.109.307	1.187.897
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.004.417	905.631	1.060.589
7.08.01.02	Benefícios	131.133	141.460	73.231
7.08.01.03	F.G.T.S.	53.301	62.216	54.077
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	476.497	455.435	553.860
7.08.02.01	Federais	474.883	453.954	545.721
7.08.02.02	Estaduais	746	648	1.139
7.08.02.03	Municipais	868	833	7.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	217.467	263.240	210.884
7.08.03.01	Juros	137.952	200.016	155.663
7.08.03.02	Aluguéis	79.515	63.224	55.221
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	27.136	-247.150	1.022.933

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	54.624	207.615
7.08.04.02	Dividendos	6.444	0	35.332
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	20.692	-301.774	779.986



RESULTADOS DE 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Sumário

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
2. PAINEL DE INFORMAÇÕES	8
3. CENÁRIO ECONÔMICO.....	9
4. SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO.....	10
5. SITUAÇÃO HÍDRICA NO RIO DE JANEIRO	11
6. PERFIL DA COMPANHIA E ÁREA DE ATUAÇÃO	12
7. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA	12
8. DESEMPENHO FINANCEIRO	12
9. GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	18
10. PROGRAMA DE OBRAS.....	25
11. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE	30
12. AGRADECIMENTOS	31



RESULTADOS DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE de 2021 em cumprimento às disposições legais e estatutárias.

O ano de 2021 foi de grandes mudanças para a Cedae. Com a conclusão dos leilões de concessão dos serviços de saneamento no Estado do Rio Janeiro – um case de sucesso no setor, com ágio de 90% a 187% nos quatro blocos leiloados –, a Companhia se reestrutura para os novos desafios.

A partir de agora, o novo plano de negócios é 100% focado nas diretrizes ESG, sigla em inglês que engloba os fatores ‘Ambiental, Social e Governança’. Para colocar em prática este novo modelo na empresa, diversas iniciativas já foram implementadas e outras estão em curso, como o projeto de eficiência energética, o Centro de Inovação Socioambiental Manancial, a renovação por mais cinco anos do Programa Replantando Vida e o avanço nas melhores práticas de Governança Corporativa reforçando nosso compromisso com o mais alto nível de ética e transparência nas relações com as partes interessadas.

Visando a otimização dos custos e o remanejamento de recursos, adotamos uma série de ajustes orçamentários e de despesas que resultarão em redução dos gastos da Companhia ao longo dos próximos anos.

Após o repasse dos serviços e a consequente queda na arrecadação, a Cedae se prepara para oferecer duas novas frentes de serviço como forma de geração de receitas. Por ter o selo ISO 9001, a Companhia vai fazer a acreditação de aparelhos hidrômetros de outras concessionárias, além de oferecer a tecnologia e credibilidade de seus laboratórios de análises químicas para outras empresas e o suporte em operações de adução de grande porte.

Em 2022 queremos trabalhar cada vez mais alinhados à agenda ESG para deixar um legado de sustentabilidade ao Rio de Janeiro.

Concessão

Em 2021, como parte das condições para adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e para garantir o cumprimento das metas de investimento propostas pelo Marco do Saneamento, o Estado do Rio realizou a concessão dos serviços de distribuição de água e coleta e tratamento de esgotos. O modelo de concessão, elaborado pelo BNDES, dividiu a área de atuação da Cedae em quatro blocos. Cada bloco reuniu parte da capital e outros



RESULTADOS DE 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

municípios, de forma a equilibrar a arrecadação e torná-los atrativos aos investidores privados.

O primeiro leilão aconteceu em 30 de abril de 2021, com a concessionária Águas do Rio arrematando os blocos 1 (R\$ 8,2 bilhões, ágio de 103%) e 4 (R\$ 7,2 bilhões, ágio de 187%) e a Iguá adquirindo o bloco 2 (R\$ 7,28 milhões, ágio de 129%). Oito meses depois, em 29 de dezembro, o bloco 3 foi arrematado pela Águas do Brasil por R\$ 2,2 bilhões (ágio de 90%).

Segurança hídrica

Focada na qualidade da água, a Cedae trabalha em diversas frentes para garantir a segurança hídrica a seus consumidores. Em abril, foi implantado o sistema de bombeamento da água do Rio Guandu para a Lagoa Grande (antes da captação da Estação de Tratamento), renovando a água e diminuindo sua temperatura. O procedimento reduz as condições propícias para proliferação da geosmina. Durante o ano, o volume de bombeamento foi ampliado dos iniciais 1.000 litros por segundo (l/s) para 3.000 l/s.

O Laboratório de Qualidade da Água da Estação de Tratamento de Água (ETA) do Guandu ganhou um moderno equipamento: o microscópio Axio Observer 5, referência na geração de imagens em alta resolução. O novo microscópio tem filtros específicos capazes de apurar o contraste, o que facilita a identificação de micro-organismos, com destaque para as cianobactérias. No fim de 2021, a Cedae ainda adquiriu oito boias com tecnologia de ultrassom capazes de controlar a proliferação das cianobactérias no manancial de captação da ETA Guandu.

Para melhorar o abastecimento da Baixada Fluminense, a Cedae irá construir Unidades de Tratamento (UTs) 100% automatizadas nos mananciais do Sistema Acari - Tinguá, Xerém, Mantiquira, São Pedro e Rio D'Ouro. Iniciadas no fim de 2021, as obras da UT de Tinguá, que fornece em média 600 l/s para Nova Iguaçu, devem ser concluídas em 2022. As obras das UTs de Xerém e Mantiquira (que produzem mil l/s para Duque de Caxias) devem ser licitadas em 2022. As UTs de São Pedro e Rio D'Ouro (respectivamente 1000 l/s e 800 l/s), que também atendem Nova Iguaçu, estão em fase de projeto.

Iniciativas socioambientais

Em 2021, a CEDAE manteve suas ações de cunho social e ambiental. A Companhia é a que mais emprega mão de obra carcerária no Brasil e, por meio de convênio com a Fundação Santa Cabrini, encerrou o ano passado com 600 apenados distribuídos em 146 setores da



RESULTADOS DE 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Companhia, em 48 municípios. São homens e mulheres que realizam serviços como limpeza e conservação de prédios e recuperação ambiental de mananciais hídricos.

A ação faz parte do Replantando Vida, programa socioambiental da Companhia que, além de dar oportunidade de trabalho, geração de renda e capacitação a apenados, também gera economia de R\$ 15 milhões para os cofres públicos. Somente no ano passado, foram doadas 185.970 mudas para mais de 40 municípios no Rio de Janeiro e dois em São Paulo. O projeto foi renovado por mais cinco anos, com previsão de abertura de 1.500 vagas ao longo desse período.

A Companhia também deu início a projetos de recuperação florestal. Na mata ciliar do Rio Guandu, a CEDAE fará o plantio de um milhão de árvores em até cinco anos, numa faixa de 500 hectares, o equivalente a mais de 700 gramados do estádio do Maracanã. As primeiras duas mil mudas foram plantadas na altura de Engenheiro Pedreira. Além de restaurar a cobertura de Mata Atlântica da região, a medida contribui para a qualidade da água bruta do Guandu, onde a Companhia capta água para tratamento na ETA Guandu.

Já em Cachoeiras de Macacu, a companhia iniciou o plantio de mudas para restauração florestal de pelo menos 50 hectares na Bacia do Rio Macacu. O projeto, que reúne Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Estadual do Ambiente (Inea) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Cachoeiras de Macacu, reforça a segurança hídrica do Sistema Imunana-Laranjal, responsável pelo abastecimento de mais de 2 milhões de pessoas em São Gonçalo, Niterói, partes de Maricá e Itaboraí, além da Ilha de Paquetá. Até o momento, o projeto já cobriu 3,5 quilômetros na margem do Rio Macacu, o que representa 22 hectares e mais de 125 mil novas árvores.

Ainda mostrando força na questão ambiental, a CEDAE foi a vencedora do Prêmio Firjan Ambiental 2021 na categoria "Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos". A Companhia foi premiada pelo "Projeto Recuperação Produtiva da Juçara", que tem como objetivo promover a restauração ambiental da Palmeira Juçara (*euterpe edulis*) por meio do incentivo à produção de mudas e ao plantio de novas plantas da espécie. O projeto já recolheu mais de 10 toneladas de sementes da palmeira. Até 2021, mais de 60 ações locais de reflorestamento em 52 municípios do estado do Rio de Janeiro e dois do estado de São Paulo receberam, ao todo, 34 mil mudas de Juçara.

Obras e gestão

Modernização da ETA Guandu - Localizada no município de Nova Iguaçu e responsável pelo abastecimento de grande parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a Estação de

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Tratamento de Água do Guandu passa por modernização. Com investimento de R\$ 800 milhões, as obras são focadas na melhoria da eficiência do processo de tratamento da ETA e geraram reflexos positivos no Verão de 2022.

Programa de Abastecimento de Água da Baixada Fluminense e Novo Guandu - O programa prevê a construção de uma nova Estação de Tratamento de Água (ETA): o Novo Guandu. Localizada em Nova Iguaçu, a ETA vai produzir mais 12 mil litros por segundo (l/s) de água, beneficiando 3 milhões de pessoas. O sistema irá operar em conjunto com a ETA Guandu, totalizando a produção e o tratamento de 55 mil l/s para 12 milhões de habitantes na capital e na Baixada Fluminense. A obra está em fase de elaboração de edital, e a previsão de conclusão é no segundo semestre de 2025. A nova ETA terá investimentos de mais de R\$ 2 bilhões na segurança hídrica do sistema de abastecimento da Baixada e da capital e atenderá a demanda futura estimada para a região.

Automação ETA Campos Elíseos - Também na Baixada Fluminense, a ETA Campos Elíseos, em Duque de Caxias, passou a funcionar de forma 100% automatizada em dezembro. O sistema é capaz de monitorar, em tempo real, todas as etapas do tratamento de água. Com capacidade de tratar 17 milhões de litros por dia, o sistema contou com investimento de R\$27,8 milhões.

Reforço no Lameirão - Em 2021, a Companhia reforçou a reserva de segurança da elevatória do Lameirão (que atende mais de 1,5 milhão de pessoas no Rio de Janeiro e Nilópolis) com a chegada de mais um motor extra para a unidade. O equipamento vai assegurar o funcionamento total da elevatória em caso de defeito ou necessidade de reparo em uma das quatro bombas que fazem parte do sistema. A medida evita risco de redução na capacidade do Lameirão, o que poderia impactar o abastecimento, e deixa o sistema pronto para o verão, período de maior consumo de água.

Mais água para a Zona Oeste - A Cedae concluiu a última etapa do pacote de obras para ampliação do abastecimento da Zona Oeste, com a interligação de duas tubulações de mil e 1,2 mil milímetros de diâmetro, respectivamente, na Rodovia Governador Mário Covas (Avenida Brasil), na altura de Campo Grande. As obras beneficiaram cerca de 95 mil moradores dos bairros de Barra de Guaratiba, Campo Grande, Cosmos, Guaratiba, Paciência, Santa Cruz e Sepetiba.

Ampliação do abastecimento no Médio Paraíba e Região Serrana - Ao longo de 2021, a Cedae executou um total de 22 obras para ampliação e melhoria do abastecimento de água em cinco municípios da Região do Médio Paraíba. Neste período, foram assentados mais de 23 quilômetros de tubulações em Barra do Pirai, Pinheiral, Pirai, Valença e Vassouras, beneficiando diretamente mais de 8 mil moradores.



RESULTADOS DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Operações antifraudes – A Cedae encerrou 2021 com 993 gatos desfeitos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro - mais do que o triplo registrado no ano anterior. As ações de fiscalização da equipe de Segurança Patrimonial em imóveis e comércios somaram 3.969 atuações e geraram R\$ 618 mil em multas aplicadas. As ligações clandestinas de água têm como consequência o consumo excessivo e a contaminação da rede de abastecimento.

PDV - A Cedae abriu programa de demissão voluntária (PDV) entre 10 de setembro e 09 de outubro de 2021. Dividido em dois ciclos, com incentivos distintos - de 10 de setembro a 24 de setembro e de 25 de setembro a 09 de outubro -, o programa ofereceu simulador online para o cálculo dos benefícios e teve a adesão de 1.265 empregados.

Expectativas para 2022

Para 2022, a CEDAE tem como plano de negócios focar nas diretrizes ESG, sigla em inglês que engloba os fatores 'Ambiental, Social e Governança'. A Companhia vai estimular projetos e processos para colocar em prática este novo modelo de empresa. Já foram lançadas, inclusive, iniciativas de eficiência energética, com objetivo de economizar 40% de energia nas unidades de produção.

Na área de segurança hídrica, será dado o pontapé inicial para a tirar do papel a obra do Túnel do Taquaril. O projeto prevê a construção de um túnel de 40km, que levará água direto do Rio Paraíba do Sul, em sua parte mais preservada, até o Sistema de Abastecimento Imunana-Laranjal. Com investimento orçado em cerca de R\$ 10 bilhões, a obra garantirá 50 anos de segurança hídrica para o estado. Também estão em curso obras de construção do sistema de produção do Novo Guandu, para gerar mais de 12 mil litros de água tratada por segundo, com estimativa de atingir 3 milhões de pessoas.

Na área de novos negócios, a CEDAE tem foco no Manancial, no laboratório de análises químicas, na oficina de hidrômetros e em grandes reparos. A Companhia iniciou a instalação, no quarto andar da sede, do projeto Manancial, que será um Centro de Inovação Socioambiental dedicado ao desenvolvimento de negócios e soluções. O espaço vai abrigar projetos de aceleração e incubação, além de programação de eventos alinhados à Agenda 2030 da ONU. Focado na preservação e na segurança hídrica, o Manancial reunirá startups, médias e grandes empresas, investidores, especialistas, universidades e centros de pesquisa.

Na oficina de hidrômetros, serão desenvolvidos os processos para prestar serviço a novas concessionárias e grandes clientes. Por ter o selo ISO 9001, a Companhia vai fazer a acreditação de aparelhos hidrômetros de concessionárias.



RESULTADOS DE 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O laboratório de análise, que já certifica a potabilidade da água produzida pelos sistemas de abastecimento da CEDAE, vai estender seus negócios para dar a certificação para as novas concessionárias.

Após a concessão dos serviços, a CEDAE passará a oferecer serviço de manutenção de adutoras de água. O procedimento visa checar preventivamente todo o sistema para identificar possíveis irregularidades e corrigir situações emergenciais das tubulações.

Cordialmente,

Leonardo Elia Soares
Diretor-Presidente



RESULTADOS DE 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2. PAINEL DE INFORMAÇÕES

Descrição	Unidade	2021	2020	Var. %
Informações Financeiras				
Ativo Total	R\$/Milhares	16.484.643	14.669.628	12,4%
Patrimônio Líquido	R\$/Milhares	7.541.103	7.089.254	6,4%
Receita Operacional Líquida	R\$/Milhares	6.109.044	5.919.057	3,2%
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	R\$/Milhares	(51.966)	(204.213)	74,6%
Resultado Financeiro Líquido	R\$/Milhares	98.499	(55.177)	278,5%
EBITDA	R\$/Milhares	178.805	72.816	145,6%
Lucro/(Prejuízo) Líquido	R\$/Milhares	27.136	(247.150)	111,0%
Estrutura do Endividamento				
Empréstimos e Financiamentos	R\$/Milhares	471.398	498.029	-5,3%
Passivo Atuarial ¹	R\$/Milhares	665.454	655.883	1,5%
Total da Dívida Bruta	R\$/Milhares	1.136.851	1.153.912	-1,5%
Disponibilidade	R\$/Milhares	2.659.853	1.259.928	111,1%
Total da Dívida Líquida	R\$/Milhares	(1.523.002)	(106.016)	1336,6%
Dívida Líquida/EBITDA	Múltiplo	(8,52)	(1,46)	483,6%
Dívida Líquida/PL	Múltiplo	(0,20)	(0,01)	1900,0%
Indicadores Operacionais				
Índice de Atendimento de Água	Percentual	86,52	86,89	-0,43%
Índice de Atendimento de Esgoto	Percentual	49,59	42,42	16,90%
População Atendida com Abastecimento de Água	Milhões de hab.	12,39	12,38	0,08%
População Atendida com Coleta de Esgoto	Milhões de hab.	6,14	6,04 ²	1,62%
Hidrometração	Percentual	50,89	52,98	-3,94%

Notas:

(1) Refere-se à Dívida da Prece – Previdência Complementar, conforme nota 18 das notas explicativas.

(2) Houve retificação do valor indicado para o Relatório de 2020 devido erro de digitação, que à época foi informado 6,46, sendo o valor correto 6,04.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**3. CENÁRIO ECONÔMICO**

A economia mundial se recuperou em 2021 após o forte abalo que sofreu em 2020. Segundo *World Economic Outlook Update* do Fundo Monetário Internacional (FMI) a expectativa é que a economia global tenha crescido 5,9% em 2021, após ter encolhido 3,1% em 2020. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 4,6% em 2021, influenciado sobretudo pelo resultado positivo do setor de serviços e indústria, em comparação com o ano anterior.

Entretanto, para 2022 a expectativa do FMI para o Brasil é de estagnação, a previsão é que o PIB brasileiro cresça somente 0,3%. Segundo o boletim Focus do Banco Central de 18 de fevereiro de 2022, o mesmo crescimento modesto de 0,3% em 2022 é esperado pelo mercado.

Embora persistam incertezas provocadas pela pandemia da Covid-19, o FMI estima que a economia mundial cresça 4,4% em 2022 e 3,8% em 2023. Destaca-se como desafio para as economias globais em 2022, a existência de pressões inflacionárias, até mesmo os países europeus e os Estados Unidos apresentam um elevado aumento no nível de preços.

Em relação a inflação, o cenário brasileiro não é diferente do resto do mundo, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 10,06% em 2021 superou o teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Como resposta a aceleração inflacionária, a meta da taxa Selic, que começou o ano de 2021 em 2,00% a.a., chegou a 10,75% a.a. na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) em fevereiro de 2022. Desse modo, o cenário macroeconômico atual é dominado pelo aumento de juros com objetivo de contenção das pressões inflacionárias.

Quanto ao mercado de trabalho, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, (PNAD Contínua) informa nova queda na taxa de desocupação, caindo de 12,1% (agosto-setembro-outubro) para 11,6% (setembro-outubro-novembro) em novembro. Assim, o indicador de desemprego informa a aproximação do mercado de trabalho a situação anterior à pandemia.

Desse modo, após a recuperação tanto PIB quanto no mercado de trabalho de 2021, as expectativas são que a economia brasileira desacelere em 2022. Ademais, os impactos no comércio internacional decorrentes do conflito entre Rússia e Ucrânia no leste europeu, podem gerar nas principais economias e sobretudo na economia brasileira, pressões inflacionárias adicionais, que podem demandar eventuais ajustes na taxa básica de juros para fazer frente a esta pressão inflacionária, de forma que o IPCA possa convergir para a meta ainda em 2022.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4. SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO

O grande objetivo do setor de saneamento é que, em 2033, 99% da população brasileira tenha acesso à água potável e 90% à coleta e ao tratamento de esgotos. Diante desse desafio, a principal medida do Governo Federal foi promulgação da lei nº 14.026 de 15 de julho de 2020, que atualizou o marco legal do saneamento básico.

Buscando melhorar a capacidade regulatória do setor, a Lei nº 14.026 incumbiu a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) de fixar normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico. Tais normas compreendem, por exemplo, a padronização de contratos, tarifação e cálculo de indenizações.

O novo marco também visa proporcionar maior inserção da iniciativa privada na operação dos serviços. A atração de grupos privados, com elevada capacidade financeira, visa propiciar os investimentos necessários para a universalização.

Nesse contexto, adotando o projeto estruturado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os titulares fluminenses dos serviços de saneamento optaram por um sistema híbrido, onde a CEDAE, controlada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, divide as responsabilidades com as concessionárias privadas. Assim, nos municípios atendidos pelos Sistemas Guandu e Imunana/Laranjal (Região Metropolitana), a CEDAE permanece responsável pelo Sistema Upstream, que compreende a captação, adução de água bruta, tratamento, reservação e venda de água tratada as novas concessionárias privadas. Já as concessionárias privadas serão responsáveis pelo serviço de esgotamento sanitário e pelo serviço Downstream, que compreende a distribuição da água tratada, incluindo a gestão comercial.

Além do Rio de Janeiro, o BNDES estruturou projetos que, por exemplo, culminaram em leilões nos Estados de Maceió e Amapá. Além de arrecadar outorgas significativas para os titulares dos serviços, os leilões organizados pelo BNDES entre setembro de 2020 e dezembro de 2021, prometem investimentos de aproximadamente R\$ 40 bilhões em saneamento.

Enfim, espera-se que o novo impulso representado pela Lei nº 14.026/2020, com a maior participação de atores privados e qualidade regulatória, colabore para sejam atingidas as metas de universalização com impactos positivos na saúde da população e no meio ambiente. A CEDAE pretende representar seu novo papel no saneamento brasileiro, incrementando a eficiência na produção de água e mantendo sua marcante característica de responsabilidade socioambiental.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**5. SITUAÇÃO HÍDRICA NO RIO DE JANEIRO**

No início ano de 2021, a curva de armazenamento de água do volume equivalente do início do ano (período úmido) indicava uma possível recessão muito semelhante a observada no ano de 2014 (pior ano da série histórica). Havia a preocupação que o volume de chuvas não seria suficiente no próximo período úmido (2021/2022). Assim, no meio do ano foi adotado o terceiro estágio de operação previsto na Resolução Conjunta 1382/15, com o a opção de o Reservatório de Funil operar em 20% do volume útil e não 30%, conforme determinado no 3º estágio da resolução. Contudo, ao final do ano de 2021, a partir da segunda quinzena de outubro (um pouco antes do início do período úmido), teve início o período de chuvas, o que indicou uma possível recuperação no nível dos reservatórios. Durante o início do período úmido ocorreram a formação de várias ZCAS (Zonas de Convergência do Atlântico Sul) que recuperaram os níveis dos reservatórios o suficiente para deslocar a curva de segurança para cima, ou seja, afastando da curva de 2014.

Podemos dizer que o ano de 2021 apresentou um risco de crise hídrica, que não se confirmou. Entretanto, não é possível afirmar com segurança que o problema da recessão está superado em médio e longo prazo.

Deve-se observar que em nenhum momento a manutenção da produção cujos sistemas têm como fonte o rio Paraíba do Sul e o rio Guandu esteve ameaçada. Salienta-se que ao longo de todo o ano de 2021 não houve redução na defluência na transposição para o rio Guandu e consequentemente o sistema de produção de água do Guandu não foi afetado por diminuição da oferta hídrica.

Os outros sistemas de abastecimento como o Imunana-Laranjal, cuja fonte de água provém das bacias dos rios Macacu e Guapiaçu, por não haver reservatórios de regularização sempre são afetados no período de estiagem. No ano de 2021 a estiagem provocou a redução do sistema por 8 (oito) dias seguidos. Sendo uma redução média de 250 l/s nos 5 (cinco) primeiros dias (entre 22/08/21 e 26/8/21) e em prosseguimento e com agravamento, uma redução média de 800 l/s nos 3 (três) últimos dias (entre 26/08/21 e 29/8/21). Após este evento retornamos com a capacidade total da EEAB Imunana.

No interior do Estado, os sistemas cujas captações estão instaladas no rio Paraíba do Sul não sofreram impactos significativos em 2021. O município de Itaboraí sofreu os impactos da estiagem por utilizar o sistema Imunana como fonte de água bruta, nos períodos acima mencionados. Salienta se que o município de São João da Barra, localizado próximo à foz do rio Paraíba do Sul requer uma atenção especial, por ser influenciado pelos rios Pombo e Muriaé, que ficam no Estado de Minas Gerais e contribuem para o rio Paraíba do Sul após a barragem de Santa Cecília, e que sofreram no período de estiagem interrupções esporádicas

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

na produção na ETA pela intrusão da língua salina na foz do Rio. Vale ressaltar que os sistemas de Maricá e Paty do Alferes que estão em outras bacias sem reservatórios de regularização, sempre sofreram impactos importantes na produção de água devido à estiagem.

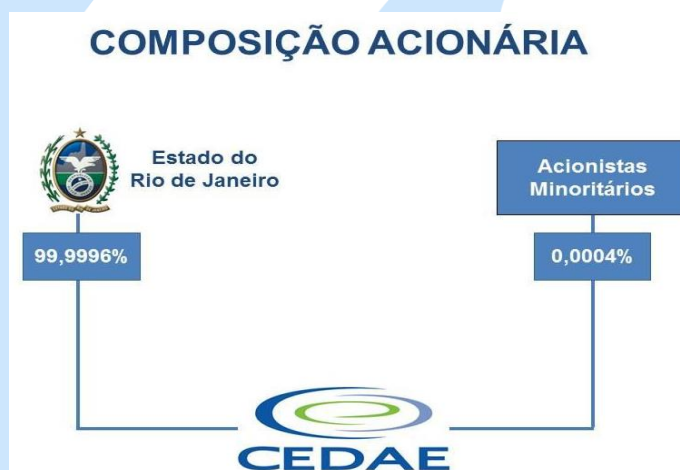
A CEDAE continua a participar ativamente dos Comitês de Bacias Hidrográficas em todo o Estado, além de fazer parte do GTAOH. Outrossim, vem atuando para reduzir perdas e fazendo campanhas de educação ambiental e conscientização para o uso racional da água com o objetivo de garantir a segurança operacional e se preparar para eventuais déficits hídricos no futuro. Além disso, contribui também ao participar de reuniões e discussões com a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade para o fortalecimento das políticas públicas no que tange à Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro.

6. PERFIL DA COMPANHIA E ÁREA DE ATUAÇÃO

A CEDAE é uma empresa de economia mista, sediada no município do Rio de Janeiro, tem como acionista majoritário o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Após o procedimento de operação assistida com as concessionárias vencedoras dos respectivos blocos, a CEDAE será responsável pelo serviço Upstream, que compreende a reservação, a captação, a adução e o tratamento de água bruta, que será vendida às concessionárias

7. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Atualmente temos 695 acionistas minoritários com 0,0004% da totalidade das ações, e o Estado do Rio de Janeiro como acionista majoritário possui 99,9996%.



8. DESEMPENHO FINANCEIRO

8.1. RECEITA LÍQUIDA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A receita líquida de 2021 totalizou R\$ 6.109.044 mil, 3,2% superior ao ano de 2020, conforme gráfico apresentado abaixo:



A seguir, a Companhia apresenta o comentário sobre os principais fatores que influenciaram o aumento da receita líquida nos períodos comparativos:

- i. O aumento da receita ocorreu basicamente em virtude do aumento no consumo de água, motivado pelo retorno gradual em 2021 das atividades empresariais.

8.2. CUSTOS E DESPESAS

Em 2021, os custos e despesas, que correspondem ao somatório dos custos dos serviços vendidos, despesas com vendas, despesas administrativas e outras despesas decorrentes da exploração dos serviços de água e esgoto, totalizaram R\$ 6.161.010 mil, contra R\$ 6.123.270 mil no ano de 2020, incremento de 0,6%. A tabela a seguir demonstra os custos e despesas nos períodos comparativos:

Descrição (R\$ Milhares)	2021	2020	Var. %
1. Pessoal	1.351.848	1.267.681	6,6%
2. Material	208.862	190.860	9,4%
3. Serviços de Terceiros	1.693.265	1.454.473	16,4%
4. Despesas Gerais	133.726	64.390	107,7%
5. Depreciações e Amortizações	230.771	277.029	-16,7%
6. Provisão para Devedores Duvidosos	1.489.135	1.897.491	-21,5%
7. Provisões Contingências	809.837	746.811	8,4%
8. Provisão Atuarial	243.157	249.351	-2,5%
9. Outras despesas/receitas operacionais	409	(24.816)	101,6
Despesas e Custos Operacionais	6.161.010	6.123.270	0,6%



RESULTADOS DE 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A seguir, a Companhia apresenta os comentários sobre os itens que compõem os custos das vendas e dos serviços prestados, despesas com vendas e administrativas que apresentaram variações mais significativas:

- i. Pessoal: Os gastos com Pessoal em 2021 apresentaram elevação de 6,6% em relação ao ano de 2020, principalmente em função do desligamento de 1.265 colaboradores através do PDV.
- ii. Material: Os gastos com material em 2021 apresentaram elevação de 9,4% em relação ao ano de 2020, principalmente com produtos químicos nas estações de tratamento.
- iii. Serviços de Terceiros: Os gastos com serviços de terceiros apresentaram elevação de 16,4% em relação ao ano 2020, principalmente em função dos gastos com serviços de conservação e manutenção de bens e sistemas, decorrentes de maior demanda por serviços corretivos e manutenção preventiva nos sistemas de água e esgotos e o aumento dos gastos com energia elétrica.
- iv. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD): A redução de 21,5% foi ocasionada como a partir de 01 de novembro de 2021 a Águas do Rio assumiu de forma definitiva a operação dos Blocos 1 e 4 a PCLD esperada dos clientes dos referidos blocos para os meses de novembro e dezembro não foram consideradas na estimativa da perda, resultando em uma redução de seu valor em comparação com o exercício social anterior.
- v. Provisões Contingências: O aumento de 8,4% foi basicamente pela variação percentual nas provisões que se deu em função das execuções cíveis em processo envolvendo o objeto "inadimplemento contratual".
- vi. Provisão Atuarial: A redução de 2,5% nas despesas atuariais no exercício de 2021 em relação ao exercício anterior ocorreu devido a uma menor rentabilidade dos ativos dos planos de previdências. Além disso, especificamente no plano de saúde (CEDAE Saúde), ocorreram ajustes no Aging Factor (Fator de Idade) e na inflação médica.

8.3. RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado financeiro líquido foi positivo em R\$98.499 mil em 2021, contra um valor negativo de R\$55.177 mil no ano anterior, conforme tabela a seguir:

Composição do Resultado Financeiro Líquido (R\$ Milhares)	Exercício		
	2021	2020	Var. %



RESULTADOS DE 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	225.092	142.213	58,3%
Atualização monetária	80.422	68.413	17,6%
Rendimentos de aplicações financeiras	96.658	29.465	228,0%
Juros auferidos	16.155	24.523	-34,1%
Multas por impontualidade	25.165	15.935	57,9%
Descontos obtidos e bonificações	6.692	3.877	72,6%
Despesas Financeiras	(126.593)	(197.390)	35,9%
Juros passivos s/parcelamentos tributários	(81.841)	(149.719)	45,3%
Juros e variações monetárias s/empréstimos e financiamentos	(40.752)	(46.079)	11,6%
Multas, juros e acréscimos moratórios s/pagamentos em atraso das obrigações tributárias	(562)	(840)	33,1%
Outras	(3.438)	(752)	357,2%
Resultado Financeiro Líquido	98.499	(55.177)	278,5%

- Receitas Financeiras: O aumento de 58,3% nas receitas financeiras, comparando-se ao ano anterior é decorrente, principalmente, do maior ganho em variações monetárias e em aplicações financeiras.
- Despesas Financeiras: A redução de 35,9%, comparando-se ao ano anterior, é resultado, principalmente, na redução dos juros sobre equacionamento da Previdência Complementar- plano Prece I, II e CV.

8.4. RESULTADO LÍQUIDO

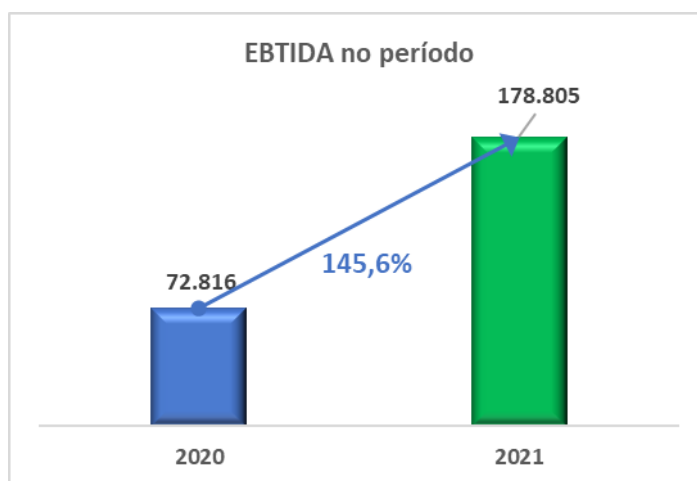
A CEDAE registrou lucro líquido de R\$ 27.136 mil em 2021, representando um aumento de 111,0% em relação ao prejuízo líquido de R\$ 247.150 mil registrado em 2020. Esse decréscimo decorre principalmente no aumento das receitas operacionais e uma melhora nos resultados financeiros.

Composição do Lucro Líquido (R\$ Milhares)	Exercício		
	2021	2020	Var. %
(+) Resultado antes do resultado financeiro	(51.966)	(204.213)	74,6%
(+/-) Resultado financeiro	98.499	(55.177)	278,5%
(-) Contribuição Social e Imposto de Renda	(19.397)	12.240	-258,5%
(=) Lucro/(Prejuízo) Líquido	27.136	(247.150)	111,0%

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**8.5. GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA (EBITDA)**

Em 2021, a CEDAE apresentou geração operacional consolidada de caixa de R\$ 178.805 mil contra R\$ 72.816 mil em 2020, ou seja, um aumento de 145,6% (ou R\$ 105.989 mil) ocorrida em função do acréscimo do resultado operacional. O EBITDA é uma medição não contábil adotada pela Companhia, calculada de acordo com a Instrução CVM 527/2012, consistindo no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações.

Descrição (R\$ Milhares)	Exercício		
	2021	2020	Var. %
(=) EBIT	(51.966)	(204.213)	74,6%
Margem EBIT (%)	-0,9%	-3,5%	74,3%
(+) Depreciação e amortização	230.771	277.029	-16,7%
(=) EBITDA	178.805	72.816	145,6%
Margem EBTIDA (%)	2,9%	1,2%	141,7%

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**8.6. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS**

No Exercício Social de 2021, a Companhia obteve Lucro Líquido de R\$ 27.136 mil. Baseada no Estatuto Social da Companhia e na Lei Federal 6.404/76, e com base nos resultados do ano de 2021, a Companhia calculou a Reserva Legal, o Lucro Líquido Ajustado e o Dividendo Obrigatório, conforme descrito na tabela abaixo:

Lucro Líquido do Exercício – 2021	
(-) Reserva Legal (5%) (R\$ Milhares)	1.357
(=) Lucro Líquido Ajustado (R\$ Milhares)	25.779
Dividendos Obrigatórios (25%) (R\$ Milhares)	6.444
Quantidade de ações ordinárias	629.072
Valor dos dividendos por ação ordinária (R\$)	0,01

8.7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Ao longo de 2020, a Companhia realizou pagamentos mensais dos Empréstimos e Financiamentos contratados. Em dezembro de 2020, a Companhia realizou o último pagamento mensal da 6ª Emissão de Debêntures e da Cédula de Crédito Bancário (CCB) nº 449.982-71 (CCB FINISA), realizando assim a liquidação das referidas operações dentro do prazo previsto.

Os Empréstimos e Financiamentos vigentes são a 5ª Emissão de Debêntures, cujos credores são o BNDES e o BNDESPar, e as Cédulas de Crédito Bancário nº 433.257-52 (CCB FGTS 1ª tranche), nº 441.050-71 (CCB FGTS 2ª tranche) e nº 441.054-75 (CCB FGTS 3ª tranche). As CCBs referem-se às três tranches da operação de crédito de R\$ 3 bilhões captada junto à Caixa

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Econômica Federal, sendo utilizada na ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense e na construção do Complexo Guandu 2. Cabe salientar que todas as tranches estão em fase de desembolso.

Segue abaixo uma breve descrição dos Empréstimos e Financiamentos da Companhia:

Empréstimos e Financiamentos	Credor	Objeto	Taxa Remuneratória	Saldo Devedor em 31/12/2021 (R\$ Milhares)	Vencimento
5ª Emissão de Debêntures	BNDES e BNDESPar	Financiar o projeto de implantação de novas redes de abastecimento de água na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro	1ª Série: TJLP + 2,75% a.a. e 2ª Série: Selic x 2,75% a.a.	45.939	2025
CCB FGTS 1ª Tranche	Caixa Econômica Federal	Financiamento para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense/RJ	TR + 8,5% a.a.	393.811	2038
CCB FGTS 2ª Tranche		Financiamento para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense/RJ, com a construção de nova Estação de Tratamento de Água (ETA Novo Guandu)	TR + 8,5% a.a.	28.556	2039
CCB FGTS 3ª Tranche		Financiamento para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense/RJ	TR + 8,7% a.a.	3.092	2041

9. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CEDAE tem aperfeiçoado suas práticas de Governança Corporativa, principalmente após a promulgação da Lei 13.303/16 (Lei das Estatais) e o Decreto nº 46.188 que regulamenta a lei no âmbito do Estado do Estado do Rio de Janeiro.



RESULTADOS DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Utilizando-se das melhores práticas e referências de mercado, a Governança Corporativa da Companhia almeja garantir que toda a organização esteja em conformidade com os seus princípios e valores, refletidos em políticas, procedimentos e normas internas, e com as leis e os dispositivos regulatórios ao qual está submetida, com ações que assegurem a transparência, equidade, prestação de contas e a responsabilidade corporativa.

A Companhia está em constante processo de crescimento para tornar-se uma empresa mais qualificada, ágil e moderna, capaz de fornecer subsídios sólidos às tomadas de decisões e atender com eficiência às crescentes demandas dos usuários, do mercado e do governo.

Dentre as principais medidas adotadas em 2021, destacam-se:

I. Adequação à LGPD

A Companhia com o intuito de garantir a segurança e a privacidade no tratamento de dados pessoais implantou medidas técnicas e administrativas com base na Lei nº 13.079 de 14 agosto de 2018, denominada LGPD, dentre as quais destacamos:

- i. Aprovação da Política de Privacidade e Proteção de Dados com diretrizes aplicáveis a todos os empregados da CEDAE, abrangendo os conselheiros, diretores, estagiários e aprendizes, incluindo qualquer pessoa física ou jurídica, de Direito Público ou Privado, que mantém relacionamento: fornecedores, parceiros, clientes e prestadores de serviço.
- ii. Pactuação dos contratos de compartilhamento de dados pessoais entre a CEDAE e as concessionárias vencedoras do Leilão de Concessão para a Prestação dos Serviços de Esgotamento Sanitário e Abastecimento de Água. Estes contratos objetivam discriminar quais dados estão sendo compartilhados e para qual propósito, além de:
 - a. respaldar os agentes de tratamento de dados e proteger os titulares de dados, assegurando que os dados não serão utilizados para propósitos diferentes do previsto em cumprimento aos princípios da lei;
 - b. prevenir falhas de comunicação entre os controladores em conjunto durante a operação assistida, garantindo que quaisquer dúvidas sobre o uso dos dados sejam discutidas no contrato;
 - c. estabelecer as responsabilidades pelo tratamento dos dados contemplados pela área concedida, sendo determinado o relacionamento de controladores conjuntos no período de operação assistida, definindo a posição de

**RESULTADOS DE 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

controladoras isoladas dos dados pessoais às concessionárias após a assunção definitiva dos serviços;

- d. definir tecnicamente como serão disponibilizados os dados, a fim de garantir a segregação, ou seja, que serão dispostos apenas os dados pessoais referentes a área de atuação de cada concessionária.
- iii. Elaboração de cláusulas padrões para as contratações da Companhia para atendimento à LGPD, prevendo a adequação quanto às contratações, sejam elas novos contratos, prorrogações ou aditivos.
- iv. Execução do planejamento definido conforme estratégia de adequação estabelecida, mobilizando as principais áreas impactadas, dentre elas: Recursos Humanos, Ouvidoria, Jurídico, Segurança da Informação, Comunicação e Marketing. As ações definidas no planejamento, algumas concluídas e outras em andamento, possuem o propósito de desenvolver o inventário de dados e mapear todos os processos onde há o tratamento de dados pessoais, assim como, identificar e mapear os principais riscos à privacidade e proteção de dados, elaborando o relatório de impacto em privacidade e proteção de dados, criando e atualizando suas políticas, estabelecendo a Governança de Dados e implementando o Programa de Privacidade e Proteção de Dados da CEDAE, sendo submetido à auditoria e avaliações periódicas, promovendo a melhoria contínua dos processos.
- v. Criação da Assessoria de Privacidade e Proteção de Dados, que funciona como escritório de projetos consultivo sobre o tema, com o objetivo de adequar a Companhia e tratar com responsabilidade os dados pessoais dos titulares de dados que se relacionam com a CEDAE, evidenciando atenção, responsabilidade e compromisso com a temática.

II. Conclusão da Implantação do Sistema Integrado de Governança, Riscos e Compliance - GRC

A CEDAE objetivando atuar de forma mais sistematizada e unificada, iniciou em maio de 2021 a utilização em modo produção do software de GRC RSA Archer, que consiste em uma ferramenta de integração dos seus processos com as áreas de negócio possibilitando a adoção de decisões mais estratégicas e tornando a Companhia mais resiliente.

III. Atualização do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A partir dos trabalhos realizados de análise e avaliação do processo de contratação, incluindo o processo licitatório, onde foram identificadas oportunidades de melhoria e da junção de esforços para adequação à LGPD e demais legislações e revisões, vislumbrou-se a necessidade alteração do Regulamento Interno de Licitações e Contratos fazendo com que a Comissão permanente revisora focasse suas atividades do ano de 2021 na priorização dessas agendas.

IV. Matriz de Riscos de Fraude e Corrupção

Alinhada à Política de Gestão de Riscos e ao fortalecimento Programa de Compliance, em 2021, a CEDAE concluiu o mapeamento e análise resultando em sua Matriz de Riscos de Fraude e Corrupção retratando os riscos mais relevantes relacionados ao tema e auxiliando na definição das medidas de tratamento e monitoramento vinculados às diretrizes estratégicas e macroprocessos críticos.

V. Matriz de Riscos da Contratação

A previsão da adoção da matriz de riscos da contratação, nos termos da Lei nº 13.303/2016, garante a devida atribuição dos riscos e responsabilidades entre os contratantes. A Companhia padronizou e atualizou a Matriz de Risco da Contratação contendo o rol de risco passíveis em um processo de contratação.

VI. Formalização e Atualização Políticas Institucionais

Em 2021, o Conselho de Administração da CEDAE aprovou a Política de Consequência, em substituição ao Regimento Disciplinar, que integra o arcabouço normativo do Sistema Correcional da CEDAE e possui como propósito ser uma ferramenta de consulta para todos os colaboradores da Companhia, bem como uma diretriz para os gestores que lidam com a atividade disciplinar dos empregados, ou seja, aqueles responsáveis pela organização, controle e condução dos procedimentos correcionais, além da Política de Privacidade e Proteção de Dados já abordada.

Também foram aprovadas pelo Conselho de Administração da CEDAE, a atualização das Políticas de Auditoria Interna, Porta Vozes, Relacionamento com Fornecedores e Compliance. Ademais, as Políticas Institucionais de Controles Interno, Dividendos, Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes e Preservação de Sigilo, Gestão de Riscos, Relacionamento com Agentes Públicos e Transação com Partes Relacionadas estão em processo de revisão e atualização, sob coordenação da Gerência de Compliance.

VII. Disseminação da Cultura de Integridade

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A CEDAE implementou em 2021 seu Plano de Comunicação e Treinamento de Compliance, sendo uma peça importante na conscientização e orientação dos colaboradores quanto aos princípios éticos e de integridade, promovendo uma cultura pautada nesses valores.

O Plano estabeleceu um roteiro capaz de abordar de forma objetiva os principais pontos do Programa de Compliance, Código de Ética e Conduta, Canal de Ética e Políticas Institucionais, bem como os meios e canais mais eficazes para atingir cada público-alvo.

Foram realizadas diversas ações de comunicação, destacando-se comunicados da alta administração, cartazes nas unidades, quizzes interativos, criação de seção específica de Governança na Intranet e elaboração de cartilhas para públicos específicos.

Já no que diz respeito aos aspectos de treinamento, foram realizados cursos específicos para líderes, além de palestras e workshops para todos os empregados, totalizando cerca de 210 horas de treinamento disponibilizadas, atingindo 52% do quadro de líderes e 19% do total de empregados. A Companhia trabalha aplicando esforços para os avanços dos treinamentos e a disseminação da integridade em todo o seu âmbito.

VIII. Conquista da Marca de Participante do Programa Nacional de Prevenção e Combate a Corrupção

A CEDAE passou a ser participante do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC) e, com isso, em outubro de 2021, conquistou a Marca de Participante do respectivo programa. A adesão ao programa e conquista da Marca se deram através do preenchimento do questionário disponibilizado no sistema e-Prevenção, do Tribunal de Contas da União (TCU), órgão patrocinador junto à Controladoria-Geral da União (CGU).

Por meio dessa iniciativa, a CEDAE também passa a ser reconhecida como promotora da integridade e da ética, colocando-se como exemplo na contribuição e implementação das melhores práticas de integridade na Administração Pública.

IX. Treinamento da Alta Administração

Em 2021, cumprindo o que estabelece a Lei Federal nº 13.303/16, a CEDAE promoveu treinamento sobre noções de GRC aos administradores e conselheiros, ministrado em plataforma virtual. O curso com duração total de 8 horas, abarcou os temas: Introdução à GRC, Gerenciamento de Riscos, Lei 12.846/2013 – Lei Anticorrupção e Lei 13.303/2016.

X. Capacitação e Desenvolvimento do Corpo Técnico

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Com foco na equalização do conhecimento dos conceitos básicos na dinâmica corporativa, a CEDAE proporcionou ao corpo técnico da Governança Corporativa uma série de treinamentos ao longo do ano de 2021, totalizando 133 horas. Foram ministrados cursos intensivos e extensivos com temas relacionados às áreas de interesse.

XI. Apresentação do Relatório de Sustentabilidade

A CEDAE divulgou pela quarta vez o Relatório de Sustentabilidade Anual, referenciado nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). O relatório apresentou as atividades e o desempenho da Companhia, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, nos aspectos operacionais, econômicos, sociais e ambientais.

XII. Divulgação da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

Em conformidade com o artigo 8º, incisos I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreveu a Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa da CEDAE. Em 2021, foi publicada em nosso site a versão referente ao ano de 2020 que apesar da adversidade do cenário brasileiro e mundial, a CEDAE, utilizando as melhores práticas e referências, buscou ações transparentes, ágeis e modernas, para atender com eficiência às crescentes demandas dos seus stakeholders.

Programa de Compliance

O Programa de Compliance da CEDAE, implantado em julho/2018, está em constante melhoria, aumentando gradativamente seu nível de maturidade. Em 2021 o enfoque no Pilar Prevenção continuou sendo prioritário, sendo a principal medida a regulamentação de procedimento interno de análises das conformidades dos processos e da integridade dos fornecedores, realizadas previamente às contratações e renovações de contratos pelo Departamento de Prevenção a Fraudes e Corrupção.

A atuação integrada com gestão de riscos, controles internos e auditoria interna e a utilização de ferramenta para Background Check possibilitaram a realização de testes de Compliance com o objetivo de estabelecer a diligência apropriada para mitigar riscos de fraude e corrupção, principalmente nas contratações realizadas pela Companhia.

Além disso, deu-se andamento ao desenvolvimento de diversos trabalhos voltados para o fortalecimento de diretrizes da Alta Administração, principalmente o desenvolvimento de normativos e procedimentos internos, bem como realizou-se a revisão das Políticas Institucionais.



RESULTADOS DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No Pilar Detecção, também houve avanços. O estabelecimento do Sistema Correcional da Companhia, sob a responsabilidade da Gerência de Compliance, definiu os fluxos de apurações internas, propôs a criação da Política de Consequência e de norma de apuração interna.

O monitoramento da efetividade do Programa de Compliance da CEDAE, passou a ser registrado na ferramenta Suíte Integrada RSA Archer, de Governança, Risco e Compliance, organizando as informações e evidências necessárias, que possibilitará a Companhia avançar na sua governança corporativa.

Canal de Ética

A CEDAE mantém um sistema de gestão e tratamento de denúncias, a fim de assegurar que todas as ações e condutas conhecidas (reais ou potenciais) em desacordo com o Código de Ética e Conduta e às normas internas e legais sejam regularmente apuradas, que os colaboradores ou terceiros envolvidos sejam responsabilizados, que os danos à empresa ressarcidos e que sejam tomadas ações de remediação para mitigar o risco e evitar novas infrações.

A fim de assegurar o recebimento das denúncias e tratamento adequado, a CEDAE implementou em 2018, o Canal de Ética, uma ferramenta externa denominada Contato Seguro que é independente, sigilosa e imparcial, gerida por empresa contratada por meio de um procedimento licitatório que está disponível para todos, nos seguintes canais:

- <https://www.cedae.com.br/canaldeetica>
- <https://contatoseguro.com.br/pt/cedae>
- Telefone: 0800 600 2675

O uso do Canal de Ética deve ser feito sob o princípio da boa-fé, ou seja, não se tolera o uso do canal para fazer intrigas, calúnias, relatar mentiras propositadamente ou retaliação de qualquer natureza.

Assim, todos os administradores, colaboradores e parceiros de negócio devem utilizá-lo, sempre que suspeitarem ou souberem de algo contrário aos princípios da ética e integridade.

O recebimento e classificação das denúncias é realizado por um canal externo, o qual assegura o anonimato dos denunciantes, denunciados e eventuais testemunhas, bem como o sigilo do conteúdo denunciado.



RESULTADOS DE 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Já as atividades de estruturação e supervisão do Canal de Ética são realizadas pela Comissão de Ética da Companhia, órgão colegiado e multidisciplinar, composta por empregados do quadro permanente, que tem por missão analisar as situações investigadas e opinar pelas medidas administrativas e disciplinares cabíveis.

Ao longo do processo de apuração é assegurado total sigilo, confidencialidade e proteção institucional aos colaboradores que trabalham em todas as etapas de gestão e tratamento das denúncias.

No ano de 2021 foram realizadas 148 (cento e quarenta e oito) denúncias ao Canal de Ética, das quais 111 (cento e onze) já foram concluídas, sendo 29 (vinte e nove) procedentes, resultando em medidas disciplinares e ações de remediação.

10. PROGRAMA DE OBRAS

TEMAS	INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO	SALDO EM 2022
DIVERSOS	REGIÃO METROPOLITANA	R\$ 364.766.652,14
	BAIXADA FLUMINENSE (S/GUANDU)	R\$ 134.148.983,37
	INTERIOR	R\$ 277.509.000,00
SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA	SISTEMA GUANDU	R\$ 2.698.209.319,77
	SISTEMA DE LAJES	R\$ 0,00
	SISTEMA ACARI	R\$ 343.944.515,45
TOTAL		R\$ 3.818.578.470,73

Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo dos Investimentos
RIO DE JANEIRO			
Ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Paquetá	24.500	Área Concedida	R\$ 0,00
Obra de Reforma do Reservatório de São Carlos – Estácio - RJ	Não aplicável	Obra em andamento	R\$ 237.548,87
Obras para Ampliação do Sistema de Abastecimento de Águas do Sistema Zona Oeste – Guaratiba I	322.080	Obra em andamento	R\$ 51.388.036,23
Aquisição de 2 reservatórios em chapa de aço parafusado com revestimento em aço vitrificado com capacidade de 5000 m3 cada, para atender a ampliação do Sistema de abastecimento de Água da Zona Oeste – Setor Guaratiba I		Licitação em andamento	R\$ 6.678.000,00



RESULTADOS DE 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Obras para Ampliação do Sistema de Abastecimento de Águas do Sistema Zona Oeste – Guaratiba II		Obra em andamento	R\$ 35.891.015,47
Aquisição de 2 reservatórios em chapa de aço parafusado com revestimento em aço vitrificado com capacidade de 5000 m3 cada, para atender a ampliação do Sistema de abastecimento de Água da Zona Oeste – Setor Guaratiba II	213.642	Licitação em andamento	R\$ 6.900.00,00
Ampliação do sistema de abastecimento de água tratada da Barra da Tijuca, Recreio, Jacarepaguá, Vargem Grande e Vargem Pequena	872.533	Área Concedida	R\$ 0,00
Serviços de reforma dos decantadores da ETE Barra	Não aplicável	Em andamento	R\$ 3.325.178,09
Obra de esgotamento sanitário da Bacia Aroazes	24.811	Área Concedida	R\$ 0,00
Projeto básico de esgotamento sanitário para reuso dos sistemas de tratamento da Região Hidrográfica do Guandu	Não aplicável	Obra em andamento	R\$ 2.028.526,10
Obras de rede de interligações da Bacia do Anil - Jacarepaguá	5.746	Área Concedida	R\$ 0,00
Obras de Recuperação a ser realizada no Açude de Camorim - Jacarepaguá	Não aplicável	Obra em andamento	R\$ 316.293,46
Contratação de Serviços Especializados para Digitalização, Vetorização, Georreferenciamento, Padronização e Verificação dos Dados Cadastrais para Aprimoramento do Cadastro Técnico	Não aplicável	Serviço em andamento	R\$ 5.392.814,26
Modernização do Sistema de Automação do Reservatório de Marapicu	Não aplicável	Licitação em andamento	R\$ 4.343.517,14
Obras de Redes de Interligação da Freguesia e Adjacências - Jacarepaguá	2.096	Área Concedida	R\$ 0,00
Complementação de Rede para Atendimento do Museu Nacional e entorno – São Cristóvão – Rio de Janeiro	Não aplicável -	Obra em andamento	R\$ 1.409.947,76
Etapas 2ª Comunidade Cidade Rocinha	70.000	CONCLUÍDA em 2021	R\$ 0,00
Obras Programa Comunidade Cidade Rocinha 1ª Etapa		Área Concedida	R\$ 0,00
Contratação de Serviços de Gerenciamento e Supervisão das Obras e Serviços na Região Metropolitana do Rio de Janeiro	N/A	Em andamento	R\$ 8.155.774,76
SISTEMA ALEGRIA			
Complementação do tronco coletor Faria Timbó	456.000	Obra será realizada pelo PSAM	R\$ 134.000.000,00
Complementação do tronco coletor Manguinhos e saneamento da Maré	900.000	Obra será realizada pelo PSAM	R\$ 111.600.000,00
Complementação do tratamento secundário da	1.500.000	Área Concedida	R\$ 0,00



RESULTADOS DE 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ETE Alegria			
REGIÃO METROPOLITANA - TOTAL			R\$ 364.766.652,14

Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo dos Investimentos
BELFORD ROXO			
Ampliação do sistema de abastecimento de água de diversas localidades do município de Belford Roxo	120.000	Área Concedida	R\$ 0,00
Recuperação da rede coletora e reforma da elevatória de esgotamento sanitário do Lote XV	32.000	Área Concedida	R\$ 0,00
Melhoria na rede de distribuição de água em diversas localidades do município de Belford Roxo	16.457	Área Concedida	R\$ 0,00
Ampliação do sistema de abastecimento de água de Miguel Couto	156.902	Área Concedida	R\$ 0,00
DUQUE DE CAXIAS			
Ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água tratada da localidade de Campos Elíseos	58.000	CONCLUÍDA 2021	R\$ 0,00
Ampliação do sistema de abastecimento de água de diversas localidades do município de Duque de Caxias	278.126	Área Concedida	R\$ 0,00
Serviços de reforma das elevatórias de esgotos Olavo Bilac, Vila Centenário e Jardim Leal	55.380	Previsão de término julho/2022	R\$ 2.088.813,51
Melhoria na rede de distribuição de água em diversas localidades do município de Duque de Caxias	34.029	Área Concedida	R\$ 0,00
ITAGUAÍ / SEROPÉDICA			
Obras para complementação do abastecimento de água no Município de Itaguaí	255.983	Área Concedida	R\$ 0,00
JAPERI			
Complementação das obras do sistema de abastecimento de água da Japeri	106.349	Obra em andamento	R\$ 18.677.146,65
MAGÉ			
Ampliação do sistema de água tratada da cidade de Magé - Mauá e Suruí	95.814	Área Concedida	R\$ 0,00
NOVA IGUAÇU			
Melhoria do abastecimento para a localidade de Grão Pará	102.000	Concluída em 2021	R\$ 0,00
Complementação da rede distribuidora de água na área de abrangência dos reservatórios Cabuçu Alto e Baixo	24.409	Área Concedida	R\$ 0,00
Esgotamento Sanitário dos bairros Juscelino, Centro (parte), Caonze, em Nova Iguaçu	13.192	Área Concedida	R\$ 0,00



RESULTADOS DE 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aquisição de tubos para a complementação da rede distribuidora de água na área de abrangência dos reservatórios Cabuçu Baixo e Alto	Não aplicável	Área Concedida	R\$ 0,00
QUEIMADOS			
Complementação do sistema de abastecimento de água no município de Queimados	93.231	CONCLUÍDA 2021	R\$ 0,00
SÃO JOÃO DE MERITI			
Ampliação do sistema de abastecimento de água de diversas localidades do município de São João Meriti-1ª etapa	267.455	Área Concedida	R\$ 0,00
Fornec. e instalação do reservatório em chapa de aço parafusado ou no sistema de dobra dupla para água potável, com capacidade de 2.500 m³ p/ Abastec. De água Jardim Meriti- S. J. Meriti		Área Concedida	R\$ 1.556.000,00
DIVERSOS MUNICÍPIOS			
Recuperação do sistema de coleta e transporte de esgotos sanitários da Pavuna	288.000	Obra em andamento	R\$ 14.212.231,02
Sistema de coleta e transporte de esgotos sanitários de Sarapuí	127.200	Obra em andamento	R\$ 15.489.070,37
Sistema integrado de abastecimento de água de Jardim Esplanada, Jardim Alvorada, Brasília, Posse e JK nos municípios de Nova Iguaçu e Mesquita	957.402	Área Concedida	R\$ 0,00
Proteção da tomada d´água do Guandu	15.000.000	Licitação em fase de recurso	R\$ 82.125.721,82
Reforço no sistema de abastecimento de água de Nilópolis e outros	102.161	Área Concedida	R\$ 0,00
BAIXADA FLUMINENSE - TOTAL			R\$ 134.148.983,37

Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo dos Investimentos em R\$
ITABORAÍ			
Novo sistema de produção de água tratada de Itaboraí	332.927	Área Concedida	R\$ 0,00
RIO BONITO			
Ampliação do sistema de abastecimento de água de Rio Bonito	10.000	Concluída em 2021	R\$ 0,00
SÃO GONÇALO			
Ampliação do sistema de abastecimento de água com a construção de reservatórios, tronco alimentador e tronco distribuidor no bairro de Monjolos	66.247	Concluída em 2021	R\$ 0,00
LESTE FLUMINENSE - TOTAL			R\$ 0,00
BARRA DO PIRAÍ			



RESULTADOS DE 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ampliação do sistema de abastecimento de água na Sede do município de Barra do Piraí	95.000	Área Concedida	R\$ 0,00
ITAPERUNA			
Sistema de abastecimento de água do município de Itaperuna	82.500	Saldo da obra sendo relicitado	R\$ 19.040.000,00
Implantação de sistema de esgotamento sanitário do município de Itaperuna	82.500	Saldo da obra sendo relicitado	R\$ 49.060.000,00
MACAÉ			
Ampliação do sistema de produção de água tratada para o município de Macaé	243.967	Aguardando recurso financeiro	R\$ 209.409.000,00
INTERIOR DO ESTADO - TOTAL			R\$ 277.509.000,00

Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo dos Investimentos em R\$
SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA- GUANDU			
Contratação de terraplanagem para o Reservatório Novo Marapicu e construção das estruturas de drenagem para águas pluviais e vias de acesso ao Reservatório Novo Marapicu - Parte integrante do sistema Novo Guandu - Etapa 01 - Fase 01	3 milhões	Em andamento	R\$ 17.066.934,66
Implantação Básica, Terraplanagem e Macrodrenagem da Estação de Tratamento de Água do Novo Guandu - Etapa 02 Fase 01 - do Sistema de Produção ETA Novo Guandu		Em contratação	R\$ 78.433.497,02
Implantação de Sistema de Produção de Água do Novo Guandu		Sendo elaborada a licitação	R\$ 2.037.771.991,40
Gerenciamento da obra do Sistema de Produção ETA Novo Guandu - Parte 01 - 12 m³/s e do Novo Reservatório do Marapicu - 57.000 m³ - Parte 01		Em andamento	R\$ 22.084.953,71
Aquisição de tubos de aço para troncos, travessias e extravasos- Sistema de Produção ETA Novo Guandu		Sendo elaborada a licitação	R\$ 84.094.490,16
Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de instalação com fornecimento de sistemas de remoção de lodo para os decantadores 7, 8 e 9 da VETA – Velha Estação de Tratamento de Água do Guandu		Obra em andamento	R\$ 27.266.629,46
Contratação de empresa especializada para fornecimento com instalação de sistema mecânico do tipo turbina de fluxo axial para os floculadores da NETA e da VETA da Estação de Tratamento de Água do Guandu		Obra em andamento	R\$ 10.768.063,19
Contratação de empresa especializada para a recuperação e adequação de 60 filtros da NETA – Nova Estação de Tratamento de Água		Obra em andamento	R\$ 49.846.947,33



RESULTADOS DE 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Contratação de serviço de engenharia para substituição com fornecimento de 60 válvulas do tipo gaveta DN 800 mm, 12 válvulas do tipo gaveta DN 600 mm, acessórios e peças especiais dos filtros e decantadores da NETA, respectivamente.		Obra em andamento	R\$ 13.031.197,29
Fornecimento com instalação de 60 mesas de comando dos filtros da Nova Estação de Tratamento de Água (NETA) do Guandu		Aguardando licitação	R\$ 3.287.107,60
Contratação de serviço de bombeamento de água bruta do Rio Guandu para Lagoa Maior da captação da Estação de Tratamento de água do Guandu		Obra em andamento	R\$ 3.340.479,67
Construção do Reservatório novo Marapicu, tronco, extravasor e adutora do Sistema de Produção de Água Novo Guandu		Aguardando licitação	R\$ 351.217.028,28
SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA -LAJES			
Implantação do Sistema de Produção de Água de Ribeirão das Lajes - 5,5 m³/s	-	Em fase de projeto	R\$ 0,00
SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA -ACARI			
Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação do Sistema de Produção de Água de Tinguá	3 milhões	Obra em andamento	R\$ 19.402.951,31
Implantação de Sistema de Produção de Água Rio D'Ouro	-	Em fase de projeto	R\$ 98.000.000,00
Novo sistema de produção de água para os 3º e 4º Distritos de Duque de Caxias - ETA XERÉM	240.000	Licitação em andamento	R\$ 226.541.564,14
SISTEMAS DE PRODUÇÃO - TOTAL			R\$ 3.042.153.835,22

11. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos auditores independentes, esclarecemos que nossa política de relacionamento com os auditores independentes, relativa à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está substanciada nos princípios que preservam a independência do auditor.

A Ernst & Young Auditores Independentes S/s foi contratada para os serviços de auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Destacamos que em 2021 a Ernst & Young auditores Independentes S/s não prestou outros serviços além da auditoria das demonstrações financeiras.



RESULTADOS DE 2021

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

12. AGRADECIMENTOS

A Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), por meio de sua Diretoria Executiva, dedica seus agradecimentos ao acionista controlador desta empresa, o Estado do Rio de Janeiro, aqui representado na figura do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Cláudio Castro. Aos senhores acionistas minoritários, agradecemos a confiança na condução da administração dos negócios. O reconhecimento pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal da CEDAE nos estimula a avançar sempre. A todos, o nosso muito obrigado.

Aos entes financiadores da Companhia e do Governo do Estado do Rio de Janeiro, ressaltamos que os recursos aportados nos projetos desta Companhia tornaram possível a realização de investimentos e obras fundamentais para a expansão contínua dos serviços prestados pela CEDAE e para o saneamento básico do estado. Portanto, também devemos nossa reverência às instituições aqui citadas: Caixa Econômica Federal (CAIXA) e BNDES.

Gostaríamos também de agradecer a colaboração da Secretaria de Estado de Saúde (SES), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – seção Rio de Janeiro (ABES-Rio), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (POLI/UFRJ) na realização do estudo “Monitoramento espaço-temporal da concentração de SARS-COV-2 nos esgotos sanitários da Região Metropolitana do Rio de Janeiro como estratégia de apoio de ações de vigilância epidemiológica da COVID-19”.

Agradecemos a todos os colaboradores que, neste momento de pandemia, mantêm as atividades com o objetivo de garantir a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Gostaríamos, finalmente, de reforçar o compromisso com a população do Estado do Rio de Janeiro. Com tantos desafios ambientais, sociais e econômicos, vivemos em constante adaptação para oferecer serviços cada vez melhores de água e esgoto. É essa missão que guia o nosso quadro de 3,5 mil empregados.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE ("CEDAE" ou "Companhia") foi constituída em 1º de agosto de 1975 como sociedade anônima de economia mista domiciliada no Brasil, através da incorporação das entidades controladas pelo Estado do Rio de Janeiro: Empresa de Águas do Estado da Guanabara ("Cedag"), Empresa de Saneamento da Guanabara ("Esag") e Companhia de Saneamento do Estado do Rio de Janeiro ("Sanerj"). Atualmente, sediada na Cidade do Rio de Janeiro na Avenida Presidente Vargas, nº 2.655, Cidade Nova, a Companhia é vinculada atualmente à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança (SECCG) e tem como acionista controlador o Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia atua no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, mediante delegação do Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Estado do Rio de Janeiro") e nos municípios através de convênios, sendo suas principais atividades:

- (i) Captação, tratamento, adução e distribuição da água;
- (ii) Coleta, tratamento e destinação de esgotos sanitários;
- (iii) Realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes;
- (iv) Execução do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara ("PDBG") que é um programa do Estado do Rio de Janeiro, envolvendo diversos órgãos estaduais, cabendo à CEDAE o papel de executora das obras de esgotamento sanitário com recursos financeiros do Estado do Rio de Janeiro, de fontes externas ou internas; e
- (v) Execução do Programa de Saneamento da Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes ("PSBJ") com recursos provenientes de diversos programas financeiros do Estado do Rio de Janeiro, como Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano ("Fecam") e Fundo Estadual de Saúde ("FES"), ou com recursos da CEDAE.

Após a transferência dos serviços nos municípios integrantes dos blocos 1 e 4, referente à Concorrência Internacional 001/2020 mencionada no subtópico 1.4 a seguir, dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia opera os serviços de abastecimento de água em 36 municípios e parte do Rio Janeiro, dentre esses com contrato para prestação de serviços de esgotamento sanitário em 15 municípios e parte do Rio Janeiro.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 31 de dezembro de 2021, apresentam-se vencidas as concessões relacionadas a seguir e que estão em fase de negociação com os municípios, sendo que os serviços não sofreram interrupção (Nota 2.7.2).

Município	Serviços
Angra dos Reis	Água
Cachoeiras de Macacu	Água
Cambuci	Água
Miracema	Água
Porciúncula	Água e esgoto
Quissamã	Água e esgoto
São João da Barra	Água e esgoto
Teresópolis	Água e esgoto

Em 31 de dezembro de 2021, o valor contábil do intangível utilizado nos oito municípios em negociação totalizava R\$193.076 (R\$197.995 em 31 de dezembro de 2020), tendo gerado receita de R\$129.977 (R\$119.778 em 31 de dezembro de 2020) (Nota 10).

Os contratos de concessão estipulam um direito de cobrar dos clientes os serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo estabelecido nestes. A Companhia possui, na maior parte dos seus contratos, um direito de receber caixa ao final da concessão como forma de indenização pela devolução dos ativos ou de prorrogar o contrato até a efetiva quitação da indenização por parte dos municípios.

Nos contratos em que não está prevista tal indenização (cinco contratos na totalidade), existe a obrigatoriedade do Poder Concedente prorrogar o prazo de concessão pelo tempo necessário para que a Companhia recupere o investimento efetuado. No caso do contrato firmado com o Município do Rio de Janeiro, não existe previsão de indenização. Contudo, o contrato possui validade de 50 anos, prazo inferior à vida útil dos bens relacionados à concessão e prevê renovação automática pelo mesmo período, a qual a opção de não exercer renovação deve ser manifestada até dois anos antes do fim da vigência do contrato.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

As concessões em termos de número de economias (*) são:

		Concessões de água e esgotamento sanitário		
		Número de economias (*)	Início	Término
Município				
1	Rio de Janeiro	969.667	2007	2057
2	Macaé	77.953	2011	2041
3	Rio das Ostras	56.358	2011	2061
4	Itaperuna	35.087	2008	2038
5	Itaguaí	33.463	2011	2041
6	Valença	28.145	2009	2039
7	Paraíba do Sul	16.038	2008	2038
8	Vassouras	15.210	2008	2048
9	Seropédica	14.489	2009	2039
10	Mangaratiba	13.506	2013	2043
11	São Fidelis	12.054	2008	2038
12	Bom Jesus do Itabapoana	11.004	2011	2041
13	Pirai	10.724	2009	2029
14	Miguel Pereira	9.795	2009	2039
15	Pinheiral	9.134	2008	2048
16	Paracambi	8.663	2008	2038
17	Paty do Alferes	8.141	2008	2038
18	Bom Jardim	7.189	2001	2031
19	Sapucaia	6.488	2010	2035
20	Rio Claro	5.048	2008	2038
21	Natividade	5.027	2008	2038
22	Italva	4.253	2012	2042
23	Cardoso Moreira	3.750	2002	2027
24	Eng. Paulo de Frontin	3.259	2008	2048
25	Barra do Piraí	3.215	2006	2036
26	Macuco	3.193	2002	2032
27	Laje do Muriaé	2.577	2013	2043
28	Sumidouro	2.163	2009	2039
29	Santa Maria Madalena	1.909	2009	2039
30	São José de Ubá	1.790	2009	2039
31	Carapebus	1.564	2008	2038
32	Trajano de Moraes	1.435	2000	2030
33	Varre-Sai	1.271	2009	2039

(*) Economia é uma unidade predial, caracterizada segundo o artigo 96 do Decreto Estadual do Rio de Janeiro nº 553/1976, para efeito de cobrança (informação não auditada).

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Conforme divulgado na Nota 14, em 19 de junho de 2018, transitou em julgado junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Cível Ordinária nº 2757/RJ, de autoria da Companhia. Nessa ação a CEDAE requereu imunidade tributária nos termos do artigo 150, VI “a” da Constituição Federal, por ser entendimento de seus Administradores e consultores jurídicos e legais que a Companhia, por ter como único acionista o Governo do Estado do Rio de Janeiro e prestar serviços de utilidade pública, estava imune a impostos por se equiparar a um ente público. O êxito obtido pela Companhia lhe assegurou a imunidade a impostos e, a partir da data do trânsito em julgado, a Administração deixou de apurar e recolher os impostos federais; baixando os valores a eles relacionados, sejam impostos a recuperar, recolher ou diferidos, uma vez que não existirá base de cálculo para apuração e realização desses impostos. Deve-se observar que a imunidade foi concedida à CEDAE no pressuposto desta ter como único acionista o Estado do Rio de Janeiro e que tal imunidade poderá ser revista, e perdida, caso terceiros passem a deter participação no capital da Companhia.

1.1. Leilão de concessão

Em 29 dezembro de 2020, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, acionista controlador da Companhia, divulgou no Diário Oficial do Estado o Edital para realização de leilão de concessão da Companhia, o qual previa que a distribuição de água e a coleta e tratamento de esgoto nos municípios do estado, que atualmente são responsabilidade da Companhia, passem para a iniciativa privada pelo período de 35 anos.

Os serviços que antes eram prestados, em regra, pela CEDAE foram divididos em duas etapas: a etapa *upstream* (serviços de reservação, captação, adução e tratamento de água bruta) e a etapa *downstream* (serviços de adução, reservação e distribuição de água tratada ao usuário final, bem como de coleta e tratamento de esgotos e disposição final de efluentes). A CEDAE permanecerá como prestadora da etapa *upstream* na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMRJ), ao passo que a etapa *downstream* será desestatizada, por meio de licitação. Já, no âmbito dos demais municípios do interior, todas as etapas (*upstream* e *downstream*) serão delegadas a concessionárias privadas.

As áreas geográficas de atuação da CEDAE foram divididas em quatro grandes blocos, que foram leiloados separadamente. Cada um abrange uma região da capital e um conjunto de municípios.

Em 30 de abril de 2021, foi realizado concorrência pública para a concessão dos serviços de saneamento básico, que teve o seguinte resultado: (i) Blocos 1 e 4 – vencidos pela Águas do Rio; e (ii) Bloco 2 - vencido pela Iguá Saneamento. Nota-se que naquela oportunidade, dos quatro blocos definidos para a contratação dos concessionários privados, apenas um deles, o Bloco 3, não registrou oferta qualquer de lance durante o leilão e, conseqüentemente, restou deserto o procedimento para a área estabelecida.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Leilão de concessão--Continuação

Posteriormente, em 11 de agosto de 2021, foram assinados os contratos de concessão entre o Estado do Rio de Janeiro e as sociedades de propósito específico criadas pelas licitantes vencedoras dos leilões (Consórcio Iguaú e Consórcio Aegea), coletivamente denominadas “Concessionárias” em cumprimento ao Edital. Segundo a cláusula oitava de tais contratos, o período de operação assistida do sistema teria a duração de até 180 (cento e oitenta) dias, ressalvando-se, nas subcláusulas 8.11 e 8.12, respectivamente, a possibilidade de antecipar ou postergar o prazo de tal operação.

Diante da ausência de licitantes interessados no Bloco 3, em 08 de novembro de 2021, o Estado do Rio de Janeiro, remodelando-o, publicou Edital de Concorrência Internacional nº 01/2021, passando o referido Bloco a conter os seguintes Municípios: (Rio de Janeiro (Bairros da AP-5), Bom Jardim, Bom Jesus do Itabapoana, Carapebus, Carmo, Itaguaí, Itatiaia, Macuco, Natividade, Paracambi, Pinheiral, pirai, Rio Claro, Rio das Ostras, São Fidélis e São Jose de Ubá). Em 29 de dezembro de 2021, foi realizado o leilão para a concessão dos serviços de saneamento básico do Bloco 3, arrematado pela sociedade empresária SAAB Participações II S/A (“Águas do Brasil”).

Nesse cenário, quanto aos Blocos 1 e 4, foi assinado Termo de Encerramento Antecipado da Operação Assistida e Transferência do Sistema, no qual ficou acordada a data de 1º de novembro de 2021 para a eficácia do Termo de Transferência do Sistema. Quanto ao Bloco 2, o Termo de Transferência foi celebrado em 07 de fevereiro de 2022. Por fim, com relação ao Bloco 3, a homologação do resultado da licitação foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 25 de janeiro de 2022.

O entendimento da Companhia, apoiada por seus assessores jurídicos é que a transferência da propriedade dos bens reversíveis e a definição dos montantes de indenização a eles relacionados ainda não ocorreu e que, em razão disso, a CEDAE entende que a baixa/transferência patrimonial dos bens reversíveis não deve ser objeto do encerramento das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, pois o entendimento da Administração é que existem alguns pontos a serem observados que dependem das avaliações e do trâmite definitivo do procedimento editalício (que tem forma de lei), cujo principal argumento é o inventário dos bens que está em andamento e desta forma não é sabido quais são de fato os bens a serem vertidos ao Poder Concedente.

Além disso, a Companhia informa não ter condições de calcular o valor que será ressarcido pelo Poder Concedente (Governo do Estado do RJ), pois o valor será determinado após auditoria e validado pela Controladoria Geral do Estado como o montante da indenização devida à CEDAE pelos ativos não amortizados assumidos pelas concessionária que será determinado através de um programa de transferências a ser apresentado pelo controlador da Companhia.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Leilão de concessão--Continuação

Até o momento a CEDAE recebeu pelo encerramento dos contratos, uma antecipação do valor, no total de R\$1.500.000 o qual encontra-se registrado em seu balanço patrimonial na rubrica de 'Adiantamento de Partes Relacionadas' no passivo circulante, tendo em vista a expectativa de regularização do referido saldo ainda no exercício de 2022.

1.2. Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Em 1º de julho de 2020, ocorreu na sede da Companhia uma operação conjunta da Polícia Civil, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ e do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE. A operação, denominada "Águas Claras", investiga alegação de fraude em licitações e contratações emergenciais nos anos de 2015 a 2020 e deu cumprimento a medidas de busca e apreensão de documentos envolvendo a Companhia, a empresa contratada Chison Empreendimentos Imobiliários Ltda e determinados colaboradores (atuais e passados) da CEDAE. Adicionalmente em fevereiro de 2021 e em novembro de 2020 as polícias federal e civil do Rio de Janeiro nos solicitaram acesso aos contratos firmados entre a Companhia e as empresas contratadas RC Vieira Engenharia Ltda ("RC") e Emissão Engenharia e Construções Ltda ("Emissão"), respectivamente

A Companhia está acompanhando a investigação em andamento na Operação Águas Claras e vem prestando todas as informações solicitadas pelas autoridades. Os documentos pertinentes a investigação (mandado de busca e apreensão e termos de solicitação de informação do TCE) não mencionam valores e até a presente data nenhum colaborador ou ex-colaborador da Companhia foi indiciado.

Em 22 de julho de 2020, a Administração da Companhia designou uma Comissão Permanente de Sindicância para realização de investigação interna e independente, com supervisão e monitoramento contínuo pela Comissão de Ética da CEDAE e acompanhamento pelo Comitê de Auditoria Estatutário, sendo executada por colaboradores da Companhia, com o objetivo de averiguar possíveis irregularidades no âmbito da operação "Águas Claras".

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos--Continuação

Em continuidade ao processo de investigação interna a Companhia determinou a contratação de consultoria especializada em procedimentos forenses que possa, com ferramentas e recursos adicionais, complementar o trabalho efetuado pela Comissão de Sindicância. Neste contexto, em 01 de junho de 2021, foi assinado o contrato com consultoria especializada em investigação forense, Mazars Cabrera Assessoria, Consultoria e Planejamento Empresarial Ltda. Os serviços foram executados conforme prazo acordado e o Relatório Final foi emitido em 23 de fevereiro de 2022. As constatações reveladas pela consultoria não geram impacto contábil, ou seja, não repercutem nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021 e foram encaminhadas ao Comitê de Auditoria para encaminhamentos e providências cabíveis.

Durante todo o processo de investigação, a Administração da Companhia apresentou diversas iniciativas, como: (1) acompanhamento processual; (2) colaboração com as autoridades; (3) investigação independente pela Comissão Permanente de Sindicância; (4) contratação de consultores especializados em análises forenses; e (5) acompanhamento “shadow” do trabalho de análise forense pela Auditoria Independente. Tais medidas são apropriadas para o adequado esclarecimento dos fatos e proteção dos interesses da Companhia.

1.3. COVID-19

Desde março de 2020, foi decretado estado de pandemia pela Organização Mundial de Saúde devido ao surto Coronavírus 2019 (COVID-19), os impactos e primeiros casos foram diagnosticados no Brasil e no mundo no primeiro trimestre de 2020.

O Surto de COVID-19 se desenvolveu rapidamente em 2020 e se prolonga até 2021 e as medidas tomadas para conter o vírus afetaram muito a atividade econômica, incluindo alguns impactos nos resultados operacionais e nos fluxos de caixa das Companhias no Brasil. Ao longo de 2020, foi decretado o *lockdown* em vários estados do Brasil que durou de março a junho de 2020.

Como a Companhia hoje detém o monopólio natural de um serviço essencial, apesar de eventuais perdas no curto e talvez médio prazo, em nosso entender, o negócio em si não será afetado numa perspectiva de longo prazo. Após análise interna, não houve indicação de redução ao valor recuperável de ativos ou riscos associados ao cumprimento de obrigações, uma vez que a Companhia possui baixo grau de endividamento e o fato da posição de Caixa ser bastante confortável; como medida prudencial, a CEDAE está negociando a ampliação das suas linhas de crédito, e também deverá observar uma rigorosa análise na contratação de serviços e fornecedores, dando preferência aos que são mais importantes neste momento crítico.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.3. COVID-19--Continuação

Em 2021, houve o agravamento da crise com aumento do número de casos, consequentemente, a necessidade de novas medidas de restrição dentre elas as atividades comerciais e de prestação de serviços, essas restrições foram implementadas principalmente no mês de março.

Em setembro de 2021, o país apresentou uma evolução significativa nos níveis de vacinação, com redução da taxa de transmissão e número de casos, com isso houve uma leve melhora nas atividades econômicas do País. Até o momento, a Companhia não sofreu nenhum impacto material em suas operações, a Companhia continua a apresentar resultados positivos.

Considerando as medidas estabelecidas através dos decretos do Governo do Estado do Rio de Janeiro. A CEDAE adotou uma série de procedimentos visando ao atendimento dos referidos decretos e pensando no bem estar de seus clientes.

Cabe ainda mencionar que havendo necessidade a Companhia poderá adotar outras medidas complementares as já adotadas.

1.4. Geosmina

A partir do início de janeiro de 2020, a Companhia se deparou com o desafio técnico e administrativo de enfrentar os transtornos causado pela presença da Geosmina na lagoa grande. Esta lagoa, situada a montante da tomada d'água do Sistema Guandu, é responsável quantitativamente por apenas 1% da água bruta captada pela Cedae pois a contribuição principal é proveniente do Rio Guandu.

A presença da Geosmina é resultante da proliferação de cianobactérias na lagoa grande, em que algumas espécies filamentosas são produtoras desta substância. A lagoa grande, por ser um ambiente lântico, exposto a altas temperaturas e com grande aporte de nutrientes, se torna um espaço com condições favoráveis para proliferação de cianobactérias.

A questão é que a Geosmina, mesmo em quantidades muito baixas de concentração, a partir de 0,004 microgramas/litro já é possível sentir alteração de gosto e odor, apesar de não representar risco à saúde dos consumidores e estar dentro do padrão organoléptico de gosto e odor definido pela Portaria 05/2017 do Ministério da Saúde, gera desconforto a população.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.4. Geosmina--Continuação

Cabe esclarecer que a presença de cianobactérias neste tipo de ambiente, e por consequência, a presença do composto orgânico Geosmina, é um fenômeno Hidro-Biológico existente em várias regiões do Brasil e em vários países do mundo, inclusive em mananciais utilizados para o abastecimento humano. Com exceção do Rio de Janeiro, os governantes e a mídia destas localidades no Brasil e no Mundo, tratam do problema esclarecendo a população, demonstrando o quanto a geosmina é inócua, sendo um aspecto estético da água, e que a sua eliminação da água para consumo humano permanecerá enquanto permanecerem as condições climáticas ideais para o desenvolvimento das cianobactérias que liberam este composto orgânico.

Isto posto, medidas preventivas e corretivas tiveram que ser adotadas tais como:

- Monitoramento diário de contagem de células de cianobactérias na lagoa no trecho inicial, no meio e no final. Este controle é de fundamental importância para se traçar as ações de controle de forma antecipada;
- Monitoramento diário de Geosmina no ponto de captação e na saída do tratamento;
- Monitoramento diário dos parâmetros Gosto e Odor nas Saídas de Tratamento e rede de distribuição;
- Aplicação de argila lantânica, visando a redução de aporte de nutrientes na lagoa;
- Aplicação de carvão ativado na entrada do tratamento com objetivo de remoção de Geosmina por meio do processo de adsorção;
- Bombeamento de uma parcela do rio Guandu para a lagoa com intuito de reduzir o tempo de detenção da lagoa, reduzir a temperatura da água da lagoa (a temperatura da água do rio Guandu é sempre menor que a da lagoa) e reduzir o metabolismo de proliferação de cianobactérias, além da diluição da carga de nutrientes;
- Abertura total das comportas prevista no Plano de Contingência da Bacia do Guandu, em seu Procedimento nº 3, que visa a renovação da água da lagoa com a entrada da água do Rio Guandu.

Por fim cabe mencionar que a medida para solução definitiva do problema será a execução da “Obra de Proteção da Tomada d’Água da ETA Guandu” que irá retirar a influência das águas da Lagoa a montante da captação da CEDAE. Para esta obra de engenharia a primeira sessão da LI 005/2021 realizou-se em 1º de junho de 2021.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.5. Programa de Demissão Voluntária - PDV

Em 03 de setembro de 2021, a Companhia expediu a Ordem de Serviço NR/ADM nº 16.070-00, que estabeleceu os critérios de adesão ao Plano de Demissão Voluntária 2021 - PDV 2021.

O PDV 2021 teve como objetivo promover desligamentos por adesão ao programa, de forma livre e espontânea, no período entre 10 de setembro e 09 de novembro de 2021, rescindindo os contratos de trabalho na modalidade por acordo dos empregados aposentados e não aposentados, na forma e proporção definidos na ordem de serviço acima mencionada.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.5. Programa de Demissão Voluntária - PDV--Continuação

Como resultado o PDV 2021, teve a adesão de 818 funcionários, as adesões se deram por dois ciclos, o 1º de 10 a 24 de setembro, que teve adesão de 700 funcionários, gerando um impacto no período de R\$61.362 com as verbas indenizatórias e o 2º ciclo de 25 de setembro a 9 de outubro de 2021, que teve a adesão de 118 funcionários. Diante das regras e após a validação das adesões do 1º e 2º ciclos pela Administração, 23 foram indeferidos, por não cumprirem as regras. Os respectivos desligamentos ocorreram a partir de 04 de outubro de 2021 até 09 de 11 novembro de 2021.

A projeção financeira da Companhia é um gasto de aproximadamente R\$175 milhões com os desligamentos, que inclui Aviso Prévio, Multa de FGTS, Indenização equivalente ao Prêmio Aposentadoria, Verbas Indenizatórias correspondentes aos benefícios no contrato, Indenização patronal de CEDAE Saúde.

Através do PDV 2021, a CEDAE busca ajustar sua estrutura para uma nova realidade gerada pela realização do leilão em abril de 2021 da concessão de água e esgoto.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 20 de abril de 2022 aprovou a emissão destas demonstrações financeiras.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação, enquanto que aquelas com vencimento superior a três meses são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários.

2.3. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

a) Ativos financeiros

2.3.1. *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado (Nota 5.5).

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.3.1. *Reconhecimento inicial e mensuração*--Continuação

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensurados pelo preço de transação determinando de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

2.3.2. *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumento de dívida).
- (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumento de dívida).
- (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.3.2. *Mensuração subsequente*--Continuação

a) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumento de dívida)

A Companhia avalia os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se forem atendidas ambas as condições a seguir:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.3.2. *Mensuração subsequente*--Continuação

b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumento de dívida)--Continuação

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

c) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente.

Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando a Companhia se beneficia desses proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.3.2. *Mensuração subsequente*--Continuação

d) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

2.3.3. *Desreconhecimento*

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram;
- (ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativos a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.3.3. *Desreconhecimento*--Continuação

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

2.3.4. *Impairment de ativos financeiros*

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor.
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal.
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria.
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.3.4. *Impairment de ativos financeiros*--Continuação

- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira; ou
 - O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em valor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será registrada na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Passivos financeiros

2.3.5. *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

2.3.6. *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- (i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- (ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

2.3.7. *Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38 - Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, e também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Passivos financeiros--Continuação

2.3.7. *Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado*--Continuação

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Ao passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

2.3.8. Passivos financeiros ao custo amortizado (*empréstimos e financiamentos*)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 12.

2.3.9. *Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Passivos financeiros--Continuação

2.3.10. *Compensação de instrumentos financeiros*

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. A Companhia também classifica os créditos a receber do controlador como ativo não circulante, em decorrência de acordo firmado com o acionista controlador para liquidação desses créditos através de dação de bens intangíveis.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas.

A Provisão para perdas de crédito esperadas é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

2.5. Estoques

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de águas e esgotos são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor de realização e estão classificados no ativo circulante. Os estoques consumidos são baixados ao resultado pelo custo médio das aquisições.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são contabilizados no ativo não circulante e atualizados monetariamente para fazer face às contingências da Companhia.

2.7. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, ajustado por reavaliação efetuada em 2006, que foi incorporada ao custo do intangível quando da adoção inicial dos novos CPCs em 2010 para os casos de ativos qualificáveis. Ativo qualificável é um ativo que demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para utilização ou venda. A CEDAE estabeleceu que esse período deve ser superior a 12 meses. Esse período foi definido considerando o prazo de término das obras, pois a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, o que equivale a um ano fiscal da Companhia.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada a partir do momento que este é disponibilizado para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são amortizadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado, conforme os critérios mencionados na Nota 10.

As doações recebidas de órgãos públicos para permitir à Companhia a prestação dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto são registradas no intangível em contrapartida à receita. Em 2021, a Companhia não recebeu doações de intangíveis.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Intangível--Continuação

Os projetos de obras em andamento são registrados pelo valor de custo e estão principalmente relacionados com projetos de construção contratados junto a terceiros, que são executados pela Secretaria de Estado do Ambiente - SEA com responsabilidade financeira do Estado do Rio de Janeiro.

2.7.1. Contratos de concessão

A infraestrutura utilizada pela CEDAE relacionada aos contratos de concessão é considerada controlada pelo Município quando:

- (i) O Município controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer com a infraestrutura, a quem deve fornecê-los e a que preço;
- (ii) O Município controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomar a infraestrutura no final da concessão;
- (iii) Os direitos da CEDAE sobre a infraestrutura operada em conformidade com contratos são contabilizados como intangível como bens afetos a concessão, uma vez que a CEDAE tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os consumidores devem pagar pelos serviços da CEDAE; ou
- (iv) A Companhia ainda considera como intangível, bens não afetos (bens que são utilizados em conjunto por mais de um município, não sendo individualmente afetos a nenhum município) a concessão, a captação e as estações de tratamento, bem como suas respectivas adutoras de água.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura representa o custo do ativo intangível, desde que se espere que esse trabalho gere benefícios econômicos futuros.

A grande maioria dos contratos de concessão de serviços da Companhia firmados com os municípios é regulada por acordos de concessão de serviço, nos quais a Companhia tem o direito de receber, ao fim do contrato, um pagamento equivalente ao saldo residual dos ativos intangíveis de concessão (que historicamente se opera através de renovação das concessões), que nesse caso é amortizado de acordo com a vida útil dos respectivos bens tangíveis definida pela Administração, quais sejam: infraestruturas de água e esgoto 2%; equipamentos 10%; equipamentos de transportes 20%; móveis e utensílios 10% e outros ativos 4%.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**2.7. Intangível--Continuação****2.7.1. Contratos de concessão--Continuação**

No entanto, o direito de receber caixa previsto nos contratos de concessão não é incondicional, pois, em todos os contratos, existe a opção de prorrogação do prazo ao final da concessão por parte dos municípios. Dessa forma, a Companhia não reconhece em seu balanço patrimonial qualquer ativo financeiro relacionado às indenizações futuras.

Ativos intangíveis de concessão, em que não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil, o que ocorrer primeiro.

2.7.2. Contratos em processo de renovação

A Companhia possui cinco contratos em processo de renovação com os municípios, dos quais três deles (Porciúncula, São João da Barra e Teresópolis) apresentam previsão de recebimento de indenização ao final do contrato, conforme composição abaixo apresentada:

	2021	2020
Teresópolis	152.593	156.597
São João da Barra	1.760	1.782
Miracema (*)	981	934
Porciúncula	156	166
	155.490	159.479

A Companhia vem prestando serviços aos outros dois municípios (Angra dos Reis e Quissamã) ao longo dos anos, apesar desses serviços não estarem suportados por contratos. A Companhia não tem expectativa de interrupção dos serviços que estão sendo prestados para esses municípios. Os ativos intangíveis relacionados à prestação desses serviços estão sendo amortizados pelo prazo de vida útil dos bens. O montante de tais ativos é apresentado da seguinte forma (Nota 10.i):

	2021	2020
Cachoeiras de Macacu (*)	26.152	26.780
Angra dos Reis	7.518	7.701
Cambuci (*)	2.553	2.628
Quissamã	1.375	1.407
	37.598	38.516

(*) Municípios estão contemplados no Bloco 1 do leilão de Concessão ocorrido em 30 de abril de 2021. Desta forma, os municípios não sofrerão renovação contratual por parte da CEDAE estando a cargo da nova concessionária.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Intangível--Continuação

2.7.3. Licenças de uso de software

As licenças de uso de software e de sistemas de gestão empresarial adquiridas quando há existência de saldo são capitalizadas e amortizadas ao longo da vida útil, e as despesas associadas são reconhecidas no resultado quando incorridas.

2.8. Imobilizado

Demonstrado ao custo corrigido até 31 de dezembro de 1995, reduzido das depreciações de bens do imobilizado calculadas pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 11.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela diferença entre a contraprestação recebida e a receber denominada na venda com o valor contábil e são incluídos no resultado.

2.9. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente, denominados de Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

A Companhia considera sua operação pela interligação das redes como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), dado que a Companhia realiza subsídio cruzado conforme previsto pela Lei Federal nº 11.445/2007, e em sua avaliação não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através de operações futuras.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Empreiteiros e fornecedores

As contas a pagar aos empreiteiros e aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante.

2.11. Salários e encargos sociais

Representado, substancialmente, pelos valores de salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes são derivados de apropriação por competência (*accruals*) e são divulgados como parte das contas a pagar.

2.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

2.13. Contribuição social corrente e diferida

As despesas de contribuição social compreendem as parcelas correntes e diferidas desse tributo.

Os tributos sobre renda que se encontram dentro do escopo do pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro são: o Imposto de Renda sobre Pessoas Jurídicas ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") que estão reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesses casos, os tributos também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Contribuição social corrente e diferida--Continuação

Os encargos de contribuição social corrente e diferida são calculados com base nas Leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas declarações de contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável oferece margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

A contribuição social corrente é apresentada líquida, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

A contribuição social diferida é reconhecida sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

A contribuição social diferida ativa é reconhecida somente na proporção em que for provável que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

A contribuição social diferida ativa e passiva é compensada quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável, e pretender liquidar em bases líquidas ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.14. Benefícios a empregados

a) Obrigações de aposentadoria

Os custos com planos de pensão Prece I, Prece II, Prece III e Prece CV são administrados pela Previdência Complementar ("Prece"), o plano de assistência médica Caixa de Assistência dos Empregados da CEDAE ("Cedae Saúde") e prêmio de aposentadoria são registrados com base em modelos atuariais em consonância com os requerimentos estabelecidos nas práticas contábeis.

A Companhia reconhece de forma imediata em outros resultados abrangentes os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mutações das premissas atuariais.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Benefícios a empregados--Continuação

a) Obrigações de aposentadoria--Continuação

a.1) *Plano de Benefício Definido ("BD")*

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido (Prece I, II e Prece CV - optantes por renda vitalícia) utiliza modelos com atribuição que geralmente desdobra eventos individuais ao longo da vida estimada dos funcionários no plano. A política da Companhia é de financiar seus planos de aposentadoria com base em recomendações atuariais e em consonância com a legislação e os regulamentos aplicáveis.

As receitas ou despesas líquidas de aposentadoria são calculadas utilizando-se as premissas do início de cada exercício. Essas premissas são definidas ao final do exercício anterior e incluem as taxas de retorno de longo prazo esperadas nos ativos do plano, taxas de desconto e aumentos de taxas salariais. Um conjunto de taxas históricas reais, taxas esperadas e dados externos são utilizados pela Companhia para determinar as premissas usadas nos modelos atuariais. Quando os cálculos resultam em benefícios para a Companhia, o reconhecimento do ativo fica limitado ao total líquido de qualquer serviço passado não reconhecido e ao valor presente de qualquer reembolso do plano ou reduções das contribuições futuras do plano.

a.2) *Plano de Contribuição Definida ("CD")*

Para o plano de contribuição definida (Prece III e CV), a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do exercício em que são devidas e, assim, são incluídas nos benefícios a empregados (Nota 18).

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Benefícios a empregados--Continuação

a) Obrigações de aposentadoria--Continuação

a.2) *Plano de Contribuição Definida ("CD")*--Continuação

a.2.1) *Plano de Contribuição Variável ("CV")*

O Plano Prece CV surgiu da necessidade de se equacionar o Plano Prece I, de caráter de benefício definido que apresentava déficits contínuos. Nesse plano, a contribuição é definida previamente e o benefício é calculado de acordo com a reserva acumulada até a aposentadoria do participante. Esse plano foi desenvolvido com base nas últimas tendências do mercado de previdência com características mais seguras e exposição a menos riscos.

No Plano Prece CV, o benefício é desvinculado do plano do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), o que significa que a renda de aposentadoria e os critérios para elegibilidade aos benefícios independem das mudanças da previdência oficial.

A renda de aposentadoria será resultante do saldo acumulado das contribuições do participante e da patrocinadora, creditadas em contas individuais em nome de cada participante. O participante ativo poderá realizar contribuições adicionais e esporádicas com o objetivo de aumentar a sua reserva individual e, conseqüentemente, sua renda futura de aposentadoria.

O plano oferece, ainda, diferentes modalidades de percepção dos benefícios de aposentadoria que poderão ser resgatados nos modelos de renda vitalícia, por prazo determinado ou ainda por prazo indeterminado com ou sem pensão, à escolha do participante no momento de sua aposentadoria.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Benefícios a empregados--Continuação

a) Obrigações de aposentadoria--Continuação

a.3) *Plano de assistência médica*

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido quando o funcionário permanece trabalhando até a idade de aposentadoria e cumpre um período de trabalho mínimo de 35 anos. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários qualificados.

a.4) *Prêmio de aposentadoria*

A Companhia, conforme Acordo Coletivo de Trabalho, pagará aos empregados que venham preencher os pré-requisitos para aposentadoria, requerendo-a no prazo máximo de 90 dias da data de aquisição do direito por motivo de aposentadoria e respectivo desligamento, um prêmio aposentadoria no valor correspondente à proporção de tempo de serviço prestado à CEDAE, considerando a data de admissão existente no registro do empregado. De acordo com os critérios estabelecidos no referido acordo, o valor do prêmio para o empregado beneficiado será equiparado ao seu piso salarial nas seguintes proporções de tempo de serviço trabalhado, efetivamente, na Companhia e antecessoras:

- (i) 10 pisos salariais àquele que possua 30 ou mais anos de serviço.
- (ii) Aquele que possua 10 ou mais anos e menos de 30 anos de serviço será computado 0,33 pisos salariais, para cada ano completo de serviço.

2.15. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O Valor de distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica “dividendos a pagar e juros sobre o capital próprio”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado ou pago, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.16. Gastos ambientais

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício na medida em que ocorra. Os programas contínuos, tais como os promovidos pelo Instituto Estadual do Ambiente ("Inea"), são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

2.17. Reconhecimento da receita

a) Prestação de serviços de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto

As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou pela coleta de esgoto. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos incidentes sobre elas, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi mensurado e faturado até o final de cada período. São reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) os serviços são fornecidos; (ii) a receita pode ser mensurada com segurança; (iii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (iv) é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas.

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas ou custos, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados, e estão refletidas no resultado do exercício em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.17. Reconhecimento da receita--Continuação

b) Tributos sobre receitas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à incidência do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público ("Pasep") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("Cofins") de forma cumulativa, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente. O faturamento dos órgãos e empresas governamentais são tributáveis quando da liquidação das faturas.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.18. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

Os ativos e passivos decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

2.19. Apresentação de informações por segmento

Dada a peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial, as decisões de investimentos tomadas pela Administração estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Dessa forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto, uma vez que o controle gerencial da Companhia é o conjunto das atividades de água e de esgoto. Outro fator considerado é a venda a uma base de clientes geograficamente dispersa, o que não permite uma análise segmentada dessa natureza. A mensuração de desempenho e apuração das informações por um único segmento está consistente com as práticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras, uma vez que a Administração utiliza essas informações para analisar o desempenho da Companhia.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.20. Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”)

Estas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de seu conjunto de demonstrações financeiras.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perdas de créditos esperadas), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos considerados no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.21. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As demonstrações dos fluxos de caixa estão sendo apresentadas separando as seguintes atividades:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalente de caixa; e
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Novos pronunciamentos e interpretações

3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e o CPC emitiram novas revisões às normas já existentes. As revisões em vigor, e que não produziram impactos significativos nestas demonstrações financeiras, são:

Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17

Impactos nos pronunciamentos técnicos CPC 06 (R2) - Arrendamentos, CPC 11 - Contratos de Seguro, CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação e CPC 48 - Instrumentos financeiros devido à Reforma da Taxa de Juros de Referência, com previsões de mudanças nos fluxos de caixa, requisitos de contabilidade de *hedge* e divulgações.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18

Impacto no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos - Benefício relacionado à Covid-19 concedido para arrendatário que deve ser aplicado em contrato de arrendamento que vai além de 30 de junho de 2021.

3.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19

Impactos nos pronunciamentos técnicos CPC 15 (R1) - Combinação de negócios, CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 - Ativo imobilizado, CPC 29 - Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 - Instrumentos financeiros.

Pronunciamento Técnico CPC 50 - Seguros

O pronunciamento irá substituir a norma vigente sobre contratos de seguro (CPC 11).

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Novos pronunciamentos e interpretações--Continuação

3.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações na IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

Requer que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem os requerimentos das normas vigentes.

Alterações da IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros

Inclui a definição de estimativas contábeis como valores monetários sujeitos às incertezas em sua mensuração.

Alterações na IAS 12 - Impostos sobre a Renda

Esclarece que a isenção para contabilização de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos não se aplicam às operações de arrendamentos.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Concessionária avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

4.1. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

4.1. Estimativas e premissas--Continuação

a) Provisão para perdas de créditos esperadas para contas a receber e ativos de contrato

A Companhia registra a provisão para perdas de crédito esperadas(*impairment*) em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise da rubrica “Contas a receber de clientes”, e de acordo com a prática contábil estabelecida na Nota 8.

A Companhia objetivando estimar os valores de provisão para perdas esperadas em seu contas a receber que serão reconhecidas no período, realiza análises de seus créditos considerando a expectativa de perda esperada sobre os montantes a vencer e sobre montantes vencidos, tendo como base a inadimplência média observada nos períodos anteriores.

b) Ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão

A Companhia registra ativos intangíveis decorrentes de contrato de concessão de acordo com o CPC 04 (R1) - Ativo Intangível e com a ICPC 01 (R1). A Companhia estima o valor de mercado das construções e outros trabalhos de infraestrutura para reconhecer o custo dos ativos intangíveis, sendo reconhecido quando a infraestrutura é construída e é provável que tal ativo gere benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis de concessão, em que não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil. Informações adicionais sobre a contabilização dos ativos intangíveis estão demonstradas na Nota 11. Adicionalmente, a Companhia não registra ativo financeiro de potencial indenização futura pelo retorno dos ativos de infraestrutura ao Poder Concedente ao final dos contratos, uma vez que entende que tais contratos serão renegociados para períodos futuros e a Companhia não terá direito aos valores de indenização.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

4.1. Estimativas e premissas--Continuação

b) Ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão--Continuação

O reconhecimento do valor de mercado dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas. O uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. A estimativa de vida útil dos ativos intangíveis também requer um significativo nível de premissas e estimativas, e o uso de diferentes premissas, estimativas e mudanças futuras pode afetar a vida útil dos ativos intangíveis e pode ter um impacto relevante no resultado das operações.

c) Provisão para redução ao valor recuperável

A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

A Companhia revisa anualmente os ativos não financeiros para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável. Esses ativos incluem os ativos imobilizados e os intangíveis resultantes de contratos de concessão relacionados aos sistemas de água e esgoto.

A avaliação do *impairment* dos ativos imobilizado e intangível exige o uso de premissas e estimativas significativas, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxos de caixa futuros, que não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste, taxas de crescimento futuro, para fins de extrapolação, vida útil remanescente dos ativos e/ou prazo de duração do contrato de concessão, entre outros fatores.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação**4.1. Estimativas e premissas--Continuação****c) Provisão para redução ao valor recuperável--Continuação**

Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

A Companhia também utiliza como premissa uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) para fins de avaliação de *impairment* (Nota 2.9).

Caso a taxa de desconto utilizada pela Companhia (13,65%) tivesse um incremento ou um decréscimo de um ponto percentual, teríamos a seguinte situação, conforme demonstrado a seguir:

2021

	Cenário WACC	
	12,65%	14,65%
Valor contábil dos ativos imobilizado e intangível	4.114.084	4.114.084
Fluxo de caixa descontado	6.618.709	4.653.618
Provisão de perda (<i>impairment</i>)	-	-

Não foram identificadas evidências de necessidade de reconhecimento de *impairment* no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

d) Benefícios pós-emprego

O valor atual de obrigações pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para os planos de pensão, estão a taxa de desconto, a taxa de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

4.1. Estimativas e premissas--Continuação

d) Benefícios pós-emprego--Continuação

A taxa de desconto deve ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, além de ser utilizada para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade como por exemplo debêntures emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional sendo esses mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações dos planos de pensão.

Adicionalmente, a Companhia avalia os ativos existentes para cobertura das obrigações atuariais a valor justo ao fim de cada exercício quando da preparação da sua avaliação atuarial.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

A Companhia utilizou para o cálculo atuarial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as tábuas de mortalidade, específica por sexo, descritas na Nota 18.

e) Provisões

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas, cíveis e previdenciárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos nossos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia constitui provisão para processos cuja probabilidade de perda é provável e o valor possa ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros, cujos resultados podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

4.1. Estimativas e premissas--Continuação

f) Contribuição social diferidos

O registro da contribuição social diferida ativa e passiva e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperado.

A Companhia reconhece, quando aplicável, provisão para perda nos casos em que acredita que créditos fiscais não sejam totalmente recuperáveis no futuro.

g) Receitas não faturadas

As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil, tendo por base o consumo médio dos três últimos meses, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

a) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía empréstimos e financiamentos captados a taxas variáveis de juros, sendo esses valores projetados.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação**5.1. Fatores de risco financeiro--Continuação****a) Risco de mercado--Continuação**

A tabela abaixo mostra os empréstimos, financiamentos e outros parcelamentos mantidos pela Companhia sujeitos à taxa de juros variável:

	2021	2020
Taxa Referencial ("TR")	425.459	439.234
Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP")	32.537	45.400
Sistema Especial de Liquidação e de Custódia ("SELIC")	13.432	13.395
Índice Nacional de Preço ao Consumidor ("INPC")	665.454	655.883

b) Risco de crédito

De acordo com a Legislação Estadual de Saneamento, o devedor é o imóvel ocupado e, portanto, todos os valores devidos são atrelados aos imóveis correspondentes e, caso essas dívidas não sejam liquidadas, ficam imputadas em suas matrículas. A Companhia só pode proceder à baixa da dívida após a constatação da inexistência do imóvel por meio de vistoria no local. O cadastro de clientes da Companhia é permanentemente atualizado através de vistorias realizadas pelas lojas comerciais e o setor de cadastro acompanha diariamente todas as alterações efetuadas em seu banco de dados.

O risco de crédito decorre de contas correntes, aplicações financeiras e depósitos judiciais mantidos em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os riscos de crédito são monitorados pela Companhia da seguinte forma:

(b.1) A Companhia constitui provisão para perdas de crédito esperadas de acordo com a expectativa de perda esperada, utilizando como base a inadimplência média e a recuperação de créditos históricas.

(b.2) Exposição ao risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2021, a exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação dessas demonstrações financeiras é de R\$4.086.308, (R\$2.499.444 em 2020) composto pelo valor contábil dos títulos de dívida classificados como equivalentes de caixa, depósitos em instituições financeiras e contas a receber de clientes na data do balanço representando 25% do total do ativo e 54% do patrimônio líquido (Notas 6 a 8).

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação**5.1. Fatores de risco financeiro--Continuação****c) Risco de liquidez**

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, dos empréstimos de instituições financeiras do Governo Federal e dos financiamentos nos mercados locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender as suas despesas de capital e operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)	Total
Em 31 de dezembro de 2021 (i)					
Empréstimos e financiamentos	240.363	340.535	1.050.527	4.039.740	5.671.165
Parcelamentos judiciais e extrajudiciais	63.143	63.044	196.266	470.795	793.248
Empreiteiros e fornecedores	81.483	-	-	-	81.483
Outras contas a pagar e Agenersa	78.666	-	-	9.559	88.225
Em 31 de dezembro de 2020 (i)					
Empréstimos e financiamentos	157.724	217.749	675.016	2.682.491	3.732.980
Parcelamentos judiciais e extrajudiciais	58.105	60.312	126.720	586.067	831.204
Empreiteiros e fornecedores	87.846	-	-	-	87.846
Outras contas a pagar	108.744	-	-	8.639	117.383

(i) Como os valores incluídos na tabela são fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos financiamentos e parcelamentos.

(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em convenção da Administração da Companhia, de modo a garantir uma análise adequada dos fluxos de pagamentos das principais obrigações ao longo do tempo.

Conforme demonstrado na tabela acima e detalhado na Nota 12, a Companhia vem buscando alinhar a sua geração de caixa às suas necessidades de desembolso e, ações concretas vêm sendo adotadas pela Administração, como a captação de recursos através de diversas operações financeiras, e que resultou em uma redução nas taxas de juros e consequente alongamento dos prazos de pagamento.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a CEDAE monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (considerando os de curto e os de longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os índices de alavancagem financeira são calculados da seguinte forma:

	2021	2020
Total dos empréstimos (Nota 12)	471.398	498.029
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(2.659.853)	(1.259.928)
Dívida líquida	(2.188.455)	(761.899)
Total do patrimônio líquido	7.541.103	7.089.254
Capitalização total	5.352.648	6.327.355
Índice de alavancagem financeira (dívida líquida/patrimônio líquido)	-29%	-11%

5.3. Classificação dos níveis hierárquicos de mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.3. Classificação dos níveis hierárquicos de mensuração do valor justo--Continuação

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado.

A Nota 5.5 apresenta a definição da classificação dos níveis hierárquicos de mensuração do valor justo para os principais ativos e passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

5.4. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado estão apresentados a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos e aplicações financeiras têm seus valores de mercado idênticos ou muito próximos aos saldos contábeis.

Empréstimos e recebíveis

Incluem recebíveis, depósitos judiciais, saldos com fornecedores, bem como empréstimos e financiamentos e debêntures, ambos em moeda nacional.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.4. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

Empréstimos e recebíveis--Continuação

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A gestão desses instrumentos é efetuada pela Administração por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicação de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

5.5. Definição da classificação dos níveis hierárquicos dos instrumentos financeiros

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nível 1)	2.659.853	1.259.928
Títulos e valores mobiliários (Nível 2)	100.138	92.128
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Contas a receber de clientes (Nível 2)	1.326.317	1.147.388
Depósitos judiciais (Nível 2)	2.085.410	1.843.858
Outros créditos (Nível 2)	42.203	52.141
	6.213.921	4.395.443
	31/12/2021	31/12/2020
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos e debêntures (Nível 2)	471.398	498.029
Empreiteiros e fornecedores (Nível 2)	81.483	87.846
Outros parcelamentos (Nível 2)	173.791	173.892
Outras contas a pagar (Nível 2)	69.587	146.991
	796.259	906.758

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação**5.6. Qualidade de crédito dos ativos financeiros**

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou sujeitos à provisão para deterioração pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor *rating* da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de *rating* (Moody's, Fitch Ratings e Standard & Poor's), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	2021	2020
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (Nota 6)	2.659.853	1.259.928
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	100.138	92.128
	2.759.991	1.352.056
Depósitos e bloqueios judiciais (Nota 15)	2.085.410	1.843.858

O risco de crédito das contas a receber da Companhia encontra-se detalhado na Nota 5.1.b.

A avaliação de *rating* das instituições financeiras custodiantes dos ativos de conta corrente, depósitos bancários e depósitos judiciais é assim apresentada:

	Fitch Ratings	Moody's	Standard & Poor's
Bradesco	AAA	Ba2	BB-
Banco do Brasil S.A.	AA	Ba2	BB-
Caixa Econômica Federal	AA	Ba2	BB-
Itaú Unibanco S.A.	AAA	Ba2	BB-
Banco Santander	-	Ba1	BB-

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação**5.7. Análise de sensibilidade**Cenário I

Instrumentos financeiros	Indexador	Projetada para 31 de março de 2022		
		Valor de risco provável	Taxa maior em 25%	Taxa maior em 50%
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras	CDI	2.773.260	2.792.251	2.811.512
Total		2.773.260	2.792.251	2.811.512
Passivo financeiro				
Debêntures (5ª emissão - 1ª série)	TJLP	33.020	33.141	33.262
Debêntures (5ª emissão - 2ª série)	Selic	13.780	13.874	13.970
Debêntures (6ª emissão)	CDI	-	-	-
CCB - Finisa	CDI	-	-	-
CCB - Subcréditos	TR	425.459	425.459	425.459
Prece	INPC	673.860	675.896	677.997
Total		1.146.119	1.148.370	1.150.688

A seguir é apresentado o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Companhia. São apresentados dois cenários nos termos da Instrução da CVM nº 475/2008, a fim de demonstrar os saldos dos ativos e passivos financeiros convertidos a uma taxa projetada para 31 de março de 2021 com apreciação de 25% e 50% no Cenário I e 25% e 50% de deterioração no Cenário II, conforme tabela abaixo.

Referências para passivos financeiros - Cenário I	Taxa projetada para 31 de março de 2022	Aumento da taxa em	
		25%	50%
CDI - trimestral	2,82%	3,52%	4,23%
TR - trimestral	0,00%	0,00%	0,00%
IPCA - trimestral	1,26%	1,57%	1,89%
INPC - trimestral	1,26%	1,57%	1,89%
TJLP - trimestral	1,49%	1,86%	2,23%
Selic - trimestral	2,82%	3,52%	4,23%

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação**5.7. Análise de sensibilidade--Continuação**Cenário II

Instrumentos financeiros	Indexador	Projetada para 31 de março de 2022		
		Valor de risco provável	Taxa menor em 25%	Taxa menor em 50%
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras	CDI	2.773.260	2.754.270	2.735.279
Total		2.773.260	2.754.270	2.735.279
Passivo financeiro				
Debêntures (5ª emissão - 1ª série)	TJLP	33.020	32.903	32.778
Debêntures (5ª emissão - 2ª série)	Selic	13.780	13.685	13.591
Debêntures (6ª emissão)	CDI	-	-	-
CCB - Finisa	CDI	-	-	-
CCB - Subcréditos	TR	425.459	425.459	425.459
Prece	INPC	673.860	671.692	669.657
Total		1.146.119	1.143.739	1.141.485

Referências para passivos financeiros - Cenário II	Taxa projetada para 31 de março de 2022	Redução da taxa em	
		25%	50%
CDI - trimestral	2,82%	2,11%	1,41%
TR - trimestral	0,00%	0,00%	0,00%
IPCA - trimestral	1,26%	0,94%	0,63%
INPC - trimestral	1,26%	0,94%	0,63%
TJLP - trimestral	1,49%	1,12%	0,74%
Selic - trimestral	2,82%	2,11%	1,41%

Essas análises de sensibilidade têm como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os instrumentos financeiros da Companhia. Tais valores quando de sua liquidação poderão apresentar valores diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e contas movimento	62.694	21.736
Aplicações financeiras	2.597.159	1.238.192
	2.659.853	1.259.928

O excedente de caixa da Companhia é aplicado em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por fundos de investimentos não exclusivos, que possuem alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações da Companhia buscam rentabilidade compatível com as variações da CDI.

As aplicações financeiras representam recursos a serem utilizados para fazer face ao pagamento das obrigações de curto prazo, com possibilidade de resgate imediato, pronta conversão em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses ativos financeiros incluem somente valores em moeda nacional.

As receitas financeiras decorrentes de aplicações financeiras, classificadas nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, totalizaram R\$96.658 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$29.465 em 2020) (Nota 23.b).

7. Títulos e valores mobiliários

	2021	2020
Não circulante		
Fundo de investimento imobiliário Caixa Cedae (Fiicc)	45.655	43.697
Fundo de Investimento em cotas Fundações - Novo Guandu (Fic)	31.386	30.229
Fundo de Investimento Imobiliário - Banco do Brasil ("Fiicc")	9.152	9.692
Bradesco - DEB. 5º Res. - BNDES GOVPP	9.849	7.830
Outros	4.096	680
	100.138	92.128

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber de clientes

	2021	2020
Contas a receber faturadas	18.531.476	16.519.750
Parcelamentos	338.799	407.049
Consumo a faturar	274.220	549.632
	19.144.495	17.476.431
Provisão para perdas de créditos esperadas (Nota 8.3)	(17.818.178)	(16.329.043)
Contas a receber de clientes	1.326.317	1.147.388
Circulante	1.194.861	965.171
Não circulante	131.456	182.217
	1.326.317	1.147.388

8.1. Créditos junto aos municípios

Para os 34 municípios que renovaram convênio nos moldes da Lei Federal nº 11.445/2007, a Companhia pretende conceder perdão dos débitos que totalizam R\$165.765 em 31 de dezembro de 2021 (R\$153.550 em 2020), que foram provisionados em sua totalidade. Para os demais municípios, a provisão foi constituída, no montante de R\$610.354, em 31 de dezembro de 2021 (R\$526.115 em 2020).

8.2. Créditos junto ao Estado do Rio de Janeiro

Em 31 de dezembro de 2021, as obras que estão sendo efetuadas pelo Estado do Rio de Janeiro para quitação de dívidas por meio do Encontro de Contas estão abaixo relacionadas e o saldo a receber está apresentado líquido dos valores faturados das obras, cuja baixa tem como contrapartida a rubrica "Obras em andamento" na rubrica intangível e ativo de contrato (Nota 10).

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber de clientes--Continuação**8.2. Créditos junto ao Estado do Rio de Janeiro--Continuação**

	Valor total da obra	Custo incorrido	Atualização monetária	Saldo (Nota10)	Previsão de conclusão
Ampliação do sistema de água do Parque Fluminense	13.930	12.481	484	1.933	Concluído
Implantação do sistema de abastecimento de água de Inoã e Itaipuaçu	62.385	70.348	(2.661)	(10.624)	Concluído
Ampliação do sistema de abastecimento de água do Bairro de Campo Grande	19.018	25.942	(2.314)	(9.238)	Concluído
Ampliação do sistema de abastecimento de água da Barra da Tijuca, Recreio, Jacarepaguá, Vargem Grande e Vargem Pequena	209.326	171.269	12.718	50.775	07/04/2023
Ampliação do sistema de abastecimento da Zona Oeste bairros de Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba e outros	228.138	50.589	59.336	236.885	Em Fase de Licitação
Valores em reconhecimento de dívida	415	-	138	553	
	533.212	330.629	67.701	270.284	

Considerando que a quitação da respectiva dívida ocorrerá através do recebimento das obras em andamento relativas aos contratos de concessão mantidos pela Companhia, e que até 31 de dezembro de 2021 o Estado do Rio de Janeiro não efetuou quitação, a CEDAE efetuou o ajuste relativo ao 1º aditivo ao Termo de Encontro de Contas, em sua cláusula segunda, Parágrafo Terceiro no montante de R\$67.701 (R\$51.323 em 31 de dezembro de 2020).

8.3. Composição de contas a receber por classificação de cliente e por idade

A segregação das contas a receber entre órgãos da Administração Pública e terceiros, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontra-se detalhada a seguir:

	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal	Total
A vencer	866.912	20.791	74.630	20.794	983.127
Vencidas em até 30 dias	203.790	7.357	5.870	11.496	228.513
Vencidas de 31 a 60 dias	165.502	1.712	5.374	9.295	181.883
Vencidas de 61 a 90 dias	93.286	1.813	2.725	4.965	102.789
Vencidas de 91 a 180 dias	432.484	4.085	11.424	22.785	470.778
Vencidas mais de 180 dias	15.261.235	258.312	90.859	769.337	16.379.743
Grandes clientes	1.197.636	-	-	-	1.197.636
Arrecadação a Disc.	(399.974)	-	-	-	(399.974)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	17.820.871	294.070	190.882	838.672	19.144.495

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber de clientes--Continuação**8.3. Composição de contas a receber por classificação de cliente e por idade--Continuação**

	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal	Total
A vencer	815.478	30.678	121.836	34.319	1.002.311
Vencidas em até 30 dias	180.452	4.853	6.340	11.285	202.930
Vencidas de 31 a 60 dias	148.378	2.176	5.060	9.981	165.595
Vencidas de 61 a 90 dias	88.791	1.694	2.087	6.040	98.612
Vencidas de 91 a 180 dias	407.801	4.899	4.710	28.434	445.844
Vencidas mais de 180 dias	13.904.943	239.216	53.326	672.166	14.869.651
Grandes clientes	1.022.499	-	-	-	1.022.499
Arrecadação a Disc.	(331.011)	-	-	-	(331.011)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	16.237.331	283.516	193.359	762.225	17.476.431

Abaixo, são apresentadas as informações sobre a exposição ao risco de crédito nas contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, utilizando-se de uma matriz de provisão:

Taxa de atraso em 31/12/2021	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal
A vencer	15,42%	41,38%	3,86%	81,69%
Vencidas em até 30 dias	77,38%	62,54%	66,11%	89,20%
Vencidas de 31 a 60 dias	87,37%	75,40%	50,07%	96,34%
Vencidas de 61 a 90 dias	88,12%	84,66%	56,69%	94,90%
Vencidas de 91 a 180 dias	92,37%	91,20%	74,62%	97,28%
Vencidas mais de 180 dias	97,88%	99,34%	99,53%	99,60%
Grandes clientes	60,29%	-	-	-

Taxa de atraso em 31/12/2020	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal
A vencer	21,45%	42,16%	50,16%	77,81%
Vencidas em até 30 dias	70,21%	66,70%	49,58%	85,21%
Vencidas de 31 a 60 dias	86,82%	94,05%	50,26%	94,79%
Vencidas de 61 a 90 dias	90,08%	90,07%	54,86%	97,61%
Vencidas de 91 a 180 dias	92,38%	95,45%	94,00%	98,67%
Vencidas mais de 180 dias	98,22%	99,23%	99,87%	99,81%
Grandes clientes	63,20%	-	-	-

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber de clientes--Continuação**8.3. Composição de contas a receber por classificação de cliente e por idade--Continuação**

A composição por idade do contas a receber líquido da provisão para perdas de crédito esperadas está apresentada a seguir:

	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal	Total
A vencer	733.234	12.188	71.749	3.807	820.978
Vencidas em até 30 dias	46.097	2.756	1.989	1.242	52.084
Vencidas de 31 a 60 dias	20.903	421	2.683	340	24.347
Vencidas de 61 a 90 dias	11.082	278	1.180	253	12.793
Vencidas de 91 a 180 dias	32.998	359	2.899	620	36.876
Vencidas mais de 180 dias	323.538	1.703	428	3.077	328.746
Grandes Clientes	450.466	-	-	-	450.466
Arrecadação a Disc.	(399.973)	-	-	-	(399.973)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.218.345	17.705	80.928	9.339	1.326.317

	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal	Total
A vencer	640.564	17.744	60.726	7.616	726.650
Vencidas em até 30 dias	53.749	1.616	3.197	1.668	60.230
Vencidas de 31 a 60 dias	19.549	129	2.516	520	22.714
Vencidas de 61 a 90 dias	8.808	168	942	144	10.062
Vencidas de 91 a 180 dias	31.079	224	283	379	31.965
Vencidas mais de 180 dias	247.289	1.848	71	1.309	250.517
Grandes Clientes	376.261	-	-	-	376.261
Arrecadação a Disc.	(331.011)	-	-	-	(331.011)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.046.288	21.729	67.735	11.636	1.147.388

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas pode ser demonstrada da seguinte forma:

Saldo em 1º de janeiro de 2020	(14.431.552)
Constituição (Nota 22)	(2.023.476)
Reversão (Nota 22)	125.985
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(16.329.043)
Constituição (Nota 22)	(1.730.601)
Reversão (Nota 22)	241.466
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(17.818.178)

(*) Cabe esclarecer de que na constituição de perdas, inclui-se variáveis de probabilidade futura de inadimplência que, neste momento, estão agravadas pelo cenário do COVID-19 onde em linha com o disposto no Decreto Estadual nº46966 de 11/03/2020, a Companhia interrompeu os serviços de corte para as ligações de todas as categorias. Embora a previsão aponte um aumento da inadimplência pelo cenário exposto, a expectativa é de que esta variável possua alcance limitado de impacto nas análises de perdas esperadas, uma vez que a Companhia voltará a ter a possibilidade de interrupção de seus serviços após o fim das restrições decorrentes do Plano de Contingência.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Transações com partes relacionadas**i) Transações e saldos**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possuía os seguintes saldos com o acionista Controlador, o Estado do Rio de Janeiro, e órgãos relacionados:

	2021	2020
Ativo		
Circulante		
Contas a receber de órgãos estaduais (a)	50.106	21.050
Valores a receber por cessão de funcionários (b)	2.449	8.139
	52.555	29.189
Não circulante		
Créditos a receber de obras do Estado do Rio de Janeiro (Nota 8.2)	270.284	253.905
Adiantamento ao controlador (c)	-	40.239
Contas a receber de órgãos estaduais (a)	67.906	52.638
	338.190	346.782
	390.745	375.971
	31/12/2021	31/12/2020
Passivo		
Circulante		
Prece (e)	(72.498)	(64.985)
Cedae Saúde (e)	(8.534)	(9.484)
Adiantamento - Governo do Estado (h)	(1.500.000)	-
	(1.581.032)	(74.469)
Não circulante		
Adiantamentos para futuro aumento de capital (d)	(26.944)	(26.944)
Prece (e)	(665.454)	(655.308)
Cedae Saúde (e)	(2.123.390)	(2.462.232)
	(2.815.788)	(3.144.484)
Saldo líquido	(4.006.075)	(2.842.982)
	31/12/2021	31/12/2020
Resultado		
Passivo atuarial (Nota 18)	(243.157)	(249.351)
Serviços de abastecimento de água e esgoto (f)	115.586	82.733
Provisão para perdas de crédito esperada	(80.928)	(67.735)
Instituto Estadual do Ambiente ("Inea") (g)	(40.040)	(45.441)
	(248.539)	(279.794)

(a) Contas a receber de órgãos estaduais são valores a receber pela prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Estado do Rio de Janeiro e demais órgãos a ele relacionados, em termos e condições praticados com terceiros não relacionados. Esses valores encontram-se devidamente provisionados de acordo com a matriz de provisão.

(b) Valores a receber por cessão de funcionários são relativos aos empregados cedidos a outros órgãos estaduais.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Transações com partes relacionadas--Continuação**i) Transações e saldos--Continuação**

- (c) Refere-se a adiantamento de repasse financeiro ao Estado do Rio de Janeiro para execução através da Seobras, de obras de modernização e ampliação do abastecimento de água e do sistema de esgotamento do Estado. Alinhadas com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esses ativos serão transferidos à Companhia quando da sua conclusão, conforme Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro e a Companhia em 20 de abril de 2011.
- (d) Os créditos para futuro aumento de capital foram decorrentes de pagamentos efetuados diretamente pelo Estado do Rio de Janeiro, de obras com saneamento básico, contratados pela CEDAE.
- (e) Os saldos do passivo atuarial com a Prece e Cedae Saúde estão devidamente demonstrados na Nota 18.
- (f) Refere-se à prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Estado do Rio de Janeiro e demais órgãos a ele relacionados, nos mesmos termos negociais efetuados com terceiros.
- (g) Refere-se a valores pagos ao Inea pela retirada de água dos rios e mananciais, para utilização no processo operacional da Companhia.
- (h) No dia 17 de setembro de 2021, a CEDAE recebeu do Governo do Estado do Rio de Janeiro o valor de R\$1,5 bilhões a título de adiantamento, relativa a indenização parcial pela entrega dos ativos de concessão reversíveis em virtude do leilão ocorrido em 30 de abril de 2021, conforme mencionado na nota explicativa 1.4 – Leilão de concessão. A expectativa da Companhia para que o processo do leilão seja finalizado até setembro 2022.

ii) Remuneração do pessoal-chave da Administração e da governança

O pessoal-chave da Administração e da governança inclui os conselheiros e diretores, os membros do Comitê de Auditoria e o chefe da auditoria interna. A remuneração paga e a pagar está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Salários e encargos sociais	6.072	5.653
Plano de assistência médica	43	50
Planos de aposentadoria e pensão	35	38
Outros	150	210
	6.300	5.951

Esses valores foram aprovados na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de Abril de 2021.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços acordados pelas partes. Os saldos em aberto no fim do exercício não estão atrelados a garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível e ativo de contrato

	Taxa de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil	
				2021	2020
Contratos em negociação para renovação	12	272.442	(79.353)	193.089	197.995
Contratos programas	3	216.490	(61.774)	154.716	158.691
Com. contratos concessão	7	1.222.169	(364.768)	857.401	878.113
Município do Rio de Janeiro	10	5.410.274	(1.627.699)	3.782.575	3.889.519
Intangíveis não afetos	12	4.373.837	(1.428.642)	2.945.195	3.025.527
Marcas e patentes	7	127	(51)	76	83
Ativo de contrato (obras em andamento)	-	1.772.940	-	1.772.940	1.568.614
		13.268.279	(3.562.287)	9.705.992	9.718.542

	2020	Adições (*)	Baixa	Amortização	Créditos		2021
					fiscais	Transferências	
Contratos em negociação para renovação (i)	197.995	175	-	(5.081)	-	-	193.089
Contratos programas (ii)	158.691	-	-	(3.975)	-	-	154.716
Contratos concessão (iii)	878.113	225	-	(21.199)	262	-	857.401
Município do Rio de Janeiro (iv)	3.889.519	517	42	(108.956)	1.453	-	3.782.575
Intangíveis não afetos (v)	3.025.527	2.332	-	(90.689)	15	8.010	2.945.195
Marcas e patentes	83	-	-	(7)	-	-	76
Ativo de contrato (obras em andamento) (vi)	1.568.614	212.336	-	-	-	(8.010)	1.772.940
	9.718.542	215.585	42	(229.907)	1.730	-	9.705.992

	2019	Adições (*)	Baixa	Amortização	Créditos		2020
					fiscais	Transferências	
Contratos em negociação para renovação (i)	204.056	32	-	(6.093)	-	-	197.995
Contratos programas (ii)	163.462	-	-	(4.771)	-	-	158.691
Contratos concessão (iii)	903.225	-	-	(25.427)	315	-	878.113
Município do Rio de Janeiro (iv)	4.015.939	2.560	-	(130.723)	1.743	-	3.889.519
Intangíveis não afetos (v)	3.133.574	951	-	(109.016)	18	-	3.025.527
Marcas e patentes	91	-	-	(8)	-	-	83
Ativo de contrato (obras em andamento) (vi)	1.491.098	77.516	-	-	-	-	1.568.614
	9.911.445	81.059	-	(276.038)	2.076	-	9.718.542

(*) As adições ocorridas no exercício de 2021 totalizaram R\$215.583 com recursos próprios, (R\$81.059 em 2020 com recursos próprios).

A Companhia opera contratos de concessão que preveem a prestação de serviços de saneamento básico e ambiental, captação, adução, tratamento e distribuição de água tratada, e coleta, e tratamento de esgotamento sanitário. Esses contratos de concessão estabelecem direitos e deveres relativos aos bens relacionados à prestação de serviço público. Os contratos preveem que os bens relacionados à prestação de serviços serão revertidos aos municípios ao fim do período de concessão.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia operava em 36 municípios no Estado do Rio de Janeiro (64 em 31 de dezembro de 2020). Na maior parte desses municípios o período de concessão é de 30 anos (Nota 1).

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível e ativo de contrato--Continuação

A redução no número de municípios deve-se ao leilão de concessão ocorrido mencionado na nota explicativa 1.4, os quais tiveram a prestação dos serviços encerradas em virtude do término da operação assistida. Cabe ressaltar, que os ativos intangíveis não amortizados relacionados aos bens reversíveis referente aos quatro blocos ocorridos no leilão totalizam R\$ 7.831.113 na data-base de 31 de dezembro de 2021 os quais encontram-se em análise por parte da Administração. Além disso, com o término da operação assistida dos blocos 1 e 4 a partir de 01 de novembro de 2021, a Administração passou a não depreciar os ativos intangíveis relacionados aos bens reversíveis.

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa.

Os intangíveis estão assim classificados:

(i) Contratos em negociação para renovação

Até 31 de dezembro de 2021, permaneciam em fase de negociação cinco contratos de concessão com municípios, sem prejuízo da continuidade da prestação de serviço. O valor contábil do intangível utilizado nestes municípios totalizava R\$193.088 em 31 de dezembro de 2021 (R\$197.995 em 2020) e os encargos de amortização desses municípios durante o exercício findo nessa data foram de R\$5.081 (R\$6.093 em 2020). Os contratos de concessão preveem que os bens afetos à distribuição serão revertidos aos municípios no final do prazo, mediante indenização pelo valor residual ou valor de mercado de acordo com o estipulado em cada contrato ou a prorrogação da vigência do contrato (Nota 1).

A Companhia vem trabalhando recorrentemente para a obtenção de resultados positivos no processo de renovação dos contratos de programas junto aos municípios que ainda não renovaram seus contratos com a CEDAE (Nota 2.7.2).

(ii) Contratos de programa - investimentos realizados

Referem-se às renovações dos contratos celebrados nas décadas de 70 e 80, denominados de concessão, através de contratos de programa nos moldes da Lei Federal nº 11.445/2007, que tem por objeto a prestação de serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em que a Companhia detém concessão dos bens existentes, adquiridos ou construídos durante a vigência destes contratos que estão sendo amortizados pela vida útil dos bens relacionados. Ao final dos contratos de programa, o valor residual dos ativos afetos aos contratos é calculado pela Companhia e caso o Poder Concedente opte pela assunção dos serviços deverá antes adimplir o montante apurado dos ativos afetos. Se a quitação de tais ativos não ocorrer, a concessão é prorrogada até a efetiva quitação.

(iii) Contratos de concessão

Os contratos de concessão e de programa preveem que os bens de distribuição serão revertidos ao município ao final do período contratual, pelo valor residual ou valor de mercado, de acordo com os termos de cada contrato. A amortização é calculada de acordo com método linear, que considera a vida útil dos bens. Ao final dos contratos de concessão, o valor residual dos ativos afetos aos contratos é calculado pela Companhia e caso o município opte pela assunção dos serviços deverá antes adimplir o montante apurado dos ativos afetos. Se a quitação de tais ativos não ocorrer, a concessão é prorrogada até a efetiva quitação.

(iv) Município do Rio de Janeiro

No Município do Rio de Janeiro foi celebrado o Termo de reconhecimento recíproco de direitos e obrigações que constitui um ato jurídico perfeito firmado pelo Estado, Município e CEDAE para a gestão associada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo prazo de 50 anos, automaticamente renovável por mais 50 anos.

Como parte desse termo, a Companhia tem a obrigação, em conjunto com o Município do Rio de Janeiro, de instalar, em suas respectivas áreas de atuação, de forma gradual e progressiva, sistemas de esgotamento sanitário pelo método de separadores absolutos, substituindo a utilização das galerias de águas pluviais e canais de drenagem pluvial para transporte de efluentes provenientes de unidades de tratamento de esgotos, que permanecerá em caráter transitório e sem quaisquer ônus. A Administração da Companhia cumprirá essa obrigação até o término do referido termo, previsto para o ano de 2057. Os bens estão sendo amortizados durante o tempo de vida útil.

(v) Intangíveis não afetos às concessões (adutoras e outros)

Referem-se à infraestrutura necessária à execução dos serviços prestados em comum a todos os contratos de concessão, a qual, consequentemente, não pode ser individualmente vertida a nenhum município ao final do contrato de concessão. Essa infraestrutura em comum fica de forma vitalícia sob contrato de concessão, uma vez que os prazos dos contratos com os municípios não convergem.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível e ativo de contrato--Continuação

(vi) Obras em andamento - Ativo de contrato

Em 31 de dezembro de 2021, as obras em andamento referem-se, principalmente, a novos projetos e são representados por redes e ligações de tratamento de água no valor de R\$1.421.048, sistema de coleta e tratamento de esgoto no valor de R\$349.413 e materiais a distribuir R\$2.480 (R\$1.253.823, R\$312.311 e R\$2.480, respectivamente, em 2020).

(vii) Reavaliação

A Companhia optou pela isenção do custo atribuído, conforme permitido pelo pronunciamento técnico CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, mantendo, assim, os seus bens do imobilizado, transferidos posteriormente para o intangível, pelos valores reavaliados na data-base de 2006. Em virtude do exposto, a Companhia reclassificou, em 1º de janeiro de 2009, o valor integral da reserva de reavaliação para outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Foram realizados, por amortização ou baixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os montantes de R\$141.535 (R\$169.841 em 2020) de outros resultados abrangentes, registrados em contrapartida da conta de "Lucros acumulados", deduzidos dos efeitos tributários (Nota 20.f).

Em 31 de dezembro de 2021, a contribuição social registrada no passivo não circulante decorrente desse acréscimo patrimonial de R\$483.081 (R\$497.080 em 2020) (Nota 16).

11. Imobilizado

	Taxa de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil	
				2021	2020
Terrenos	-	58.476	-	58.476	58.476
Edificações	4	19.486	(9.917)	9.569	10.167
Máquinas, equipamentos e instalações	10	17.836	(10.603)	7.233	6.808
Móveis e utensílios	10	4.045	(3.210)	835	536
Computadores	20	7.729	(6.778)	951	1.480
Veículos	20	2.818	(2.818)	-	-
Benfeitorias	2	1.229	(675)	554	591
Máquinas, tratores e similares	20	1.249	(1.135)	114	182
		112.868	(35.136)	77.732	78.240

As movimentações do ativo imobilizado durante os exercícios de 2021 e 2020 estão demonstradas a seguir:

	2020	Adições	Baixas	Depreciação	Crédito fiscal	Transferências	2021
Terrenos	58.476	-	-	-	-	-	58.476
Edificações	10.167	-	-	(598)	-	-	9.569
Máquinas, equipamentos e instalações	6.808	1.536	8	(1.119)	-	-	7.233
Móveis e utensílios	536	422	1	(124)	-	-	835
Computadores	1.480	116	3	(648)	-	-	951
Veículos	-	-	-	-	-	-	-
Benfeitorias	591	-	-	(40)	3	-	554
Máquinas, tratores e similares	182	-	-	(68)	-	-	114
	78.240	2.074	14	(2.599)	3	-	77.732

	2019	Adições	Baixas	Depreciação	Crédito fiscal	Transferências	2020
Terrenos	58.476	-	-	-	-	-	58.476
Edificações	10.886	-	-	(719)	-	-	10.167

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Máquinas, equipamentos e instalações	7.074	994	-	(1.260)	-	-	6.808
Móveis e utensílios	608	82	-	(154)	-	-	536
Computadores	2.216	42	-	(778)	-	-	1.480
Veículos	10	-	-	(10)	-	-	-
Benfeitorias	635	-	-	(48)	4	-	591
Máquinas, tratores e similares	284	-	-	(102)	-	-	182
	<u>80.189</u>	<u>1.118</u>	<u>-</u>	<u>(3.071)</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>78.240</u>

a) Ativos dados em garantia

A Companhia não possui ativos imobilizados dados como garantia em operações realizadas com terceiros.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação**b) Imóveis pendentes de regularização**

Conforme apresentado no laudo de avaliação dos peritos (exercício-base 2005), a Companhia possui a posse de 581 imóveis, no valor de R\$115.583 e de 85 terrenos no valor de R\$55.803, pendentes de legalização. Somente quando da regularização desses imóveis é que tais ativos serão reconhecidos contabilmente pela Companhia.

- c) A depreciação acima não está apresentada com os efeitos de redução ocorridos através do benefício de recuperação de créditos fiscais de Pasep e Cofins baseados nas Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003.

12. Empréstimos e financiamentos

	2021	2020	Vencimento	Taxa
Debêntures - quinta emissão (a)	45.939	58.794	2025	1ª Série: TJLP + 2,75% a.a. 2ª Série Selic + 2,75% a.a.
Financiamento - CCB FGTS 1ª Tranche (b)	393.811	406.665	2038	8,5% + TR a.a.
Financiamento - CCB FGTS 2ª Tranche (b)	28.556	29.478	2039	8,5% + TR a.a.
Financiamento - CCB FGTS 3ª Tranche (b)	3.092	3.092	2041	8,7% + TR a.a.
	471.398	498.029		
	2021	2020		
Circulante	48.580	56.745		
Não circulante	422.818	441.284		
	471.398	498.029		

Os empréstimos e financiamentos junto à Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES") foram captados para aplicação em ampliação de redes de águas e esgotos sanitários, como também para ampliação de estações de tratamento, incidindo sobre eles as taxas de juros demonstradas acima. Os referidos empréstimos e financiamentos não apresentam cláusulas restritivas e garantias, exceto o que for expressamente ressalvado em nota explicativa.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A movimentação dos empréstimos é dada como segue:

	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	498.029	640.026
Juros e variação monetária	40.072	46.079
Amortizações	(66.703)	(188.076)
Saldo	471.398	498.029

As parcelas de longo prazo referentes aos contratos de financiamentos, com base nas regras definidas, têm os seguintes vencimentos:

	2021	2020
2022	-	54.865
2023	54.718	54.865
2024	54.710	54.865
2025 em diante	313.390	276.689
	422.818	441.284

(a) Debêntures**Quinta emissão**

Em 17 de abril de 2015, o Conselho de Administração aprovou a estruturação da quinta emissão de debêntures no valor de R\$113.088 em quantidade de mil debêntures simples, nominativas, de valor nominal unitário de R\$113 não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia real por meio de colocação privada, mediante a subscrição exclusiva do BNDES das debêntures da primeira série e subscrição exclusiva pela BNDES Participações S.A. - BNDESPAR das Debêntures da segunda série. A emissão ocorreu em 15 de junho de 2015.

Essa emissão de debêntures teve por objetivo financiar o projeto de implantação de novas redes de abastecimento de água na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de redução de perdas e do consumo de energia. Destacamos que, embora a data da emissão seja em junho de 2015, por conta de atendimentos aos condicionantes contratuais, a primeira subscrição por parte do BNDES e BNDESPAR foi realizada em 23 de outubro de 2015, no valor total de R\$45.236, sendo R\$31.432 referente à primeira série e R\$13.804 referente à segunda.

Em 13 de julho de 2016, foi realizada subscrição de mais uma tranche de R\$58.044, sendo R\$40.865 da primeira série e R\$17.179 da segunda.

A emissão possuía carência de 24 meses, encerrados em 15 de junho de 2017, com pagamento de juros trimestrais. A amortização está sendo feita por meio de 96 parcelas mensais, tendo o primeiro vencimento ocorrido em 15 de julho de 2017, e a última ocorrerá em 15 de junho de 2025.

As debêntures farão jus a juros remuneratórios da seguinte forma:

- (i) 1ª série: TJLP + 1,00% + 1,75%;
- (ii) 2ª série: SELIC x (1,00% + 1,75%).

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- (b) Financiamento junto à Caixa Econômica Federal (Ampliação e Melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense Construção Complexo Guandu 2)

Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia assinou com a Caixa Econômica Federal a CCB nº 433.257-52 no valor de R\$1.076.596 (1ª tranche) em 23 de dezembro de 2015, a CCB nº 441.050-71 no valor de R\$1.390.817 (2ª tranche) em 30 de junho de 2017, a CCB nº 441.054-75 no valor de R\$570.087 (3ª tranche). Esses valores referem-se à totalidade da operação de crédito de R\$3.037.500, que foi captada junto à Caixa Econômica Federal para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense e na construção do Complexo Guandu 2, que consiste na implantação de uma nova estação de tratamento com produção de 12 mil litros de água por segundo, com elevatória de água tratada, linha de recalque (tubulação que abastece o reservatório) e reservatório com capacidade para armazenar 57 milhões de litros de água potável.

Esses recursos também estão sendo usados para a construção, nos diversos municípios da baixada fluminense, de 17 novos reservatórios e reforma de outros nove que hoje estão fora de operação. Na região ainda serão construídas 16 elevatórias de grande porte e assentados 95 quilômetros de adutora para abastecer os reservatórios e outros 760 quilômetros de tronco e redes distribuidoras, além da instalação de dezenas de milhares de novas ligações domiciliares.

No momento, todas as tranches estão na fase de desembolso. O prazo para o desembolso dos recursos é de 48 meses da data da assinatura das referidas cédulas, sendo permitida a sua prorrogação.

O Financiamento (CCB nº 433.257-52 - 1ª tranche) possui carência de 48 meses, encerrados em 20 de janeiro de 2019. A amortização está sendo feita por meio de 240 parcelas mensais, sendo a primeira amortização com vencimento em 15 de fevereiro de 2019. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo constituído deste financiamento era de R\$393.811 (R\$406.665 em 2020). Os juros remuneratórios desta CCB são de TR + 8,5% a.a.

A 2ª tranche (CCB nº 441.050-71) também apresenta carência de 48 meses com juros remuneratórios de TR + 8,5% a.a. A amortização está sendo feita por meio de 240 parcelas mensais, sendo a primeira amortização com vencimento em 15 de janeiro de 2020. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo constituído deste financiamento era de R\$28.556 (R\$29.478 em 2020).

A 3ª tranche (CCB nº 441.054-75) também apresenta carência de 48 meses com juros remuneratórios de TR + 8,7% a.a. A amortização será feita por meio de 240 parcelas mensais, sendo a primeira amortização com vencimento em 15 de julho de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo constituído deste financiamento era de R\$3.092 (R\$3.092 em 2020).

13. Tributos a recuperar e a recolher

	2021	2020
Tributos a recuperar		
Imposto de renda e contribuição social (i)	98.160	65.312
	98.160	65.312
Impostos, taxas e contribuições a recolher		
IRPJ e CSLL (ii)	15.328	25.922
Pasep e Cofins a recolher (iii)	15.686	22.137
ISS a recolher	1.148	1.118
	32.162	49.177

- (i) Refere-se a valores recolhidos de antecipação de IRPJ que se recupera devido à Imunidade Tributária conforme ACO nº 2.757/RJ, e CSLL e IRPJ retidos na fonte conforme Lei nº 9.430/96, conforme divulgado na Nota 16.

- (ii) Refere-se basicamente ao IRRF s/ folha de pagamento, com vencimento em 20/01/2022.

- (iii) Refere-se a valores provisionados da competência de dezembro de 2021, com vencimento em 25 de 01 de 2022.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Parcelamentos tributários

	2021	2020
Refis IV (a)	103.256	131.895
Refis da Copa (b)	57.199	62.822
	160.455	194.717
Circulante	45.925	41.580
Não circulante	114.530	153.137
	160.455	194.717

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava em cumprimento com todas as condições exigidas para sua manutenção nos parcelamentos tributários. As parcelas que vencerão a longo prazo possuem o seguinte cronograma de pagamentos:

Ano de vencimento	
2023	42.858
2024	36.977
2025 em diante	34.695
	114.530

Em julho de 2003, a Administração da Companhia optou pela adesão ao Parcelamento Especial ("Paes") instituído pela Lei Federal nº 10.684/2003 e, em 28 de dezembro de 2006, aderiu ao Parcelamento Excepcional ("Paex") instituído pela Medida Provisória nº 303/2006. Parte dos saldos desses dois programas pertencentes à Receita Federal do Brasil (RFB), Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN") e INSS foram incluídos em 30 de junho de 2011 no parcelamento Programa de Recuperação Fiscal IV ("Refis IV").

(a) Refis IV

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Parcelamento - Refis IV instituído pela Lei Federal nº 11.941/2009, visando equalizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento mais vantajoso para seus débitos de obrigações fiscais e previdenciárias.

Quando da opção pelo referido programa, a Companhia formalizou junto à Receita Federal do Brasil (RFB) a inclusão da totalidade dos débitos em aberto constantes da conta corrente junto à instituição, além da migração dos saldos a pagar remanescentes dos programas Paes e Paex, permanecendo os débitos junto ao Serviço Social da Indústria ("Sesi") e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial ("Senai") no parcelamento anterior.

O parcelamento do Refis IV está subdividido em débitos junto à Receita Federal do Brasil (RFB), PGFN e INSS, bem como os saldos dos programas Paes e Paex.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Parcelamentos tributários--Continuação

O parcelamento foi homologado em 180 parcelas mensais, atualizadas pela Selic, com término previsto para outubro de 2024. Os pagamentos estão regulares com a quitação da parcela de dezembro de 2021 no valor de R\$2.919.917,79, correspondente a 146ª parcela.

	2021	2020
Principal		
Valor da adesão (principal)	281.340	281.340
Juros	177.150	174.654
Amortizações	(355.234)	(324.099)
	103.256	131.895

(b) Refis da Copa

Em agosto de 2014, com o advento da Lei Federal nº 12.996/2014 ("Refis da Copa"), que possibilitou a inclusão de novos débitos no Refis, a Companhia, por ser mais vantajoso em vista da anistia de juros e multas, desistiu do parcelamento ordinário e incluiu o saldo remanescente no Refis da Copa que apresenta o seguinte saldo devedor:

	2021	2020
Saldo remanescente do parcelamento ordinário	122.230	122.230
Juros	6.511	6.511
Amortizações	(27.368)	(27.368)
	101.373	101.373
Redução por anistia de juros e multas	(14.617)	(14.617)
Principal do Refis da Copa	86.756	86.756
Juros	34.349	32.712
Amortização	(63.906)	(56.646)
	57.199	62.822

15. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências**a) Depósitos e bloqueios judiciais**

A composição dos depósitos e bloqueios judiciais está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Trabalhistas	866.116	857.156
Cíveis (i)	1.153.385	863.708
Tributárias (ii)	65.909	122.994
	2.085.410	1.843.858

- (i) Os depósitos cíveis mais expressivos neste exercício são 0004313-64.2021.8.19.0001 e 64.2021.8.19.0001 de autoria da Construtora Queiroz Galvão S.A. nos valores de R\$ 83.219 e 82.173, respectivamente, e 0049373-60.2021.8.19.0001 Consórcio Passarelli no valor de R\$ 49.424.
- (ii) Os depósitos tributários sofreram redução face acordo para levantamento dos valores depositados no processo judicial 0302786-43.2017.8.19.0001 Agenersa.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências--Continuação**b) Provisão para contingências**

A Administração da Companhia, embasada nas informações remetidas pelos seus assessores internos, externos e nas análises das demandas judiciais pendentes, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis com as ações em curso, como segue:

	2021	2020
Cíveis (i)	2.484.497	1.897.458
Trabalhistas (ii)	773.943	721.629
Tributárias (iii)	78.976	210.410
	3.337.416	2.829.497

A movimentação das provisões relativas ao exercício de 2021 e 2020 está apresentada como segue:

Natureza da contingência	2020	Constituições (*)	Reversões (*)	Pagamentos	2021
Cíveis	1.897.458	1.215.336	(439.462)	(188.835)	2.484.497
Trabalhistas	721.629	201.685	(36.288)	(113.083)	773.943
Tributárias	210.410	70.437	(201.871)	-	78.976
	2.829.497	1.487.458	(677.621)	(301.918)	3.337.416

Natureza da contingência	2019	Constituições (*)	Reversões (*)	Pagamentos	2020
Cíveis	1.579.565	841.753	(336.708)	(187.152)	1.897.458
Trabalhistas	569.674	287.443	(45.750)	(89.738)	721.629
Tributárias	210.446	5.079	(5.006)	(109)	210.410
	2.359.685	1.134.275	(387.464)	(276.999)	2.829.497

(*) Contém atualização monetária.

As constituições e reversões ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 apresentam o valor líquido de R\$809.837 (R\$746.811 em 2020) e tem como contrapartida a conta de "Provisão para contingências" e "Passivos fiscais" na linha de "Outras receitas operacionais" (Nota 24).

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências--Continuação**b) Provisão para contingências--Continuação**

Os objetos das causas classificadas como de perda provável, segregados por natureza, estão informados abaixo:

(i) Ações cíveis

	2021	2020
Juizados Especiais Cíveis		
Questionamentos de cobrança	984	1.728
Demais ações	1.739	2.728
Desabastecimento	907	2.049
Área de Planejamento 5 - ("AP5")	29	13
Total dos Juizados Especiais Cíveis	3.659	6.518
Juizados de Fazenda Pública		
Desconstituição da tarifa diferenciada/progressiva/mínima (b)	1.070.687	913.358
Desconstituição da tarifa de esgoto (a)	530.437	390.496
Demais ações	262.998	331.210
Descumprimentos de contratos	290.595	68.983
Cobranças indevidas	275.146	151.452
Acidentes vazamentos/bueiro	31.561	22.278
Licitação	1.480	1.000
Cortes indevidos	17.934	12.163
Total de Varas Cíveis e de Fazenda Pública	2.480.838	1.890.940
Total das ações cíveis	2.484.497	1.897.458

- (a) A Companhia realiza constantes revisões nos critérios de provisionamento, de forma que revelem valores mais apurados. Nesse contexto, em relação a diversos objetos de demandas judiciais repetitivas e que envolvam questões fáticas similares, foram atualizados os valores médios de condenações para fins de provisionamento, de modo a adotar critério que demonstre, tanto quanto possível, o quantitativo de futuras condenações. Também foram atualizadas as provisões naqueles processos em fase de execução, de forma a demonstrar o efetivo valor da condenação. Desses procedimentos decorreu o aumento nos valores da contingência.
- (b) A Companhia utiliza o valor histórico das condenações para atribuição do valor da contingência, realizando revisões periodicamente, de forma que os valores apurados demonstrem provisionamentos bem próximos da realidade. Nesse contexto, em relação aos objetos de demandas judiciais repetitivas e que envolvem questões fáticas similares, em que a utilização de uma única média para todos os tipos de demandantes (pessoas físicas, jurídicas ou condomínios) se mostrou inadequada, apuraram-se valores distintos por categoria de demandante.
- (c) As ações cíveis denominadas "Cobranças indevidas" contemplam reclamações envolvendo consumo/faturamento elevado, estimativa e outros, que tiveram processos envolvendo valores de execução expressiva, aumentando o provisionamento no objeto em questão.
- (d) A rubrica "Descumprimento de contratos" sofreu expressiva elevação em função dos processos judiciais movidos pela Construtora Queiroz Galvão 0117367-33.2006.8.19.0001 e Consórcio Operação Contínua 0162408-37.2017.8.19.0001 em status de execução, impactando fortemente o provisionamento das causas cíveis em 2021.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências--Continuação**b) Provisão para contingências--Continuação****(ii) Ações trabalhistas**

	2021	2020
Desvio de função	109.373	110.517
Incremento salarial	195.548	187.019
Progressão horizontal	105.538	103.834
Horas extras	122.623	106.231
Demais ações	141.378	124.490
Reintegração/reintegração aposentado	36.046	36.179
Retenção salarial	21.127	22.908
Equiparação/diferenças salariais	23.709	13.883
Enquadramento e reenquadramento	18.601	16.568
	773.943	721.629

(iii) Ações tributárias

As contingências de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos, questionada em virtude da divergência de interpretação da legislação por parte dos assessores legais da Companhia, tendo como o objeto mais relevante o auto de infração.

Em 4 de dezembro de 2012, a Companhia recebeu um auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), questionando a tomada de créditos de PIS e COFINS na apuração dos tributos referentes ao período-base de 2008 a 2010, no total de R\$239.515 com aplicação de multa e juros, dando origem ao Processo Administrativo Fiscal nº 16682.721140/2012-75 (MPF 07185002011007820).

Cabe destacar que a matéria de fundo discutida nos autos (conceito de insumos para fins do creditamento das contribuições do PIS e da Cofins) hoje se encontra pacificada no âmbito da jurisprudência nacional em face do julgado do RESP 1.221.170/PR submetido à sistemática de Recursos Repetitivos e de observância obrigatória no âmbito do CARF, conforme artigo 62, § 2º do RI/CARF - "Art. 62. Fica vedado aos membros das turmas de julgamento do CARF afastar a aplicação ou deixar de observar tratado, acordo internacional, lei ou decreto, sob fundamento de inconstitucionalidade. (...)".

Consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos sobre a classificação das chances de perda relativamente ao Processo Administrativo nº 16682.721140/2012-75 (PIS/Cofins - MPF 07.1.85.00- 2011-00782-0), a Companhia decidiu por reverter a provisão no valor de R\$193.556. O referido processo no atual exercício, encontra-se classificado como probabilidade de perda "Possível".

c) Causas possíveis

Em 31 de dezembro de 2021, as causas classificadas como possíveis totalizam R\$1.639.829 (R\$1.200.737 em 2020), sendo R\$368.257 de ações trabalhistas, R\$455.612 de ações cíveis e R\$815.960 de ações tributárias (R\$399.979, R\$441.939 e R\$358.819, respectivamente, em 2020). As principais causas possíveis estão abaixo elencadas:

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências--Continuação**c) Causas possíveis--Continuação**

	2021	2020
Riscos trabalhistas		
Desvio de função	122.007	151.814
Progressão horizontal por antiguidade	26.033	33.050
Reintegração	39.739	26.519
Enquadramento	4.632	7.052
Isonomia salarial	2.455	3.473
	194.866	221.908
Riscos cíveis		
Esgoto	120.018	138.785
Cobrança indevida	21.586	13.160
Contratos	115.767	101.850
Posse de imóvel	555	570
	257.926	254.365
Riscos tributários		
Pasep e COFINS	533.301	213.759
IRPJ e CSLL	218	56.346
	533.519	270.105

Conforme as decisões do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro em diferentes procedimentos administrativos, a Companhia poderá vir a ser titular de créditos (ativo contingente) que atingem o montante de R\$36.731 em 31 de dezembro de 2021 (R\$36.731 em 31 de dezembro de 2020), referente a decisões que determinaram a devolução de valores pagos em razão de contratos celebrados mediante declaração de dispensa ou inexigibilidade de licitação. Tais valores não estão registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, visto que não existem certezas em relação à realização desses montantes, uma vez que o processo não transitou em julgado a favor da Companhia.

c.1) Correção dos passivos trabalhistas pelo IPCA

- (I) A atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e a correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho deverão observar a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a incidência da taxa SELIC
- (II) Serão considerados válidos os pagamentos já realizados com a utilização da TR (ou IPCA-E ou qualquer outro índice), não ensejando qualquer rediscussão;
- (III) Serão mantidas e executadas todas as decisões transitadas e julgadas que adotaram em sua fundamentação a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1%, não cabendo discussão sobre o índice à luz do novo entendimento firmado pelo STF;

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências--Continuação

c) Causas possíveis--Continuação

c.1) *Correção dos passivos trabalhistas pelo IPCA*--Continuação

(IV) Os processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento (ainda sem decisão ou em fase recursal) devem ter aplicação, de forma retroativa, da taxa SELIC (juros e correção monetária).

O índice a ser aplicado na atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e na correção dos depósitos recursais na Justiça do Trabalho é objeto de questionamento judicial há alguns anos. Vale tecer um breve histórico acerca da questão, senão vejamos:

Em 14 de agosto de 2015, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) afastou o uso da Taxa Referencial Diária (TRD) e determinou a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E). Entendeu-se que dispositivo da lei da desindexação da economia (Lei nº 8.177/1991) que determinava a atualização dos valores devidos na Justiça do trabalho pela taxa referencial seria inconstitucional, pois não preservava o real valor dos créditos trabalhistas.

Contudo, em decisão publicada no dia 16 de outubro de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) deferiu liminar para suspender os efeitos de decisão proferida pelo TST que determinou a substituição dos índices de correção monetária aplicada aos débitos trabalhistas de forma automática e *erga omnes* (para todos). O STF entendeu que o TST extrapolara a sua competência ao determinar a utilização do IPCA abstratamente em toda a Justiça do Trabalho, de forma obrigatória.

A referida Reclamação foi julgada improcedente, sendo que antes mesmo de seu trânsito em julgado, ocorrido em 17 de agosto de 2018, foi distribuída a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 5867, questionando a constitucionalidade da expressão “com os mesmos índices de poupança” contida no § 4º do art. 899, da CLT “(O depósito recursal será feito em conta vinculada ao juízo e corrigido com os mesmos índices da poupança)”.

Após esta ação, seguiram-se outras três ações perante o STF, quais sejam, Ação Direta de Constitucionalidade nºs 58 e 59 e Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 6021, que também questionaram o índice a ser aplicado na correção de débitos trabalhistas.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências--Continuação

c) Causas possíveis--Continuação

c.1) *Correção dos passivos trabalhistas pelo IPCA*--Continuação

No dia 1º de julho de 2020, foi determinada a suspensão do julgamento de todos os processos em curso no âmbito da Justiça do Trabalho que envolvessem a aplicação dos artigos arts. 879, §7, e 899, § 4º, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.467/2017, e o art. 39, caput e § 1º, da Lei 8.177/91.

No dia 18 de dezembro de 2020, em julgamento conjunto destas ações, o STF, por maioria, declarou "(...) parcialmente procedente a ação, para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 879, § 7º, e ao art. 899, § 4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467 de 2017, no sentido de considerar que à atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e à correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho deverão ser aplicados, até que sobrevenha solução legislativa, os mesmos índices de correção monetária e de juros que vigentes para as condenações cíveis em geral, quais sejam a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a incidência da taxa SELIC (...)"

Em contrapartida, também por maioria, o STF modulou os efeitos da decisão "(...) ao entendimento de que (i) são reputados válidos e não ensejarão qualquer rediscussão (na ação em curso ou em nova demanda, incluindo ação rescisória) todos os pagamentos realizados utilizando a TR (IPCA-E ou qualquer outro índice), no tempo e modo oportunos (de forma extrajudicial ou judicial, inclusive depósitos judiciais) e os juros de mora de 1% ao mês, assim como devem ser mantidas e executadas as sentenças transitadas em julgado que expressamente adotaram, na sua fundamentação ou no dispositivo, a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1% ao mês; (ii) os processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento (independentemente de estarem com ou sem sentença, inclusive na fase recursal) devem ter aplicação, de forma retroativa, da taxa Selic (juros e correção monetária), sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF (art. 525, §§ 12 e 14, ou art. 535, §§ 5º e 7º, do CPC) e (iii) igualmente, ao acórdão formalizado pelo Supremo sobre a questão dever-se-á aplicar eficácia erga omnes e efeito vinculante, no sentido de atingir aqueles feitos já transitados em julgado desde que sem qualquer manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros (...)"

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Contribuição social corrente e diferida

	2021	2020
Impostos diferidos passivos		
Ativo intangível - CSLL (Nota 10.vii)	483.081	497.080
Depósitos judiciais – CSLL	59.942	55.100
	543.023	552.180
Impostos diferidos ativos		
Provisões para contingências – CSLL	(285.908)	(239.946)
Perda atuarial – CSLL	(299.641)	(335.409)
Perda PECLD – CSLL	(62.132)	(70.401)
Outras perdas – CSLL	(1.544)	(1.394)
	(649.045)	(647.150)
Não circulante	(106.022)	(94.970)

A contribuição social diferida é calculada sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo da contribuição sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. A alíquota desse tributo é de 9%.

Contribuição social ativa é reconhecida na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Como divulgado na Nota 16.c, a Companhia se tornou ente imune a impostos, consequentemente os créditos e débitos diferidos sobre IRPJ foram revertidos, uma vez que não existirá base de cálculo, que possibilite a realização dos valores diferidos de IRPJ.

A partir dos recolhimentos da Contribuição Social sobre o lucro do exercício de 2020 a Companhia optou pelo regime de apuração anual. Com recolhimento apurado com base no balancete de suspensão e redução mensal.

Movimentação dos impostos diferidos ativos e passivos

	(Ganho) perda atuarial	Diferenças temporárias	Diferença temporária sobre reavaliação	Depósitos judiciais	Outras perdas	Total
Em 31 de dezembro de 2020	335.409	239.946	(497.080)	(55.100)	71.795	94.970
Perda atuarial	(35.948)	-	-	-	-	(35.948)
Provisão para contingências	-	45.962	-	-	-	45.962
Depósitos e bloqueios judiciais	-	-	-	(4.842)	-	(4.842)
Ativo intangível	-	-	13.999	-	-	13.999
Outras perdas	-	-	-	-	(8.119)	(8.119)
Em 31 de dezembro de 2021	299.641	285.908	(483.081)	(59.942)	63.676	106.022

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Contribuição social corrente e diferida--ContinuaçãoMovimentação dos impostos diferidos ativos e passivos--Continuação

	(Ganho) perda atuarial	Diferenças temporárias	Diferença temporária sobre reavaliação	Depósitos judiciais	Outras perdas	Total
Em 1º de janeiro de 2020	339.878	201.663	(513.877)	(45.573)	36.921	19.012
Perda atuarial	(4.469)	-	-	-	-	(4.469)
Provisão para contingências	-	38.283	-	-	-	38.283
Depósitos e bloqueios judiciais	-	-	-	(9.527)	-	(9.527)
Ativo intangível	-	-	16.797	-	-	16.797
Outras perdas	-	-	-	-	34.874	34.874
Em 31 de dezembro de 2020	335.409	239.946	(497.080)	(55.100)	71.795	94.970

a) Reconciliação da despesa da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)

A reconciliação entre a despesa da contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social	46.533	(259.390)
Alíquota nominal da contribuição social - %	9%	9%
Contribuição social às alíquotas vigentes	(4.188)	23.345
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Cancelamento de contas	(9.103)	(11.144)
Outros	(6.106)	39
Contribuição social no resultado do exercício	(19.397)	12.240
Contribuição social corrente	(73.091)	(75.135)
Contribuição social diferido	53.694	87.375
Contribuição social no resultado do exercício	(19.397)	12.240

b) Imunidade Tributária sobre impostos federais "Ação Cível Ordinária nº 2.757/RJ"

Como reflexo da decisão, foram revertidos todos os ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ sendo também baixados os impostos a recuperar e a recolher em aberto até a data da obtenção da imunidade.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Contribuição social corrente e diferida--Continuação

Movimentação dos impostos diferidos ativos e passivos--Continuação

b) *Imunidade Tributária sobre impostos federais “Ação Cível Ordinária nº 2.757/RJ”--*
Continuação

A CEDAE efetuou o pedido de restituição administrativa, junto à Receita Federal do Brasil, dos impostos federais recolhidos nos 5 (cinco) anos anteriores à propositura da ACO 2757, bem como durante o trâmite da ação, no valor de R\$2.745.167 (Dois Bilhões e Setecentos e Quarenta e Cinco Milhões e Cento e Sessenta e Sete Mil) atualizados pela SELIC. Esse montante não está registrado nas demonstrações financeiras, uma vez que sua realização depende de eventos futuros (resultado de processos judiciais) que não estão integralmente no controle da Companhia. Esse crédito será reconhecido contabilmente pela CEDAE somente quando forem cumpridas todas as etapas legais e judiciais aplicáveis à sua realização e quando tal realização puder ser considerada praticamente certa.

Destacamos que no próximo reajuste tarifário o reflexo da imunidade tributária impactará diretamente o cálculo da tarifa, pois sua estrutura tarifária é constituída pelos investimentos da Companhia, seus custos operacionais e seus impostos e encargos.

c) *Mudança da forma de Tributação do PIS e da COFINS de Não Cumulativa para Cumulativa - Processo nº 0031167-36.2018.4.02.5101 em razão da “Ação Cível Ordinária nº 2.757/RJ”*

A CEDAE peticionou junto à Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro ação de mudança da forma de tributação do PIS e da COFINS para Cumulativa e também solicitou a repetição de Indébito Tributário solicitando devolução de valores, uma vez que foi reconhecida a imunidade tributária de R\$1.223.802 (Um Bilhão e Duzentos e Vinte e Três Milhões e Oitocentos e Dois Mil) atualizados pela SELIC. Esse montante não está registrado nas demonstrações financeiras, uma vez que sua realização depende de eventos futuros (resultado de processos judiciais) que não estão integralmente no controle da Companhia. Esse crédito será reconhecido contabilmente pela CEDAE somente quando forem cumpridas todas as etapas legais e judiciais aplicáveis à sua realização e quando tal realização puder ser considerada praticamente correta.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Outras contas a pagar

	2021	2020
Provisão para licença prêmio (a)	24.947	97.722
Outras obrigações financeiras (b)	5.814	7.863
Pasep e COFINS (c)	28.675	32.176
Outras contas a pagar	10.151	9.230
	69.587	146.991

- (a) Conforme disposto no Acordo Coletivo de Trabalho, assinado em 1º de setembro de 2016, referente ao período de 2016 a 2018, a licença-prêmio de três meses para cada cinco anos de serviços prestados é um benefício adquirido pelos empregados que tenham sido admitidos até de 2001 pela Companhia. A partir de 1º de janeiro de 2009, não serão computados novos períodos de licença-prêmio, e para aqueles empregados que não tenham cinco anos completos a licença será computada de forma proporcional. Esse valor é atualizado mensalmente considerando os períodos de direitos adquiridos completos, sendo R\$22.439 em dezembro de 2021 (R\$53.538 em 2020) registrados no passivo circulante (no grupo de contas de provisões de encargos trabalhistas) e R\$24.947 no passivo não circulante (R\$97.722 em 2020).
- (b) Trata-se de acordo firmado entre a CEDAE e os Consórcios: Módulo, Acqua-Rio e Operação Contínua, relativo ao reajustamento de contratos firmados entre as Companhias, cujo saldo será amortizado em até 60 (sessenta) meses.
- (c) Refere-se PASEP e COFINS diferidos sobre as contas faturadas de água e esgoto para órgãos públicos.

18. Passivo atuarial

A Prece - Previdência Complementar ("Prece") e a Cedae Saúde foram instituídas pela CEDAE como política de recursos humanos na forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e com autonomia administrativa e financeira, com o objetivo de complementar os benefícios previdenciários e de assistência médica de seus funcionários, respectivamente. Na condição de patrocinadora, juntamente com seus empregados participantes, a CEDAE contribui mensalmente com o montante equivalente a 100% da contribuição base dos contribuintes ativos para a Prece e com 6% da folha de pagamento para a Cedae Saúde.

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é a seguinte:

	2021	2020
Plano de previdência complementar - Prece (a)	13.992	64.409
Dívida Prece	665.454	655.883
	679.446	720.292
Plano de assistência médica - Cedae Saúde (b)	2.131.924	2.471.717
Prêmio aposentadoria (c)	30.623	47.206
	2.162.547	2.518.923
	2.841.993	3.239.215
Circulante	81.032	74.469
Não circulante	2.760.961	3.164.746
	2.841.993	3.239.215

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Passivo atuarial--Continuação

(a) Prece

A Prece administra os planos de benefícios previdenciários Prece I, Prece II, Prece III e Prece CV, sendo os planos Prece I, Prece II e parcela dos optantes pela renda vitalícia que optaram pelo Prece CV estão estruturados na modalidade de benefício definido e na modalidade contribuição definida os Planos Prece III e Prece CV (demais optantes). A quantidade de participantes por plano em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Participantes	2021		
	Quantidade		
	Ativos	Pensão	Aposentadoria
Prece I	214	1.473	949
Prece II	191	449	139
Prece III	378	-	-
Prece CV	1.605	1.420	799

Participantes	2020		
	Quantidade		
	Ativos	Pensão	Aposentadoria
Prece I	252	1.400	1.025
Prece II	228	443	155
Prece III	379	-	-
Prece CV	1.751	1.504	863

Plano Prece I

O Plano Prece I está determinado na modalidade benefício definido para os funcionários e diretores das patrocinadoras (Cedae Saúde, Prece e CEDAE), garantindo um benefício na aposentadoria cujo valor é 70% da diferença entre a pensão do INSS e a média dos 36 últimos salários, respeitando o salário limite expresso no regulamento.

Para a aposentadoria por tempo de contribuição é necessário 15 anos de filiação à Prece, 55 anos de idade e estar aposentado pela previdência oficial do INSS.

O plano garante aos participantes o benefício mínimo de 20% do salário, possuindo benefícios de risco de morte e invalidez permanente, podendo incluir como dependentes os mesmos beneficiários do INSS, e filhos até 21 anos de idade.

Este plano está fechado para novas adesões.

Em 31 de dezembro de 2010, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC") aprovou o equacionamento do déficit do Plano Prece I (Análise Técnica nº 488/ CGTA/DITEC/PREVIC), da seguinte forma:

- Criação de contribuição extraordinária de 4,3 vezes a contribuição normal dos participantes (ativos e aposentados), de modo a proporcionar o equilíbrio do plano.
- Alteração dos regulamentos dos planos Prece I e Prece II, ambos na modalidade de benefício definido, de modo a facultar o saldamento.
- Possibilidade de migração, com incentivo de participantes ativos (que optarem pelo saldamento), aposentados e pensionistas para um novo plano "Plano Prece Contribuição Variável - CV".

Como reflexo desse processo, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2010 um ganho de R\$559.081 no resultado de 2010 e que foi apurado através de cálculos atuariais efetuados pelos atuários independentes contratados pela Companhia, sendo oriundo exclusivamente da redução do passivo atuarial da Companhia compensado pelo aumento da contribuição dos participantes.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Passivo atuarial--Continuação

Em 29 de maio de 2011, foi encerrado o período de migração dos planos de benefício definido para o novo plano de contribuição variável, com o resultado de 7.312 migrantes, representando 62,9% de optantes sendo 3.136 ativos, 2.603 aposentados e 1.573 pensionistas.

Em junho de 2011, a Prece e a CEDAE foram notificadas da ação ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Rio de Janeiro e Região - SINTSAMA ("SINTSAMA"), para suspender a cobrança da contribuição extraordinária e, dessa forma, encontra-se suspensa a cobrança daqueles empregados remanescentes no Plano Prece I.

Como resultado da ação mencionada, a Companhia estendeu o período migratório até outubro de 2011.

Adicionalmente, para os participantes que optaram pela migração, a Companhia pagará a título de incentivo o montante equivalente ao déficit acumulado do serviço passado. O valor dos incentivos totais oferecidos pela Companhia compreendeu R\$607.015, cujo contrato financeiro foi firmado em 15 de dezembro de 2011, prevendo o pagamento em 73 parcelas mensais, tendo o ocorrido o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2012. A correção do saldo devedor é de 6% ao ano, acrescido de INPC até a data do efetivo pagamento.

Em garantia ao pagamento mencionado, a CEDAE ofereceu os recebíveis decorrentes da prestação de serviços de água e esgoto, exceto aos usuários localizados nos Municípios do Rio de Janeiro, Belford Roxo, São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu.

A Companhia utiliza como uma das premissas para mensuração do passivo atuarial, as contribuições extraordinárias de 4,3 vezes a contribuição normal dos participantes (ativos e aposentados). As contribuições extraordinárias foram aprovadas pela PREVIC como parte do processo de equacionamento do déficit do Plano Prece I e encontram-se suspensas desde julho de 2011 em função de determinação judicial. A Companhia entrou com recurso contestando a referida decisão, no entanto, até a presente data, não houve decisão do mérito.

Em 2014, a PREVIC, como resultado da fiscalização das contas da Prece, determinou que a entidade de previdência efetuassem a provisão das contribuições extraordinárias não recebidas dos participantes e da patrocinadora. A Companhia manteve no passivo não circulante o valor de R\$177.310, que corresponde à parcela sob sua responsabilidade com relação às contribuições extraordinárias em 31 de dezembro de 2017. No exercício de 2018 houve decisão do mérito favorável a Companhia, tendo a PRECE revertido a provisão das contribuições extraordinárias não recebidas dos participantes e da patrocinadora, sendo que o valor das contribuições sob sua responsabilidade já se encontram incorporadas no passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2021 não foram constituídas provisões atuariais, pois o saldo demonstrado no laudo atuarial conforme disposto no CPC 33 R1 (R\$312.907) está menor que os valores contabilizados nos contratos financeiros existentes entre a Companhia e a PRECE (R\$468.071).

Plano Prece II

Esse plano de benefício definido possui todas as regras idênticas ao plano Prece I e foi criado para suplementar a renda do Prece I, ultrapassando o teto seu limite. Esse plano também foi equacionado nos moldes descritos no item anterior e está fechado para novas adesões.

Plano Prece CV

O plano Prece CV está estruturado na modalidade de contribuição variável e abrange os participantes que migraram dos planos de origem (Prece I e Prece II), e tem como patrocinadoras a CEDAE, Cedae Saúde e a Prece. Os participantes podem optar pelas modalidades de recebimento do benefício: renda vitalícia, renda por prazo determinado não inferior a 10 anos, e renda por prazo indeterminado com ou sem reversão em pensão.

Nesse plano o participante possui uma conta individual (exceto a modalidade Renda Vitalícia), cujo saldo total servirá para apuração dos benefícios no momento da aposentadoria.

O participante que migrou com opção pela Renda Vitalícia mantém o mesmo rol de dependentes do plano de origem. O participante optante pela Renda Indeterminada com Pensão pode inscrever-se como dependente a pessoa que guarde relação de dependência, observado os mesmos requisitos estabelecidos para o INSS.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Passivo atuarial--Continuação

Em caso de desligamento, o beneficiário pode resgatar o valor registrado em sua conta pessoal acrescido do montante de 0,25% por mês da conta Patronal.

Este plano está fechado para novas adesões.

Plano Prece III

Criado para abranger os empregados admitidos a partir de 2006, que não possuem os outros dois planos de benefícios, sendo estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD) com benefício de risco para morte e invalidez. Esse plano é exclusivo para os funcionários da CEDAE.

Nesse tipo de plano o participante possui uma conta individual cujo saldo total servirá para apuração dos benefícios no momento da aposentadoria.

O participante poderá incluir como dependente os mesmos beneficiários reconhecidos pelo INSS, além de filhos com até 24 anos que estejam cursando o nível superior e para a aposentadoria por tempo de contribuição é necessário um mínimo de 10 anos de vinculação ao plano, 55 anos de idade e término do vínculo empregatício com a Companhia.

Inexiste joia, taxa de inscrição ou regresso, nem limitação máxima para o salário participação.

Em caso de desligamento, o beneficiário pode resgatar o valor registrado em sua conta pessoal acrescido do montante de 0,25% por mês da conta Patronal, desde que o número de meses seja superior a 30.

(b) Caixa de Assistência aos Servidores - Cedae Saúde

A Caixa de Assistência dos Servidores da CEDAE- Cedae Saúde administra o plano assistencial destinado aos empregados da CEDAE, Prece, Cedae Saúde e seus dependentes dos exercícios de 2021 e 2020.

Participantes	2021	
	Quantidade	
	Ativos	Assistidos
Plano Assistencial Cedae Saúde	2.906	11.246
Participantes	2020	
	Quantidade	
	Ativos	Assistidos
Plano Assistencial Cedae Saúde	4.580	9.160

O Estatuto da Prece e o Regulamento do Plano Cedae Saúde estão adaptados à legislação vigente.

(c) Prêmio de aposentadoria

Em 31 de dezembro de 2021, o prêmio de aposentadoria da CEDAE possui 2.524 participantes (2.865 em 2020) (Nota 2.14.a.4).

As contribuições da Companhia para o fundo totalizaram:

	2021	2020
Plano de benefícios (Prece)	185.218	120.510
Plano de assistência (Cedae Saúde)	147.123	162.489
Prêmio aposentadoria	23.158	14.537
	355.499	297.536

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Passivo atuarial--Continuação

A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:

	2021	2020
Valor presente da obrigação de benefício definido	3.514.959	4.032.319
Valor justo dos ativos do plano	(828.130)	(793.104)
Passivo atuarial líquido	2.686.829	3.239.215

A reconciliação dos ativos e passivos (valores negativos) líquidos pode ser assim demonstrada:

	Prece I	Prece II	Prece III	Prece CV	Cedae Saúde	Prêmio de Aposentadoria	Total
Em 1º de janeiro de 2020	(295.680)	(63.928)	-	(268.478)	(2.510.426)	(47.189)	(3.185.701)
Custo do serviço corrente	194	-	(98)	(64)	(24.922)	(1.793)	(26.683)
Custo com juros	(24.764)	(8.804)	(26)	(62.134)	(178.179)	(2.478)	(276.385)
Rendimentos esperados dos ativos	3.268	4.156	90	46.266	-	-	53.780
Contribuições da patrocinadora	35.112	12.871	103	72.424	162.489	14.537	297.536
Ganhos (perdas) atuariais, líquidas	(68.159)	(17.354)	(69)	(85.218)	79.321	(10.283)	(101.762)
Em 31 de dezembro de 2020	(350.029)	(73.059)	-	(297.204)	(2.471.717)	(47.206)	(3.239.215)
Custo do serviço corrente	169	-	(121)	(44)	(22.528)	(1.772)	(24.296)
Custo com juros	(23.941)	(8.417)	(30)	(57.826)	(171.327)	(2.444)	(263.985)
Rendimentos esperados dos ativos	1.714	3.858	100	39.453	-	-	45.125
Contribuições da patrocinadora	37.512	16.162	112	6.685	147.123	23.158	230.752
Ganhos (perdas) atuariais, líquidas	21.668	196	(61)	158.821	386.525	(2.359)	564.790
Em 31 de dezembro de 2021	(312.907)	(61.260)	-	(150.115)	(2.131.924)	(30.623)	(2.686.829)

A movimentação das obrigações de benefícios pós-emprego durante os exercícios de 2021 e 2020 é demonstrada a seguir:

	Plano de benefício	Plano de assistência médica	Prêmio de aposentadoria	Total
Em 1º de janeiro de 2020	1.459.923	2.510.426	47.189	4.017.538
Custo do serviço corrente	(31)	24.921	1.793	26.683
Juros sobre obrigações atuariais	95.728	178.179	2.478	276.385
Reconhecimento de ganhos (perdas) atuariais, líquidos	105.429	(79.320)	10.283	36.392
Contribuições dos participantes	51.143	-	-	51.143
Benefícios pagos	(198.796)	(162.489)	(14.537)	(375.822)
Em 31 de dezembro de 2020	1.513.396	2.471.717	47.206	4.032.319
Custo do serviço corrente	(4)	22.528	1.772	24.296
Juros sobre obrigações atuariais	90.214	171.327	2.444	263.985
Reconhecimento de ganhos (perdas) atuariais, líquidos	(125.415)	(386.525)	2.359	(509.581)
Contribuições dos participantes	59.439	-	-	59.439
Benefícios pagos	(185.218)	(147.123)	(23.158)	(355.499)
Em 31 de dezembro de 2021	1.352.412	2.131.924	30.623	2.131.924

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Passivo atuarial--Continuação

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios no exercício apresentado é a seguinte:

	Plano de benefício	Plano de assistência médica	Prêmio de aposentadoria	Total
Em 1º de janeiro de 2020	831.837	-	-	831.837
Rendimento esperado dos ativos	53.780	-	-	53.780
Ganho atuarial dos ativos do plano	(65.370)	-	-	(65.370)
Contribuições da patrocinadora	297.536	-	-	297.536
Contribuições dos participantes	51.143	-	-	51.143
Benefícios pagos	(375.822)	-	-	(375.822)
Em 31 de dezembro de 2020	793.104	-	-	793.104
Rendimento esperado dos ativos	45.125	-	-	45.125
Ganho atuarial dos ativos do plano	55.209	-	-	55.209
Contribuições da patrocinadora	60.471	-	-	60.471
Contribuições dos participantes	59.439	-	-	59.439
Benefícios pagos	(185.218)	-	-	(185.218)
Em 31 de dezembro de 2021	828.130	-	-	828.130

A composição dos ativos dos planos é como segue:

	2020		
	Prece I	Prece II	Prece CV
Renda variável	30,25%	28,19%	24,85%
Renda fixa	40,98%	44,51%	61,67%
Imóveis	21,33%	17,12%	6,82%
Caixa e equivalentes de caixa	0,00%	0,00%	0,00%
Derivativos	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	7,44%	10,18%	6,66%
	100,00%	100,00%	100,00%
	2021		
	Prece I	Prece II	Prece CV
Renda variável	28,03%	22,32%	22,47%
Renda fixa	44,68%	47,79%	55,74%
Imóveis	27,52%	18,79%	9,19%
Caixa e equivalentes de caixa	0,00%	0,00%	0,00%
Derivativos	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	(0,23%)	11,10%	12,60%
	100,00%	100,00%	100,00%

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Passivo atuarial--Continuação

Todos os planos de benefícios definidos da CEDAE possuem fundamento, ou seja, existem ativos garantindo os passivos atuariais. Dessa forma, a Companhia só possui planos com cobertura parcial ou totalmente cobertos, por isso não segregou sua análise atuarial.

Os valores reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes são:

	2021	2020
Custo do serviço corrente	(24.296)	(26.683)
Juros sobre obrigações atuariais	(263.985)	(276.385)
Rendimento esperado dos ativos	45.124	53.717
Reconhecido no resultado (Nota 25)	(243.157)	(249.351)
	2021	2020
Saldo inicial dos ganhos (perdas) atuariais acumulado do resultado abrangente em 1º de janeiro	(1.946.295)	(2.059.673)
Ajustes de ganhos (perdas) atuariais - Prece	78.349	32.529
Ajustes de ganhos (perdas) atuariais - Cedae Saúde	397.030	102.275
Ajustes de ganhos (perdas) atuariais - prêmio de aposentadoria	(1.580)	(10.213)
Contribuição social diferida	(42.642)	(11.213)
Total dos ganhos (perdas) líquidos (as) atuariais no exercício do resultado abrangente	431.157	113.378
Total dos ganhos (perdas) atuariais acumulados do resultado abrangente em 31 de dezembro	(1.515.138)	(1.946.295)

Apresentamos abaixo as contribuições esperadas para o encerramento do ano fiscal de 31 de dezembro de 2022:

	Prece I	Prece II	Prece III	Prece CV	Cedae Saúde	Total
1. Companhia	1.299	-	115	-	-	1.414
2. Participantes	3.714	1.260	115	-	-	5.089

O perfil de vencimento do pagamento de benefícios:

	Prece I	Prece II	Prece CV	Cedae Saúde	Prêmio de aposentadoria	Total
2022	32.157	10.696	92.275	106.536	2.002	243.666
2023	29.519	14.849	83.423	104.415	967	233.173
2024	26.995	15.075	75.239	102.215	1.491	221.015
2025	24.699	13.562	67.601	100.067	1.504	207.433
2026 ou posterior	258.116	101.653	505.091	1.718.692	24.658	2.608.210
Duração (em anos)	10,94	8,38	9,76	15,27	6,67	-

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Passivo atuarial--Continuação

Apresentamos abaixo a análise de sensibilidade da avaliação atuarial:

Prece I			
Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(15.822)	(4,26)
	Redução de 0,5%	17.110	4,61
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	16.567	4,46
	Redução de 1 ano	(14.747)	(3,97)
Crescimento salarial	Aumento de 0,5%	(2.141)	(5,49)
	Redução de 0,5%	-	-
Prece II			
Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(5.491)	(3,52)
	Redução de 0,5%	5.869	3,77
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	6.684	4,29
	Redução de 1 ano	(5.976)	(3,83)
Crescimento salarial	Aumento de 0,5%	-	-
	Redução de 0,5%	-	-
Prece III			
Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(10)	(1,49)
	Redução de 0,5%	10	1,54
Crescimento salarial	Aumento de 0,5%	11	1,61
	Redução de 0,5%	-	-
Prece CV			
Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(26.515)	(3,22)
	Redução de 0,5%	28.299	3,44
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	34.272	4,16
	Redução de 1 ano	(30.707)	(3,73)
Crescimento salarial	Aumento de 0,5%	20	4,09
	Redução de 0,5%	-	-

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Passivo atuarial--Continuação

Cedae Saúde			
Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(123.999)	(5,82)
	Redução de 0,5%	137.688	6,46
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	113.181	5,31
	Redução de 1 ano	(99.122)	(4,65)
Crescimento salarial	Aumento de 0,5%	(3.033)	0,70
	Redução de 0,5%	-	-
Inflação Médica	Aumento de 0,5%	155.580	7,30
	Redução de 0,5%	(141.190)	(6,62)
Prêmio de Aposentadoria			
Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(1.212)	(3,96)
	Redução de 0,5%	1.295	4,23

Premissas atuariais

As principais premissas atuariais utilizadas nos cálculos das provisões dos planos: Prece, Cedae Saúde e Prêmio de Aposentadoria em 31 de dezembro de 2021 são as seguintes:

Hipóteses econômicas	Plano de benefício - Prece				Plano de assistência médica	Prêmio de aposentadoria
	I	II	III	CV	Cedae Saúde	
Taxa de desconto ao ano - %	8,52	8,40	8,25	8,44	8,60	8,36
Taxa de retorno de ativos - %	5,36	5,24	5,10	5,28	5,44	5,20
Crescimento salarial - %	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07
Inflação - %	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
Fator capacidade - %	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00
Aging Factor - %	N/A	N/A	N/A	N/A	2,50	N/A
Inflação Médica - %	-	-	-	-	2,50	-

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Passivo atuarial--ContinuaçãoPremissas atuariais--Continuação

Hipóteses demográficas	Plano de benefício - Prece				Plano de assistência -	Prêmio de aposentadoria
	I	II	III	CV	Cedae Saúde	
Tábua de mortalidade	AT-83 IAM masculina	AT-2000 Basic segregada por sexo	AT-2000 M&F suavizada 10%	AT-2000 Basic masculina	AT-2000 Basic masculina	AT-2000 Basic masculina
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	MI-85 segregada por sexo	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Não Aplicável
Tábua de entrada de invalidez	Muller	Muller	Álvaro Vindas	Mercer Disability por sexo D30%	Não Aplicável	Mercer Disability suavizada em 30% e segregada por sexo
Rotatividade	Experiência Prece 2016/2020	Experiência Prece 2016/2020	Experiência Prece 2016/2020	Experiência Prece 2016/2020	Experiência Prece 2016/2020	Experiência Prece 2016/2020
Composição familiar - ativos	Família Média (*)	Família Média (**)	Família Média (*)	Não Aplicável	Família Média (*)	Não Aplicável
Composição familiar - assistidos	Família Real	Família Real	Não Aplicável	Família Real	Família Real	Não Aplicável

70% casados, sendo cônjuge do sexo masculino 5 anos mais velho com um dependente (Idade do filho determinada pela fórmula: se participante do sexo masculino, será idade do participante/2 - 11,5; se participante do sexo feminino, será idade do participante/2 - 9,5)

(**) 70% casados, sendo cônjuge do sexo masculino 8 anos mais velho..

19. Outros parcelamentos

	2021	2020
Indústria Antártica do Sudeste (a)	122.100	122.183
General Electric do Brasil (b)	50.736	50.754
Outros	955	955
	173.791	173.892
Circulante	66.099	66.117
Não circulante	107.692	107.775
	173.791	173.892

(a) Indústria Antártica do Sudeste

Refere-se ao parcelamento decorrente de acordo judicial por pagamento a maior de tarifa de tratamento de esgoto, efetuado em abril de 1999, no qual a CEDAE vem compensando as parcelas da dívida com o volume de água fornecida mensalmente a Indústria Antártica do Sudeste.

(b) General Electric do Brasil

A Companhia assinou, no ano de 2001, com a General Eletric do Brasil o Termo de Transição Geral de Direitos para encerrar definitivamente as ações cautelares e declaratórias acumuladas perante o juízo da 7ª Vara de Fazenda Pública da Capital do Rio de Janeiro de números 96.001.121535-0 e 96.001.128412-8. O valor de R\$20.910, correspondente ao débito da Companhia perante a General Eletric do Brasil equivalente a 1.770.420 metros cúbicos (informação não auditada), é corrigido anualmente e amortizado com os consumos em m³ de águas das matrículas cadastradas na Companhia e de responsabilidade da General Eletric do Brasil.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R\$3.015.828 (R\$3.015.828 em 2020), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 629.071.608 ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal (629.071.608 ações em 2020).

Em 30 de abril de 2020, a Companhia aumentou seu capital social em R\$428.841 mediante capitalização do excedente do lucro líquido após as destinações legais, sem alteração do número de ações.

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2021 e 2020 por quantidade de ações está assim distribuída:

	2021		2020	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Estado do Rio de Janeiro	629.069.095	99,9996	629.069.095	99,9996
Outros	2.513	0,0004	2.513	0,0004
	629.071.608	100,0000	629.071.608	100,0000

b) Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais em 31 de dezembro de 2021 e 2020, logo o lucro básico por ação é igual ao lucro diluído por ação, naquelas datas.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido--Continuação**b) Resultado por ação--Continuação**

As tabelas abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros (prejuízo) básico e diluído por ação:

	2021	2020
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	27.136	(247.150)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	629.072	629.072
Lucro (Prejuízo) básico por ação (R\$)	0,04	(0,39)

c) Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios em consonância com a legislação societária na ordem de 25% do lucro líquido remanescente, após a constituição da reserva legal. A Companhia tem utilizado o facultado pelo artigo 9 da Lei nº 9.249/1995, quanto aos juros sobre o capital próprio a título de remuneração aos acionistas, determinados com base na variação "pro rata" dia da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), aplicada sobre o patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Administração propôs a destinação do lucro calculado como segue:

	2021	2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	27.136	(247.150)
Reserva legal - 5%	(1.357)	-
	25.779	(247.150)
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	6.444	-
Distribuição proposta		
Dividendos a pagar	6.444	-
Quantidade de ações ordinárias	629.072	629.072
Dividendos por ação	R\$0,01	-

d) Reserva de capital

É constituída de valores aportados na Companhia a fundo perdido, originários de programas sociais da União Federal que destinam recursos para o setor de saneamento. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é composto de R\$2.037 de doações de redes de águas e esgoto, R\$3.869 do Programa Habitar Brasil e R\$8.058 do Programa Ação Social de Saneamento, compondo um total de R\$13.964.

Notas Explicativas

Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido--Continuação

e) Reserva legal

É constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social sendo que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social, conforme previsto no artigo 193 da Lei Federal nº 6.404/1976. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da reserva legal é de R\$185.258 (R\$183.901 em 31 de dezembro de 2020).

f) Reserva estatutária

Reserva para expansão, que tem por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante. É formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações legais, conforme previsto na Lei Federal nº 6.404/1976, não podendo o total desta reserva ultrapassar o valor do Capital Social da Companhia. Em 30 de abril de 2020, foi aprovada em AGO, a destinação de R\$300.000, para esta reserva.

g) Outros resultados abrangentes

A movimentação é composta pelo saldo da reserva de reavaliação, líquido das realizações do período que em 31 de dezembro de 2021, foram de R\$141.535 (R\$169.841 em 31 de dezembro de 2020), sendo ambos os saldos líquidos da contribuição social diferidos.

h) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades relacionadas à distribuição de água e esgoto, em conformidade com o artigo 196 da Lei Federal nº 6.404/1976.

i) Remuneração aos acionistas

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Receita operacional líquida

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

	2021	2020
Serviços de distribuição de água	4.367.026	4.080.385
Serviços de coleta e tratamento de esgoto	1.982.195	2.069.007
Receita bruta de serviços	6.349.221	6.149.392
Tributos sobre faturamento	(240.177)	(230.335)
	6.109.044	5.919.057

22. Custo dos serviços prestados e despesas operacionais**a) Custo dos serviços prestados**

	2021	2020
Custos com serviços de terceiros	(1.467.960)	(1.147.641)
Custos com pessoal	(1.037.302)	(1.004.635)
Custos com depreciação e amortização (Notas 10 e 11)	(232.506)	(279.109)
Custos com material	(192.904)	(150.715)
Créditos de Pasep e COFINS sobre depreciação	1.733	2.080
Outras	(3.375)	(1.912)
	(2.932.314)	(2.581.932)

b) Despesas comerciais

	2021	2020
Constituição de prov. para perdas de crédito esperadas, líquida (Nota 8.3)	(1.489.135)	(1.897.491)
Despesas com serviços de terceiros	(81.996)	(124.594)
Despesas com pessoal	(32.507)	(32.959)
Despesas com material	(13.342)	(25.379)
Outras	(475)	(1.358)
	(1.617.455)	(2.081.781)

c) Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Despesas com pessoal	(282.039)	(230.087)
Despesas com serviços de terceiros	(143.309)	(182.238)
Repasse Extraordinário Cedae Saúde (i)	(76.400)	(13.827)
Despesas com material	(2.616)	(14.766)
Outras	(53.474)	(47.293)
	(557.838)	(488.211)

(i) Trata-se de aporte financeiro para fins de regularização de necessidades de ativos garantidores e aporte de regularização devido a repetidos resultados deficitários deixando-o com insuficiência de capital mínimo nos exercícios de 2020 e 2021.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Resultado financeiroa) Despesas financeiras

	2021	2020
Juros passivos e sobre parcelamentos tributários	(81.841)	(149.719)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(40.752)	(46.079)
Multas, juros e acréscimos moratórios sobre pagamento em atraso das obrigações tributárias	(562)	(840)
Outras	(3.438)	(752)
	(126.593)	(197.390)

b) Receitas financeiras

	2021	2020
Atualização monetária	80.422	68.413
Rendimentos de aplicações financeiras (Nota 6)	96.658	29.465
Multas por impontualidade	25.165	15.935
Juros auferidos	16.155	24.523
Descontos obtidos e bonificações	6.692	3.877
	225.092	142.213

24. Outras despesas operacionais, líquidas

	2021	2020
Outras receitas operacionais		
Demais receitas operacionais	11.247	31.991
Reversão de provisões	48.487	4.293
Recuperação de despesas judiciais	7.907	3.560
	67.641	39.844
Outras despesas operacionais		
Constituição de provisão para contingências e passivos fiscais, líquida (Nota 15.b)	(809.837)	(746.811)
Constituição de passivo atuarial, líquida (Nota 18)	(243.157)	(249.351)
Despesas fiscais	(3.415)	(2.542)
Constituição de provisão para perda de ativos, líquida	(47.804)	(440)
Outras	(16.831)	(12.046)
	(1.121.044)	(1.011.190)
	(1.053.403)	(971.346)

25. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Notas Explicativas**Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Seguros--Continuação

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros e importâncias seguradas:

Riscos	Data vigência		2021	2020
	De	Até		
Riscos operacionais (imóveis) danos materiais	12/12/2021	11/09/2022	142.085	150.183
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores	24/08/2021	24/08/2022	1.800.000	-

Leonardo Elia Soares
Diretor-Presidente

Júlio César Urdangarin Batista Junior
Diretor Administrativo

Gustavo Lisandro Vila Gazaneo
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Daniel Barbosa Okumura
Diretor da Região Metropolitana

Marco Aurélio Damato Porto
Diretor da Região do Interior

Rafael Cavalcanti Cid
Diretor Jurídico

Humberto de Mello Filho
Diretor Técnico e de Projetos

Renato Ferreira Coelho
Assessor de Controladoria
Contador - CRC-RJ089799/O-3

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros, Administradores e Acionistas da
Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE
Rio de Janeiro - RJ

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa 1.1, em 30 de abril de 2021 foi realizada a concorrência pública para a licitação da concessão dos serviços de saneamento básico anteriormente operados pela CEDAE que foram segregados em quatro blocos e leiloados separadamente. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém registrado em seu balanço patrimonial, ativo intangível no montante de R\$7.831.113 mil, referente aos bens reversíveis não amortizados vinculados às concessões licitadas, cujos montantes deveriam ter sido transferidos para uma rubrica de ativo indenizável pelos seus valores recuperáveis de acordo com o término da operação assistida e transferência do sistema. A administração da Companhia por entender que a transferência da propriedade dos bens reversíveis ainda não ocorreu e face as limitações para mensuração dos montantes de indenização a eles relacionados não procedeu nenhuma modificação em seus registros contábeis. Consequentemente, não nos foi possível efetuar procedimentos de auditoria para determinar eventuais ajustes, se algum, nos valores a receber relativo a indenização a ser paga pelo Poder Concedente pela extinção dos contratos de concessão.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 1.2 às demonstrações financeiras, em julho de 2020, foi iniciada investigação conjunta da Polícia Civil, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ e do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE. A operação, denominada "Águas Claras", investiga alegação de fraude em licitações e contratações emergenciais e deu cumprimento a medidas de busca e apreensão de documentos. A Administração da Companhia contratou uma empresa independente especializada para avaliação das alegações e fatos tornados públicos relativos à essas investigações e constituiu uma Comissão Permanente de Sindicância para acompanhar estes procedimentos. Em fevereiro de 2022, a empresa independente especializada conclui a investigação e emitiu seu relatório que foi apresentado ao Comitê de auditoria e ao Conselho de Administração, com a conclusão de que não foram identificadas evidências que corroborem as alegações preliminarmente investigadas, porém, foram identificadas irregularidades na condução e efetivação de contratos, incluindo falhas nos controles internos da Companhia.

Neste momento, não é possível prever todos os desdobramentos futuros que poderão decorrer desses processos de investigação pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia, além daqueles já mencionados na nota explicativa acima referida.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima, não nos foi possível determinar o valor a receber, relativo a indenização a

ser paga pelo Poder Concedente pela extinção dos contratos de concessão. As incertezas significativas e limitações, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores os ativos serão realizados.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita a faturar

Parte das receitas reconhecidas pela Companhia referem-se a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais (“receitas a faturar”), uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de faturamento que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. No encerramento de cada mês, a Companhia determina a receita a faturar com base em estimativas de consumo para o período compreendido entre a data da leitura e o encerramento do mês, que incluem dados históricos como a média de consumo obtida da última leitura de hidrômetros. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$274.220 mil em 31 de dezembro de 2021 e está divulgado na Nota Explicativa nº 8 às demonstrações financeiras.

O cálculo da receita não faturada é significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às subjetividades atreladas ao processo de estimativa, que requer julgamento por parte da administração na determinação das premissas utilizadas, principalmente na estimativa de consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a compreensão e documentação do processo de estimativa e das premissas utilizadas pela administração; (ii) recálculo do saldo de receita a faturar em 31 de dezembro de 2021, levando em consideração o número de dias não faturados em relação a data de fechamento do mês e avaliação se esses saldos não faturados estão consistentes com os saldos faturados no mês subsequente; (iii) avaliação da movimentação trimestral da receita a faturar durante o exercício, analisando flutuações que não estejam alinhadas às nossas expectativas estabelecidas com base em nosso conhecimento da Companhia e da indústria; e (iv) comparação da estimativa com a receita efetivamente faturada no mês subsequente.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita a faturar, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receita adotados pela administração são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia incluídas na Nota Explicativa nº 8 às demonstrações financeiras.

Mensuração do passivo atuarial

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios na modalidade de benefício definido e apura suas obrigações atuariais de acordo com laudo atuarial emitido por seu atuário consultor. Em 31 de dezembro de 2021, as obrigações atuariais da Companhia estão relacionadas aos planos de previdência complementar Prece I, Prece II e Prece CV, o plano de assistência médica Caixa de Assistência dos Servidores - CAC e o prêmio aposentadoria, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 18, e totalizam R\$2.841.993 mil.

O monitoramento deste assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que o processo de mensuração deste passivo é complexo e envolve um alto grau de subjetividade e é baseado em cálculos atuariais, que utilizam diversas premissas, tais como: taxa de desconto, a taxa de retorno esperada sobre os ativos de fundo de pensão; aumentos salariais futuros, tábuas de mortalidade, inflação médica, aumento por envelhecimento e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: o uso de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologias usadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas taxa de desconto e hipóteses biométricas e demográficas. Adicionalmente: (i) avaliamos a exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos; e (ii) realizamos cálculo independente da obrigação atuarial e confrontamos com os cálculos apresentados pela administração.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o passivo atuarial, que está consistente com a avaliação da

administração, consideramos que os critérios e premissas de mensuração deste passivo adotados pela administração são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia incluídas na Nota Explicativa nº 18 às demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos sobre o valor adicionado oriundos do assunto descrito no parágrafo intitulado "Base para opinião com ressalva", as demonstrações do valor adicionado acima referidas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Felipe Sant' Anna Vergete
Contador CRC-RJ106842/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL CEDAE Nº 001/2022

Senhores Acionistas,

1. O Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.
2. Os exames foram efetuados, com base nas informações e esclarecimentos da auditoria externa e nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e ainda, no parecer da ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., datado de 20 de abril de 2022. O referido Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 apresentam, adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da companhia.
3. Diante do exposto, este Conselho Fiscal aprova as contas da Companhia e opina no sentido de que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2022.

GERALDO PEREIRA DOS SANTOS
Presidente do Conselho Fiscal
CPF nº. 265.139.277-49

ROBERTO GOMIDES DE BARROS FILHO
Membro do Conselho Fiscal
CPF nº. 098.311.877-92

SINVAL DE OLIVEIRA FILHO
Membro do Conselho Fiscal
CPF nº. 003.941.307-15

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)**RESUMO DO RELATÓRIO DO
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO/2022**

Em consonância com o disposto nas Legislações Federal e Estadual e em seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da CEDAE, o Comitê de Auditoria Estatutário reuniu-se mensalmente, ordinária e extraordinariamente, totalizando 02 (duas) vezes por mês, no curso do ano de 2021, mantendo como foco principal a avaliação dos trabalhos das Auditorias Interna e Independente e das áreas ligadas à Governança, notadamente Compliance, Controles Internos e Gestão de Riscos; o acompanhamento da elaboração das Demonstrações Financeiras; e o assessoramento ao Conselho de Administração da CEDAE em outros assuntos considerados relevantes pelos Membros do Comitê ou por demanda específica do Conselho de Administração. Em todas as atividades ligadas às áreas foco do Comitê de Auditoria observaram-se, no exercício de 2021, sensíveis melhorias, com efeitos positivos na qualidade das Demonstrações Financeiras, dos controles internos adotados na CEDAE; valendo ressaltar o empenho colaborativo dos principais gestores envolvidos na governança da CEDAE aos trabalhos realizados pelo Comitê de Auditoria Estatutário.

Assim, fundamentado em suas avaliações e análises, considerando inclusive as reuniões realizadas com os auditores da EY – ERNST & YOUNG notadamente nos meses de março e abril de 2022, e no relatório de auditoria apresentado pela mencionada empresa de auditoria independente responsável pela avaliação dos procedimentos contábeis adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras da CEDAE, bem como, considerando que os trabalhos de auditoria tiveram abrangência considerada suficiente para avaliar com segurança a qualidade e a transparência das referidas demonstrações, o Comitê de Auditoria propõe ao Conselho de Administração da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE a aprovação das Demonstrações Financeiras levantadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 09 de maio de 2022.

Berith Jose Citro Lourenço Marques Santana

Luiz Antonio da Silva Lima

Irineu dos Santos

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES**

Em atendimento ao inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, sociedade anônima de economia mista, de capital aberto, com sede na Av. Presidente Vargas, Nº 2655 - Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.352.394/0001-04, declaram que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras em IFRS da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2022.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO PARECER DE AUDITORIA INDEPENDENTE PELOS DIRETORES

Em atendimento ao inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, sociedade anônima de economia mista, de capital aberto, com sede na Av. Presidente Vargas, Nº 2655 - Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.352.394/0001-04, declaram que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras em IFRS da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2022.